



7

**DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO**

A diretriz adotada desde 2013 de direcionar mais recursos para obras e serviços em benefício do cidadão e menos no custeio da máquina pública continuou a ser a regra da gestão municipal em 2018. Durante o ano, foram desenvolvidas ações para a melhoria da eficiência da máquina pública com a simplificação de serviços e capacitação de servidores. Também os canais de relacionamento com o cidadão foram aprimorados.

Neste Eixo Desenvolvimento Institucional e Engajamento do Cidadão estão as atividades realizadas em 2018 pelo Gabinete do Prefeito (GABP), Gabinete do Vice-Prefeito (GABVP), Casa Civil, Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos do Salvador (ARSAL), Ouvidoria Geral do Município (OGM) e Controladoria Geral do Município (CGM) Procuradoria Geral do Município de Salvador (PGMS), Companhia de Governança Eletrônica do Salvador (COGEL) e pelas secretarias municipais da Fazenda (SEFAZ), de Gestão (SEMGE) e de Comunicação (SECOM).





GABINETE DO PREFEITO (GABP)

O Gabinete do Prefeito relata as principais atividades da área institucional como convênios, mensagens enviadas, Decretos e Leis aprovadas pelo Prefeito de Salvador em 2018.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	
Mensagens	15
Mensagem aditiva	01
Vetos	02
Leis Sancionadas	76
Leis Complementares	02
Decretos Administrativos	128
Decretos Financeiros	996
Convênio de Cooperação Técnica	07
Termos Aditivos aos Convênios	05
Termos de Cessão de Pessoal	02

MENSAGENS ENVIADAS EM 2018

Mensagem 01/18	Projeto de Lei que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, na parte que trata de isenção da Taxa de Vigilância Sanitária (TVS), e dá outras providências".
Mensagem 02/18	Projeto de Lei que "Dispõe sobre a destinação de recursos dos orçamentos do município do exercício de 2018 às entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que indica e dá outras providências".
Mensagem 03/18	Projeto de Lei que "Institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável do Salvador, institucionaliza as determinações do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Salvador e dá outras providências".
Mensagem 04/18	Projeto de Lei que "Altera dispositivos da Lei nº 9.296, de 01 de dezembro de 2017 que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, junto à CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, na forma que indica e dá outras providências".
Mensagem 05/18	Projeto de Lei "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências".
Mensagem 06/18	Projeto de Lei que "Altera os dispositivos que indica das Leis Complementares nº 01/91 e dá outras providências".
Mensagem 07/18	Projeto de Lei que "Institui o Programa Municipal de Aprendizagem no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, autoriza o repasse de recursos públicos na forma que indica e dá outras providências".
Mensagem 08/18	Projeto de Lei que "Dispõe sobre a concessão de avanço na tabela de vencimentos para os servidores ativos ocupantes dos cargos de Agente de Combate às Endemias e Agente Comunitário de Saúde, do Poder Executivo Municipal, na forma que indica, e dá outras providências".
Mensagem 09/18	Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a União, através da Caixa Econômica Federal, agente financeiro e coexecutora da fase III do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, na forma que indica e dá outras providências".

MENSAGENS ENVIADAS EM 2018

Mensagem 10/18	Projeto de Lei que "Dispõe sobre o Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros, não aberto ao público e remunerado para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede no Município do Salvador e dá outras providências".
Mensagem 11/18	Projeto de Lei que "Dispõe sobre os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Administração Direta e indireta do Poder Executivo Municipal, altera dispositivos da Lei Complementar nº 36, de 30 de abril de 2004, na forma que indica, e dá outras providências".
Mensagem 12/18	Projeto de Lei que "Altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, Código Tributário e de Rendas do Município do Salvador, na forma que indica e dá outras providências".
Mensagem 13/18	Projeto de Lei que "Estima a Receita e fixa a Despesa do Município do Salvador, para o exercício de 2019, e dá outras providências".
Mensagem 14/18	Projeto de Lei que "Institui o Projeto Pé na Escola, destinado ao atendimento de crianças na faixa etária de 6 meses a 5 anos e dá outras providências".
Mensagem 15/18	Dispõe sobre a alterações na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Salvador, cria o Conselho Municipal de Bem-Estar, Proteção e Defesa dos Animais e dá outras providências.

LEIS

9.331 30/01/2018	Dispõe sobre a remoção de veículos abandonados nas vias públicas, no âmbito do Município de Salvador e dá outras providências.	31/01/2018
9.358 20/03/2018	Institui o Programa Ouvindo Nosso Bairro.	21/03/2018
9.368 26/04/2018	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador, no que se refere à isenção da Taxa de Vigilância Sanitária (TVS).	27/04/2018
9.369 23/05/2018	Dispõe sobre a destinação de recursos dos orçamentos do município do exercício de 2018 às entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que indica e dá outras providências.	24/05/2018
9.370 24/05/2018	Altera dispositivos da Lei nº 9.296, de 1º de dezembro de 2017, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, junto ao CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, na forma que indica e dá outras providências.	25/05/2018
9.374 05/07/2018	Institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável de Salvador, institucionaliza as determinações do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Salvador e dá outras providências.	06/07/2018
9.376 10/07/2018	Institui o Programa Municipal de Aprendizagem no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, autoriza o repasse de recursos públicos na forma que indica e dá outras providências.	11/07/2018
9.377 12/07/2018	Dispõe sobre a concessão de avanço na tabela de vencimentos para os servidores ativos ocupantes dos cargos de Agente de Combate às Endemias e Agente Comunitário de Saúde do Poder Executivo Municipal, na forma que indica, e dá outras providências.	13/07/2018
9.378 23/07/2018	Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências.	24/07/2018
9.379 24/09/2018	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a União, através da Caixa Econômica Federal, agente financeiro e co-executora da fase III do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, na forma que indica e dá outras providências.	25/09/2018



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

LEIS COMPLEMENTARES

70/20/06/2018	Altera os dispositivos que indica da Lei Complementar nº 01, de 15 de março de 1991, e dá outras providências.	20/06/2018
70/27/09/2018	Dispõe sobre os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 15 de março de 1991, e da Lei Complementar nº 36, de 30 de abril de 2004, na forma que indica, e dá outras providências.	28/09/2018

DECRETOS

29.437 08/01/2018	Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 20.588, de 19 de fevereiro de 2010, que regulamenta o Cadastro de Atividades dos Estabelecimentos em Geral, previsto na alínea "a", inciso II do Art. 211, da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, na forma que indica.	09/01/2018
29.438 10/01/2018	Atualiza a composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, na forma que indica.	11/01/2018
29.439 10/01/2018	Altera o Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares – SETES no Município do Salvador, aprovado pelo Decreto nº 27.862 de 01 de novembro de 2016, na forma que indica.	11/01/2018
29.482 05/02/2018	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de uniforme e regulamenta a concessão do auxílio uniforme para os servidores que indica e dá outras providências.	06/02/2018
29.530 01/03/2018	Institui o Pitch Salvador, com o objetivo de captar soluções inovadoras que contribuam para aprimorar a gestão Municipal.	02/03/2018
29.547 12/03/2018	Regulamenta a Lei nº 9.285, de 27 de outubro de 2017, que instituiu o Plano de Incentivos Fiscais no âmbito do Programa Salvador 360, e dá outras providências.	13/03/2018
29.564 15/03/2018	Cria Comissão Especial Mista de Licitação para contratação de consultoria técnica especializada para prestação de serviços de Verificação Independente, do contrato a ser celebrado entre o Município de Salvador e empresa de direito privado no âmbito da Parceria Público Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa, da rede de Iluminação de Salvador.	16/03/2018
29.565 15/03/2018	Cria Grupo de Trabalho para realização de estudos e elaboração de proposta objetivando a definição de ações a serem implementadas pelo Município de Salvador com vistas a proteção de animais e dá outras providências.	16/03/2018
29.574 20/03/2018	Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competências e funcionamento do comitê técnico de combate a LGBTfobia Institucional da Prefeitura Municipal do Salvador.	21/03/2018
29.575 20/03/2018	Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competências e funcionamento do Comitê Técnico de Ações Afirmativas para as Comunidades Quilombolas de Salvador.	21/03/2018
29.592 28/03/2018	Dispõe sobre a organização e gestão do Salvador Dados, nova denominação do Sistema de Informação Municipal previsto no PDDU.	29/03/2018
29.632 12/04/2018	Dispõe sobre a Gratificação de Incentivo ao Desempenho Gerencial, e dá outras providências.	13/04/2018
29.633 12/04/2018	Dispõe sobre o Programa de Estágio obrigatório e não obrigatório de estudantes de Ensino Médio, Técnico e Educação Superior, no âmbito dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Município do Salvador, e dá outras providências.	13/04/2018
29.658 19/04/2018	Cria Comissão Especial Mista de Licitação com a finalidade de realizar procedimento licitatório relativo à prestação de serviço de Publicidade para órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal na modalidade de melhor técnica.	21/04/2018

DECRETOS		
29.697 03/05/2018	Altera dispositivos do Decreto nº 28.845 de 13 de setembro de 2017 que dispõe sobre o serviço de telefonia fixa e móvel, de uso corporativo, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.	04/05/2018
29.758 21/05/2018	Cria Grupo de Trabalho para realização de estudos e elaboração de proposta objetivando a definição de ações a serem implementadas pelo Município de Salvador com vistas promover a Regularização Fundiária de todas as tipologias irregulares localizadas.	22/05/2018
29.793 04/06/2018	Altera e revoga dispositivos do Decreto nº 29.434, de 29 de dezembro de 2017, que regulamenta dispositivos da Lei nº 9.306, de 28 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), na forma que indica.	05/06/2018
29.840 13/06/2018	Cria a Unidade de Gestão do Projeto Salvador Social na forma que indica, e dá outras providências.	14/06/2018
29.877 25/06/2018	Atualiza os valores das modalidades de licitação, observado o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	27/06/2018
29.900 29/06/2018	Altera dispositivos do Decreto nº 29.100, de 06 de novembro de 2017, que regulamenta o Art. 5º da Lei nº 8.723, de 22 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a redução de 80% no Valor Venal do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), na forma que indica.	30/06/2018
29.919 05/07/2018	Dispõe sobre as condutas vedadas aos agentes públicos nas eleições de 2018, determina a observância da legislação eleitoral pelos órgãos e entidades da administração pública municipal e dá outras providências.	06/07/2018
29.920 05/07/2018	Cria Comissão Especial Mista de Licitação para os fins que indica e dá outras providências.	06/07/2018
29.929 06/07/2018	Institui o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Salvador – PLANMOB Salvador.	07/07/2018
29.934 09/07/2018	Regulamenta o funcionamento do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência – FMPCD, e dá outras providências.	10/07/2018
29.987 24/07/2018	Dispõe sobre funcionamento de Microempreendedor Individual, Microempresas e Empresas de Pequeno porte em residências.	25/07/2018
30.006 30/07/2018	Prorroga o prazo para formalização do pedido de adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), na forma que indica.	31/07/2018
30.007 30/07/2018	Regulamenta o Art. 22 da Lei nº 9.015/2016 de 26 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Serviço de Acolhimento Familiar para Crianças e Adolescentes entre zero a 18 anos, no âmbito do Município de Salvador.	31/07/2018
30.011 31/07/2018	Altera dispositivos do Decreto nº 27.001/2015 que dispõe sobre a composição da Comissão Executiva do Plano Municipal de Saneamento Básico – CEEXEC na forma que indica e dá outras providências.	01/08/2018
30.014 01/08/2018	Altera o Decreto nº 29.633 de 12 de abril de 2018 que dispõe sobre o Programa de Estágio obrigatório e não obrigatório de estudantes de Ensino Médio, Técnico e Educação Superior, no âmbito dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Município do Salvador, e dá outras providências.	02/08/2018
30.094 23/08/2018	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 29.100, de 06 de novembro de 2017, que regulamenta o Art. 5º da Lei nº 8.474, de 02 de outubro de 2013, e institui o Programa de Certificação Sustentável "IPTU VERDE", na forma que indica.	24/08/2018
30.095 23/08/2018	Institui normas relativas à exibição de publicidade no Município do Salvador e dá outras providências.	24/08/2018
30.118 29/08/2018	Regulamenta os Arts. 33 a 44 da Lei Complementar nº 036/2004, que dispõem sobre as eleições para diretores e vice-diretores das unidades escolares da rede pública municipal de ensino do Salvador, revoga o Decreto nº 23.966 de 28 de maio de 2013, e dá outras providências.	30/08/2018
30.123 30/08/2018	Estabelece as regras e critérios para o licenciamento através do Portal Eletrônico de Licenciamento Simplificado do Município de Salvador e dá outras providências.	31/08/2018
30.124 30/08/2018	Prorroga o prazo para formalização do pedido de adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), na forma que indica.	31/08/2018



DECRETOS

30.130 31/08/2018	Cria o Comitê Municipal de Tecnologia e Inovação e dá outras providências.	01/09/2018
30.217 20/09/2018	Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Prefeitura Municipal de Salvador referente ao segundo quadrimestre de 2018.	21/09/2018
30.230 24/09/2018	Aprova o Regimento do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC).	25/09/2018
30.284 03/10/2018	Cria Comissão de Acompanhamento das ações e políticas na área de atendimento ao programa voltado à Criança e ao Adolescente na forma que indica e dá outras providências.	04/10/2018
30.317 11/10/2018	Dispõe sobre a nomeação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Salvador (FUNDURBS) e dá outras providências.	12/10/2018

CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 2018

Convênio de cooperação técnica que entre si celebram o Município de Salvador, através da Secretaria Municipal da Educação (SMED) e o Município de Mata de São João, através da Secretaria Municipal de Educação (SMED).	Estabelecimento de mútua cooperação, com fins educacionais, mediante intercâmbio de experiências e disposição de servidores de seus respectivos quadros.
Convênio de cooperação técnica que entre si celebram o Município de Salvador, através da Secretaria Municipal da Educação (SMED) e o Município de Banzaê, através da Secretaria Municipal de Educação (SMED).	Estabelecimento de mútua cooperação, com fins educacionais, mediante intercâmbio de experiências e disposição de servidores de seus respectivos quadros.
Convênio de cooperação técnica que entre si celebram o Município de Salvador, e o Município de Camaçari.	Estabelecimento de mútua cooperação, com fins educacionais, mediante intercâmbio de experiências e disponibilização de servidores de seus respectivos quadros.
Convênio de cooperação técnica que entre si celebram o Município de Salvador, através da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e o Município de Barreiras, através da Secretaria de Saúde (SMS).	A mútua cooperação através de intercâmbio de experiências na área de saúde e mediante disposição de servidores de seus respectivos quadros.
Convênio de cooperação técnica que entre si celebram o Município de Salvador e o Município de Barreiras.	A cessão do servidor será realizada na forma do Art. 53 da Lei Complementar Municipal nº 01/91.
Convênio de cooperação técnica que entre si celebram o Município de Salvador e o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA).	A prestação recíproca de colaboração técnica e administrativa, observada as prescrições legais, previstas no Art. 53 da Lei Complementar Municipal nº 01/91, mediante a cessão de servidores/empregados dos quadros de pessoal dos Convenientes.
Convênio de cooperação técnica que entre si celebram, de um lado, o Município de Salvador, e, do outro lado, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA), visando estabelecer as condições para permitir a cobrança das custas judiciais no âmbito do programa de apoio à governança diferenciada de execução fiscal e ao programa de parcelamento incentivado.	Estabelecer as condições e procedimentos para o município colaborar na cobrança das custas judiciais e tarifas de postagem, decorrentes dos processos cujos respectivos devedores venham a aderir ao Programa de Apoio à Governança Diferenciada de Execuções Fiscais e ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI).

GABINETE DO VICE PREFEITO (GABVP)

Em 2018, o Gabinete do Vice-Prefeito conservou a relação de diálogo direto com a população, favoreceu o acesso à gestão municipal e promoveu a aproximação entre as pessoas e a prefeitura. Com o intuito de atender às demandas da sociedade, foram desenvolvidas atividades em parceria com alguns segmentos sociais e representantes da sociedade civil.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO/VEREADORES

O Gabinete do Vice-Prefeito prestou atendimento aos moradores de diversos bairros, representantes de associações, grupos culturais, organizações não governamentais e profissionais de segmentos diversos. O público apresentou suas reclamações e sugestões, solicitou atendimentos para diversas demandas de suas comunidades, além de propostas de projetos e parcerias para o município. Também encaminhou e acompanhou as demandas da população e dos vereadores junto às secretarias municipais.

VISITA AOS BAIRROS

Ao longo do ano, a equipe do GBVP realizou visitas técnicas a diversos bairros do município para conhecer de perto as demandas de cada um deles, acompanhar as obras em andamento e intervir quando necessário. A equipe participou de inaugurações, eventos, audiências e grupos de trabalho com moradores, percorrendo comunidades, escolas, hospitais, associações culturais e outros espaços.

ATENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS

O Gabinete do Vice-Prefeito participou de eventos voltados para a promoção de bem-estar social, cultura, saúde, educação e lazer em prol da população de Salvador. Também apoiou políticas de controle e combate a doenças, de qualificação profissional, de suporte à mulher, de fortalecimento da cultura afrodescendente, entre outros.

Ainda representou a Prefeitura Municipal de Salvador no lançamento da plataforma nacional de voluntariado Transforma Brasil em São Paulo, na audiência sobre Segurança Pública no Palácio do Planalto, em Brasília, com o Presidente da República Michel Temer e o ministro da Segurança Pública Raul Jungmann.

OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO (OGM)

O ano de 2018 foi marcado pela consolidação de ações voltadas para melhoria do relacionamento com o cidadão. A Ouvidoria Geral do Município (OGM), que recebe, encaminha e acompanha solicitações, sugestões, elogios e denúncias dos cidadãos referentes à prestação de serviços públicos municipais, ampliou sua área de atuação.



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

A Plataforma de Relacionamento com o Cidadão (Sistema Tecnológico Fala Salvador) passou por melhorias para centralizar o registro de demandas, padronizar o atendimento e gerar indicadores para a tomada de decisões estratégicas.

Para assegurar um atendimento de qualidade no sistema Fala Salvador, a OGM apoia o treinamento e a capacitação de pessoal. Além disso, os operadores da Central Disque Salvador 156 recebem reforço de informações sobre as atividades e serviços da PMS, tanto pela OGM quanto pelos órgãos que são atendidos pela Central. Também a Rede de Ouvidores, composta por 30 ouvidorias e 55 ouvidores, é constantemente monitorada para aperfeiçoar cada vez mais o atendimento ao cidadão.

Outra iniciativa adotada durante o ano foi a consolidação da Coordenação de Monitoramento, setor responsável pelas demandas que se encontram pendentes no sistema Fala Salvador, acompanhando e solicitando agilidade na resolução dos registros encaminhados aos órgãos. Além disso, esta Coordenação monitora as demandas resultantes da Lei de Acesso à Informação (LAI) para assegurar o cumprimento do prazo de resposta e a qualidade nas informações fornecidas aos requerentes. Em 2018, foram cadastrados 704 registros baseados na Lei de Acesso à Informação, dos quais 95% já foram concluídos.

A OGM desenvolveu ainda diversas parcerias com os demais órgãos e entidades municipais, o que reforçou o trabalho de entrosamento e de padronização do atendimento, além de fortalecer as relações institucionais e melhor atender o cidadão. Exemplo desses trabalhos parcerizados são a Operação Chuva, o Mobiliza Defesa Civil, o Gabinete da Prefeitura em Ação, o Morar Melhor, o Minha Casa, Minha Vida e o Primeiro Passo.

OUVIDORIA EM NÚMEROS

CENTRAL DISQUE SALVADOR

A Central atendeu quase 2,5 milhões de cidadãos nos últimos seis anos. A partir de 2015, com a ampliação da capacidade de atendimento, houve crescimento das solicitações refletindo a existência de demanda reprimida. A tendência, verificada a partir de 2017, é de queda revelando que os órgãos se encontram atendendo e suprindo as demandas dos cidadãos.

ANO	LIGAÇÕES ATENDIDAS	VARIAÇÃO (EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)
2013*	110.048	
2014	110.896	+0,77%
2015	320.357	+188%
2016	759.492	+137%
2017	648.489	-14,6%
2018	520.000	-5,19%
TOTAL	2.469.282	

*Números levantados a partir de relatórios de registro de ligações.

FALA SALVADOR

As demandas registradas na plataforma Fala Salvador correspondem a todos os atendimentos realizados pela Prefeitura Municipal de Salvador através dos seus diversos canais. De 2013 a 2018, foram quase cinco milhões de atendimentos.

ANO	DEMANDAS REGISTRADAS	VARIAÇÃO (EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)
2013*	110.048	
2014	185.350	+68,43%
2015	828.008	+346,7%
2016	1.331.051	+60,75%
2017	1.337.855	+0,51%
2018	1.131.188	-15,45%
TOTAL	4.923.500	

* Números levantados a partir de relatórios de registros de ligações ao Sistema Salvador Atende.

A variação da quantidade de demandas registradas no Fala Salvador também demonstra a necessidade que Salvador tinha com relação a canais de atendimentos efetivos e atrativos à sociedade. A ampliação do call center, a criação das Prefeituras-Bairro, programas itinerantes, canais online, permitiram atender a população e traçar um diagnóstico preciso das reais necessidades dos cidadãos.

DETALHAMENTO DAS DEMANDAS

Cerca de 72% das demandas em 2018 foram registradas pela via presencial. O Call Center é o outro canal de grande relevância, com mais de 27% das demandas.

CANAIS DE ATENDIMENTO		
CANAL	NÚMERO DE REGISTRO	PERCENTUAL
Presencial	3.319.846	71,72%
Call Center	1.265.942	27,35%
Internet	22.588	0,49%
Mobile	20.347	0,44%
TOTAL	4.628.723	100,00%

Valores identificados via relatório anual com base no Sistema Salvador Atende.



COORDENAÇÃO DA REDE DE OUVIDORES

Com o objetivo de aprofundar conhecimentos para o exercício da atividade, os ouvidores da Coordenação participaram do curso de capacitação e certificação realizado pela Associação Brasileira de Ouvidores – Seção Bahia e a OMD Soluções, nos dias 17 e 18 de julho.

A capacitação permitiu aos ouvidores desenvolver habilidades de gestão e também estimulou a troca de experiências entre os participantes. Os integrantes da equipe técnica da OGM foram certificados de acordo com as normas da BACEN e da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO Nacional). Além disso, de 21 a 23 de novembro, os ouvidores participaram do XXI Congresso Brasileiro de Ouvidores/Ombudsman – Ouvidoria: Princípios e Valores da Democracia Participativa.

COORDENAÇÃO DE PRECURSÃO E MONITORAMENTO

Os objetivos da Coordenação de Precursão e Monitoramento são estar perto da população, verificar as suas necessidades e dificuldades, inspecionar obras e intervenções necessárias e acompanhar as obras em andamento.

REALIZAÇÕES	
Visitas técnicas aos 163 bairros.	Mapeamento e indicação de novas ruas para projeto.
	Simulado para prevenção de acidentes junto à Defesa Civil.
	Vistoria de praças e equipamentos esportivos
	Reunião nas Prefeituras-Bairro para melhoria da mobilidade junto à SEMOB.
	Mapeamento de 180 encostas de pequeno, médio e grande porte.
	70 escadarias.
	90 campos e quadras.
Visita às ilhas	Levantamento de manutenção e obras nas ilhas de Maré, dos Frades e Bom Jesus dos Passos.
Apoio aos eventos	Apoio operacional na "Ressaca do Carnaval nas Ilhas" entre os dias 23 e 24 de fevereiro.
Operação especial	Mediação e diálogo com a população em audiências públicas ou em caso de manifestação de rua.

ATIVIDADES ESPECIAIS

Durante o período do Carnaval, foram registradas 6.541 demandas via portal Fala Salvador, Disque Salvador 156 e equipe itinerante. Em todas as situações, a OGM manteve contato imediato com os órgãos competentes, intermediando a solução dos problemas.

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

A Coordenação de Comunicação em 2018 reestruturou os canais de diálogo com o cidadão como redes sociais, Portal da Ouvidoria, Programa Fala Salvador e Ouvidoria Itinerante. A OGM se tornou referência e recebeu a visita de ouvidores de outras cidades como Barreiras (BA), Camaçari (BA), Alagoinhas (BA) e Santo André (SP).

PORTAL OGM

Em 2013, o Portal da Ouvidoria foi 100% reestruturado, possibilitando ao cidadão acompanhar todas as notícias do órgão, assim como, de outros setores da PMS. As publicações das matérias principais alcançam uma média de 1.100 visualizações e pouco mais de 30 cliques diários. Além disso, os usuários puderam acessar o link do Fala Salvador através do portal, facilitando o registro de solicitações.

REDES SOCIAIS

O Facebook tem sido muito utilizado pelos cidadãos que procuram informações sobre a PMS. A fanpage da OGM possui 4.229 curtidores e, em pouco mais de um ano, houve um acréscimo de 58% no número de curtidas. Cada publicação atinge cerca de 2.800 visualizações e 83% das questões postadas são respondidas por dia. A página do Twitter possui 561 seguidores com 322 tweets.

BOLETIM ELETRÔNICO

A OGM disponibiliza para Rede de Ouvidores do município, órgãos da PMS, Ouvidorias Públicas e Privadas do país, colaboradores do órgão e lideranças das comunidades de Salvador, um jornal eletrônico como forma de divulgar o trabalho do órgão. A publicação está na 23ª edição.

COMUNICAÇÃO VISUAL

A OGM, em parceria com a SECOM, elaborou a campanha publicitária do Programa Fala Salvador, que abrange desde o logotipo que deu origem a toda linha gráfica de criação até a finalização das peças de marketing. Semanalmente são criados cards com as ações do órgão, que vão das atividades gerais da OGM até os números de registros da Plataforma. Ao longo do ano, foram publicados 80 informativos.

PROGRAMA GABINETE DA PREFEITURA EM AÇÃO

A Ouvidoria esteve presente nas 16 edições do programa e registrou mais de duas mil solicitações entre informações e serviços da PMS em 2018. Participante do Programa desde 2015, a OGM beneficiou cerca de 20 mil pessoas em 2018.



DIRETORIA GERAL DAS PREFEITURAS-BAIRRO (DGPB)

A DGPB é responsável pela gestão de demandas da comunidade em relação à gestão municipal através de parcerias com as diversas entidades da prefeitura. Vinculada ao Gabinete do Prefeito, possui 10 unidades de Prefeitura-Bairro localizadas em regiões estratégicas para a descentralização das atividades da prefeitura no município: Cabula/Tancredo Neves, Cajazeiras, Centro/Brotas, Cidade Baixa, Itapuã/Ipitanga, Liberdade/São Caetano, Pau da Lima, Subúrbio/Ilhas, Valéria e Barra/Pituba.

ZELADORIA URBANA

O Núcleo de Zeladoria Urbana da DGPB é responsável pela articulação das ações entre a comunidade e os órgãos municipais e pelo acompanhamento, precursão, controle e fiscalização da prestação dos serviços prestados pela prefeitura e outras entidades. Esta articulação ocorre principalmente com as Secretarias de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS), de Manutenção da Cidade (SEMAN), de Ordem Pública (SEMOP), de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA), da Educação (SMED) e da Saúde (SMS), a Defesa Civil de Salvador (CODESAL), as superintendências de Trânsito e Transporte de Salvador (TRANSALVADOR) e de Obras Públicas (SUCOP), a Empresa Pública de Limpeza Urbana do Salvador (LIMPURB), além da COELBA e da EMBASA. Para o acompanhamento dessas ações, foi desenvolvido pela COGEL o aplicativo Cuida Salvador.

Como exemplo da atuação do Núcleo está a ação integrada realizada, no dia 21 de agosto, na comunidade do Beco do Sabão, próximo à Avenida Nilo Peçanha, na região da Calçada. Na ocasião, 96 famílias do local tiveram acesso aos serviços de zeladoria da DGPB, das Secretarias de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS) da Manutenção (SEMAN), Defesa Civil (CODESAL) e LIMPURB. A SEMPS realizou cadastro de 22 famílias para a participação em programas sociais e a CODESAL verificou a condição dos imóveis. Serviços de manutenção e limpeza também foram oferecidos à comunidade, que ainda será beneficiada com a requalificação na iluminação, pavimentação e um mutirão de saúde em data ainda a ser acertada.

Este modelo de gestão participativa, implantado pela atual Gestão Municipal foi apresentado durante o 1º Fórum das Melhores Práticas de Orçamento e Gestão Participativa da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA) e na XXXIV Assembleia Geral da UCCLA, realizados, respectivamente, nas cidades de Lisboa e de Cascais, em, Portugal. A DGPB também participou do Huawei Global Smart City Summit e no TMB – Transports Metropolitan, em Barcelona, na Espanha.

PARCERIA COM AS UNIVERSIDADES

Para estimular a elaboração de estratégias e soluções para o desenvolvimento da cidade, a Prefeitura de Salvador firmou acordo de cooperação técnica com as universidades UNIFACS, Dom Pedro, Maurício de Nassau, UCSal, UNIME, Estácio de Sá, Ruy Barbosa, Área1, UNIJORGE, com acompanhamento da DGPB e da CODESAL.

O objetivo é ampliar os estudos nas áreas de engenharia, educação, saúde, justiça social, ordem pública e cultura através de apoio à captação e ao registro de dados técnicos e mapeamento de regiões principalmente nas áreas de risco.

PREFEITURA-BAIRRO ITINERANTE

Através do Programa Prefeitura-Bairro Itinerante, integrante do Gabinete da Prefeitura em Ação, a DGPB atua como instrumento facilitador levando os principais serviços disponibilizados nas unidades de atendimento para locais de difícil acesso.

A ação ocorre em horário alternativo ao do funcionamento das Unidades, especialmente aos sábados, elegendo um bairro/comunidade de uma das 10 Regiões Administrativas para o evento. O atendimento ocorre das 8h às 12h.

PREFEITURA-BAIRRO ITINERANTE				
REGIONAL	BAIRRO	DATA	NÚMERO DE ATENDIMENTOS	SERVIÇOS OFERECIDOS
Itapuã/Ipitanga	Boca do Rio	27/09/2018	148	Bolsa Família, realização e marcação de exames e consultas, Minha Casa, Minha Vida, cartão SUS.
Itapuã/Ipitanga	Boca do Rio	29/07/2018	981	Bolsa Família, realização e marcação de exames e consultas, vacinação, testes rápidos, Minha Casa, Minha Vida, cartão SUS, Balcão de Justiça, Coelba, Primeiro Passo, SIMM, palestras, ruas de lazer.
Cajazeiras	Cajazeiras VI	01/08/2018	377	Bolsa Família, realização de exames e consultas, Minha Casa Minha Vida, cartão SUS, Primeiro Passo, ruas de lazer, SIMM.
Subúrbio/Ilhas	Coutos/Paripe	11/08/2018	664	Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Primeiro Passo, ruas de lazer, SIMM, ações do Morar Melhor, Codesal, Codecon.
Cajazeiras	Dom Avelar	03/09/2018	1087	Bolsa Família, realização e marcação de exames e consultas, Minha Casa, Minha Vida, Coelba, Primeiro Passo, LIMPURB, Semtel, TRANSALVADOR, Codesal, Codecon, Ouvidoria, SMED.
Centro/Brotas	Engenho Velho de Brotas	15/09/2018	115	Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Primeiro Passo, SIMM.
Cidade Baixa	Uruguai	20/10/2018	229	Bolsa Família, cartão SUS, Primeiro Passo, realização de consultas e exames.
Barra/Pituba	Federação	14/07/2018	564	Bolsa Família, realização e marcação de exames e consultas, Minha Casa, Minha Vida, Coelba, Primeiro Passo, TRANSALVADOR, Codesal, Codecon, cartão SUS, Balcão de Justiça, SIMM, ruas de lazer.
Subúrbio/Ilhas	Paripe	09/11/2018	127	Bolsa Família, Primeiro Passo e Balcão de Justiça.
Subúrbio/Ilhas	Marechal Rondon	10/11/2018	605	Bolsa Família, realização e marcação de exames e consultas, Minha Casa Minha Vida, Coelba, Primeiro Passo, TRANSALVADOR, Codesal, Codecon, cartão SUS, Balcão de Justiça, SIMM, ruas de lazer.
Cajazeiras	Cajazeiras VIII	10/11/2018	180	Bolsa Família, realização e marcação de exames e consultas, Minha Casa Minha Vida, Coelba, Primeiro Passo, TRANSALVADOR, Codesal, Codecon, cartão SUS, Balcão de Justiça, SIMM, ruas de lazer.
TOTAL DE ATENDIMENTOS			5077	

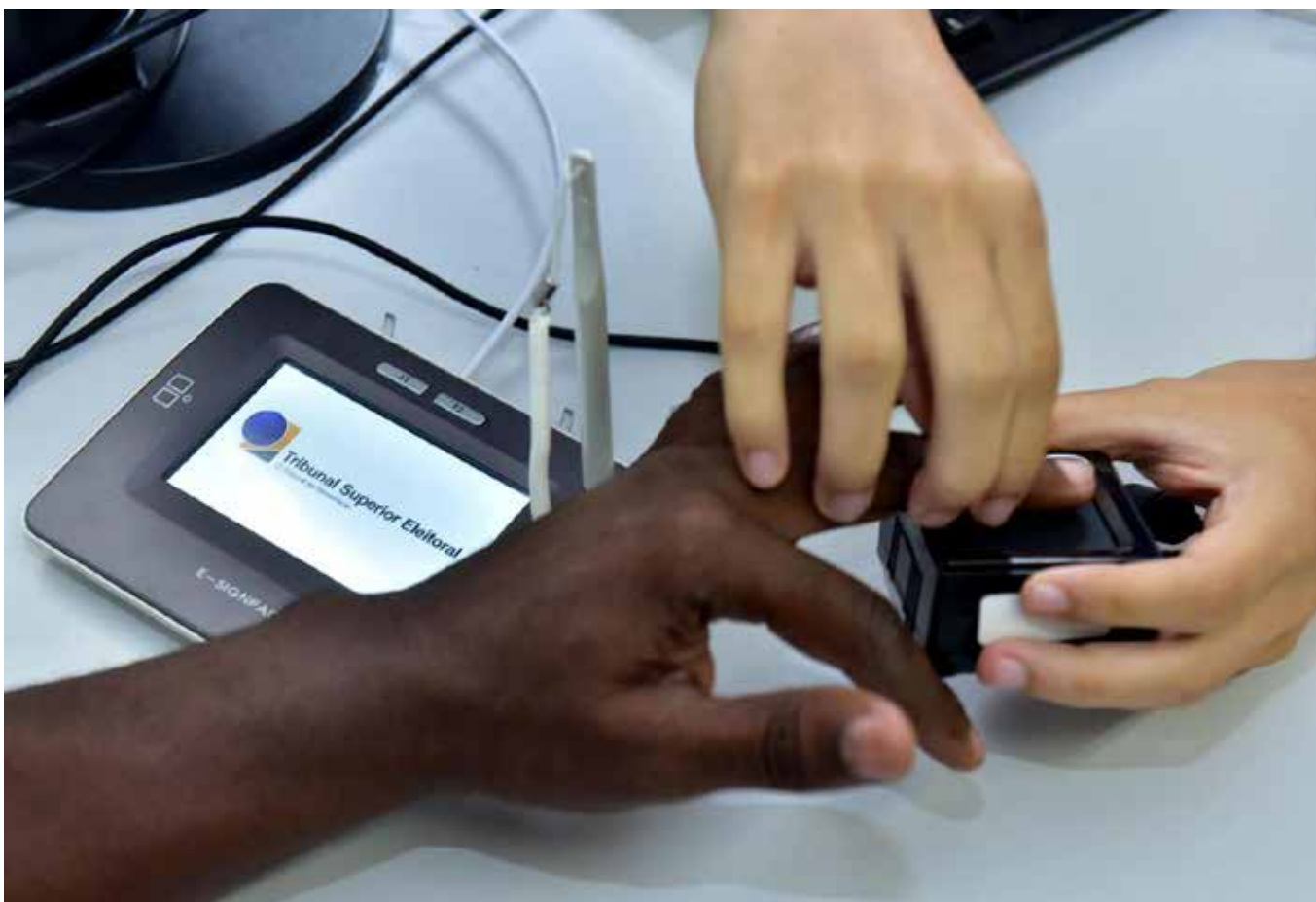


7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO

O serviço de Biometria, realizado em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), atendeu a mais de 80 mil pessoas em Salvador. Disponibilizado nas Prefeituras-Bairro do Subúrbio/Ilhas, Pau da Lima, Barra/Pituba e Cajazeiras, o cadastramento foi realizado de abril 2017 até o janeiro de 2018, sendo retomado em fevereiro e encerrado em maio de 2018.



CARNAVAL DOS BAIRROS

A DGPB participou ativamente da operação Carnaval dos Bairros. As ações consistiram em oferecer aos cidadãos condições para desfrutar de um carnaval de qualidade no seu bairro. A iniciativa beneficiou 1.004.302 pessoas em 2018.

ATIVIDADES DO CARNAVAL NOS BAIRROS
Fiscalização e solicitação de revisão geral de rede elétrica, iluminação, poda de árvores, requalificação asfáltica em vias e redes de drenagem.
Auxílio na fiscalização de comércio local.
Solicitação e fiscalização para atividades de limpeza, varrição e lavagem no entorno das festividades.
Solicitação e fiscalização de limpeza de caixas de sarjetas e poços de visita.
Acompanhamento na instalação de banheiros químicos.
Reuniões com o comando da Polícia Militar, conselho do carnaval, distritos sanitários, coordenadores locais.
Auxílio na fiscalização e retirada de stands de vendas irregulares.
Verificação, solicitação e acompanhamento de vistoria em semáforos.
Vistoria e acompanhamento da montagem dos palcos.
Identificação e sinalização de pendências aos órgãos responsáveis e acompanhamento na solução.
Verificação de publicidade da PMS no circuito.
Fiscalização e auxílio no ordenamento de ambulantes.
Vistoria e acompanhamento da montagem e desmontagens dos palcos e camarins.
Verificação do atendimento de transporte público.

OPERAÇÃO CHUVA

A DGPB participou das atividades de elaboração e de execução da Operação Chuva 2018, através da formação dos Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC), da capacitação de lideranças comunitárias e moradores de áreas de risco para ações de defesa civil, vistorias para identificação de situações que envolvem riscos à população, como também no atendimento às famílias desabrigadas e em áreas de desastres. (Ver CODESAL)

Devido às fortes chuvas ocorridas entre abril e junho de 2018, a DGPB solicitou a realização de operação tapa buraco nas principais vias de tráfego como avenidas Aliomar Baleeiro (São Cristóvão), Paralela, São Cristóvão e Dorival Caymmi (Itapuã), Estrada das Pedreiras Aratu (CEASA), Rua Beija Flor (Jardim das Margaridas), Currallinho (Imbuí), Setor C (Mussurunga I), Rua Dilson Jatáhy Fonseca (Stella Mares), Rua Ibitiara (Stella Mares), Rua Joaquim Ferreira (Jardim das Margaridas) e Ladeira do Abaeté (Itapuã).

Como forma preventiva, a LIMPURB foi acionada para execução de roçagem mecanizada/manual, gancheamento e pintura de meio fio nas ruas Professor Plínio Garcez de Sena (Mussurunga I), F, Setor J, Caminho 19 (Mussurunga II), Rua Buararema (São Cristóvão), da 1ª Travessa Joaquim Ferreira (Jardim das Margaridas), Condomínio União Paraíso (São Cristóvão) e Praça da Matriz (São Cristóvão).



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2018-2022

A principal meta da DGPB/GABP no Planejamento Estratégico é o Ouvindo Nosso Bairro. A criação de um aplicativo (em parceria com a COGEL) tornou possível o acompanhamento online do andamento das obras. A DPGB também efetivou em 2018 a implantação de unidade de atendimento móvel e de postos avançados.

A oferta de serviços foi ampliada e, em 2018, todas as 10 Prefeituras-Bairro passaram a emitir Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em parceria com a SEMTEL e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/MTE). Outra melhoria nos serviços para o cidadão foi a mudança da sede do posto avançado da Ilha de Bom Jesus para o CRAS e da sede da Prefeitura-Bairro Liberdade/São Caetano para novo imóvel reformado com instalações modernas. As unidades do Subúrbio, Cabula e Itapuã foram reformadas, garantindo mais conforto à população.

Com o objetivo de obter excelência no atendimento, a DGPB também implantou pesquisa de satisfação nas Prefeituras-Bairro, capacitou servidores através de cursos e treinamentos realizados em parceria com a SMS, o INSS, a SEMTEL, a SRTE/MTE e a SEMGE. Também foi constituída uma equipe de certificação das Prefeituras-Bairro que recebeu treinamento de Agente Certificado pela ISO 9000 para promover a padronização do atendimento através da Supervisão Geral de Atendimento.

A DGPB realizou ainda, em agosto, um fórum, com a presença dos servidores das Prefeituras-Bairro, quando foram apresentadas as estatísticas, eixos de atuação, melhorias alcançadas, planejamento de novos passos e abordagem de temas ligados à prestação de serviços. Foi implantada uma premiação para servidores que mais se destacaram em cada Unidade, baseado no comprometimento, iniciativa, desempenho e qualidade no atendimento como instrumento de motivação.

Em dezembro, foi realizada também capacitação para qualificar a equipe de gestão das 10 Prefeituras-Bairro.

Ainda buscando a melhoria da qualidade do atendimento prestado, é realizado nas unidades o monitoramento e acompanhamento através de avaliação registrada pelo cidadão após finalização.

AVALIAÇÃO DAS PREFEITURAS-BAIRRO						
PREFEITURA-BAIRRO	AVALIAÇÃO					
	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	SEM OPINIÃO	RECUSADA
Liberdade/São Caetano	62,33%	15,06%	0,49%	0,08%	0,12%	21,92%
Valéria	70,89%	12,61%	0,31%	0,06%	0,23%	15,90%
Pau da Lima	71,73%	20,34%	0,44%	0,54%	0,22%	6,73%
Cabula/Tancredo Neves	55,26%	8,23%	0,28%	0,04%	0,35%	35,84%
Barra/Pituba	51,02%	5,99%	0,31%	0,04%	0,08%	42,56%
Subúrbio Ilhas	43,89%	10,98%	2,66%	0,45%	1,45%	40,57%
Cidade Baixa	64,42%	10,50%	0,74%	0,04%	0,47%	23,83%

AVALIAÇÃO DAS PREFEITURAS-BAIRRO						
PREFEITURA-BAIRRO	AVALIAÇÃO					
	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	SEM OPINIÃO	RECUSADA
Cajazeiras	80,78%	7,18%	0,41%	0,08%	1,24%	10,31%
Itapuã/Ipitanga	64,13%	12,69%	0,49%	0,07%	0,11%	22,51%
Centro/Brotas	71,23%	17,69%	0,52%	0,12%	0,19%	10,25%

Além da avaliação do cidadão, o atendimento também é avaliado pelo núcleo de gestão da DGPB, através de visitas periódicas às unidades e pelo acompanhamento das mensagens deixadas pelos cidadãos nas caixas de sugestão das Prefeituras-Bairro.

Em 2018, as unidades alcançaram a marca de seis milhões de atendimentos. Este número é resultado do volume acumulado desde o primeiro atendimento no posto da Prefeitura-Bairro Centro/Brotas, em fevereiro de 2014, até a entrega do novo posto de atendimento da Prefeitura-Bairro Liberdade/São Caetano, localizada no Largo do Tanque, além dos atendimentos realizados no Carnaval dos Bairros, no PBI – Prefeitura-Bairro Itinerante e em eventos e audiências públicas.

[illegible]



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

SERVIÇOS MAIS SOLICITADOS PRESENCIALMENTE		
SERVIÇOS	NÚMERO DE ATENDIMENTOS	PERCENTUAL
SalvadorCard	454.146	38%
Marcação de consultas e exames	106.609	9%
Serviço de biometria	81.716	7%
Bolsa Família	77.532	6%
Cartão SUS	67.857	6%
Dispensação de medicamentos	67.165	6%
SIMM	62.419	5%
MINHA CASA, MINHA VIDA – verificação de sorteio	22.919	2%
MINHA CASA, MINHA VIDA – atualização	18.787	2%
TOTAL	959.150	81%

Além dos atendimentos que são realizados nas sedes das próprias unidades, a DGPB também atende às demandas que são trazidas pela Comunidade através de reuniões promovidas por líderes, associações, representantes, órgãos e instituições de bairro e comunitárias.

A DGPB ainda é convocada por órgãos públicos de todas as esferas de poder para atuar em demandas de interesse coletivo, como, por exemplo, pela SEMOB para articular a realização de audiências públicas regionalizadas sobre o Plano de Mobilidade, pela SEMTEL para a elaboração de mapeamento de dados da prática de atividade esportivas pelos alunos da rede municipal de ensino de Salvador dentro e fora do ambiente escolar, pela SEMUR para o Conselho Municipal das Comunidades Negras, além de reuniões agendadas pelo Ministério Público da Bahia, Defensoria Pública do Estado da Bahia e Polícia Militar do Estado da Bahia.

CONSELHOS COMUNITÁRIOS

A DGPB, em 2018, realizou o processo eleitoral para composição dos novos Conselhos Comunitários de cada área de atuação das unidades de Prefeituras-Bairro, para o prazo de dois anos. O resultado do pleito foi publicado no Diário Oficial do Município em 28 de março.

COMPOSIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIOS

NÚMERO DE ELEITOS E SUPLENTE POR PREFEITURA-BAIRRO		
REGIONAL	ELEITOS	SUPLENTE
Liberdade/São Caetano	10	4
Itapuã/Ipitanga	10	4
Cajazeiras	10	0
Subúrbio/Ilhas	10	5
Cabula/Tancredo Neves	10	2
Pau da Lima	10	12
Valeria	10	3
Centro/Brotas	10	15
Cidade Baixa	10	0
Barra/Pituba	10	0
TOTAL	100	45

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR (CGM)

A Controladoria Geral do Município (CGM), em 2018, deu continuidade ao aperfeiçoamento das boas práticas, em especial, ao Observatório da Despesa Municipal (ODPM). A partir do acordo de cooperação técnica entre a Prefeitura Municipal e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, tendo como interveniente a Controladoria Geral do Município de Salvador, foi possível incrementar a troca de informações e de experiências na área de controle.

CONTROLE INTERNO

A Controladoria envia regularmente ao TCM-BA a documentação mensal sobre receita e despesa, de acordo com as normas e as orientações, através do sistema e-TCM. Este acompanhamento assegura a disponibilização das informações dentro dos prazos estabelecidos e a Prestação de Contas Anual da administração pública municipal que, em conformidade com o disposto no Inciso 3º do Art. 31 da Constituição Federal, é remetida à Câmara Municipal de Salvador.



Também é competência da CGM, acompanhar a eficiência e efetividade na aplicação de recursos em programas e projetos, avaliar os resultados alcançados e a gestão financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades da administração pública municipal. A Controladoria acompanha ainda as decisões do TCM e adota as providências para o cumprimento das obrigações pecuniárias impostas em favor dos cofres públicos.

ATIVIDADES DE AUDITORIA

Ao longo de 2018, foram desenvolvidas atividades com os processos de precatórios em que o município figura como devedor, o que permitiu à PGMS realizar acordos mais vantajosos e obter ressarcimento de R\$ 7 milhões aos cofres municipais. Também teve início o planejamento dos trabalhos de análise e acompanhamento da execução do Projeto Salvador Social.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

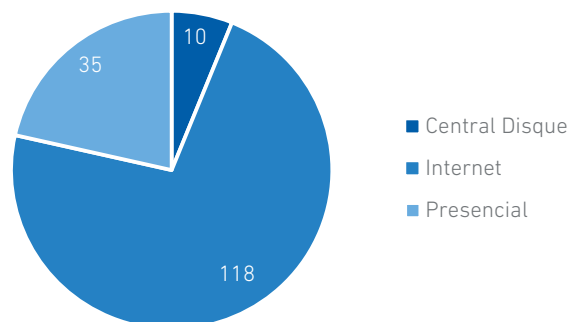
Para assegurar a efetividade do direito à informação, a CGM, através da Coordenadoria de Transparência e Controle Social, tem mantido controle sistemático do fluxo de informações publicadas no “Portal Transparência Salvador” para certificar a integridade e atualização dos dados e promover as melhorias necessárias à compreensão dos dados e relatórios por parte dos cidadãos. Com esse propósito, em 2018, foram reformuladas áreas do portal destinadas à publicação de informações sobre repasses de recursos por meio de convênios/parcerias e realizados estudos voltados à reestruturação dessa ferramenta de acesso à informação e fomento à cidadania. O desenvolvimento de uma nova versão do portal está previsto para 2019.

As páginas do portal Transparência Salvador foram visitadas 165.537 vezes, no período, registrando um crescimento de 27,5% no número de visualizações em comparação a 2017, o que indica um maior interesse do cidadão em informações sobre o uso e aplicação dos recursos municipais.

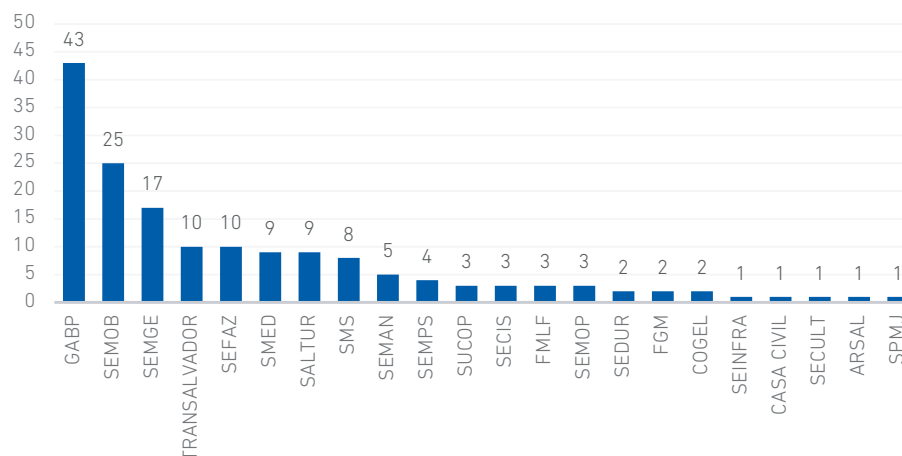
Através do projeto “A Cidade Somos Nós”, desenvolvido em parceria com a SMED, mais de 1.200 alunos matriculados nas séries finais do ensino fundamental das escolas municipais participaram de oficinas interativas sobre cidadania, direito de acesso à informação e controle social. Entre os meses de agosto e novembro de 2018, foi realizado concurso de redação sobre o assunto, com a participação de 400 alunos.

Em 2018, foram registrados 163 pedidos de informação, dos quais 72%, ocorreram por meio da internet e 21% através de registros presenciais, realizados junto às ouvidorias setoriais ou Prefeituras-Bairro.

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO POR CANAL DE ATENDIMENTO



PEDIDOS DE INFORMAÇÃO POR ÓRGÃO



MONITORAMENTO E CONTROLE

Em 2018, foram examinados e obtiveram parecer favorável 38 processos administrativos referentes a concursos, REDA e criação de cargos. Além disso, o monitoramento da regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira do município, é uma das atividades prioritárias da gestão municipal.

O controle envolve o acompanhamento das informações constantes do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) e também as atividades correcionais, desenvolvidas, pela Corregedoria do Município, com a finalidade de planejar, orientar, supervisionar, avaliar e controlar as ações nessa área.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGMS)

A Procuradoria Geral do Município do Salvador (PGMS) é o órgão central do sistema de assessoramento jurídico da Prefeitura de Salvador. Atua na representação judicial do município, em defesa de seu patrimônio, de seus direitos e interesses, além de prestar assessoramento jurídico aos órgãos e entidades da administração.

COORDENADORIA DAS REPRESENTAÇÕES (COREP)

A PGMS, através das representações jurídicas (RGPMS), que se reportam à Coordenadoria das Representações (COREP), examinou 9.038 processos desde 2013 até 2018.

COORDENADORIA DAS REPRESENTAÇÕES – COREP	
REPRESENTAÇÃO – RGPMS 2013 A 2018	PROCESSOS EXAMINADOS
COREP	721
SEMGE	1.175
SEFAZ	410
SEMPs	263
SMS	3.018
SMED	680
SEMAN	241
SEINFRA	324
SECIS	147
SEMUR	219
SECULT	30
SEDUR	531
SEMOP	383
SEMOB	136
CASA CIVIL	445
GABP	315
TOTAL	9.038

Fonte: PGMS/COREP.

PROCURADORIA CÍVEL, ADMINISTRATIVA E TRABALHISTA (PROCAT)

As Procuradorias Especializadas (PROCAT) – trabalhista, judicial cível e administrativa – participaram, em 2018, de 1.157 audiências e receberam 2.634 notificações, citações ou intimações emitidas.

ESPECIALIZADA JUDICIAL TRABALHISTA – EJUTR		ESPECIALIZADA JUDICIAL CIVIL ADMINISTRATIVA – EJUCA	
ATIVIDADE 2018	QUANTITATIVO	ATIVIDADE 2018	QUANTITATIVO
Notificações/citações/intimações emitidas	2.634	Notificações/citações/intimações	12.646
Mandado de segurança ajuizados	2	Ações ajuizadas para o município	-
Contestações	540	Audiências de Conciliação Juizado Fazenda Pública	1.129
Embargos, Recursos e contrarrazões	1.637	Audiências de instrução juizado Fazenda Pública	43
Petições	310	Petições	7.334
Audiências	1.157	Audiências	18
Pareceres	4	Ofícios expedidos	2.717
Ofícios expedidos	540	Comunicação interna	371
TOTAL	6.844	TOTAL	24.258

Fonte: PGMS/PROCAT.

PROCURADORIA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO, URBANISMO E OBRAS (PROAPO)

A PROAPO contabilizou 2.617 processos, divididos entre as áreas Especializada Administrativa (1.367) e Especializada Judicial (1.250).

PROCURADORIA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO, URBANISMO E OBRAS – PROAPO			
ATIVIDADE	ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA	ESPECIALIZADA JUDICIAL	TOTAL
Notificações/citações/intimações	-	903	903
Processos	1.367	1.250	2.617
Petições	-	425	425
Audiências	44	109	153
Ofícios e CIs	464	309	773
Ações ajuizadas	-	25	25
Manifestações/despachos	421	352	773

Fonte: PGMS/PROAPO.



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

PROCURADORIA FISCAL (PROFI)

A PROFI é a área com o maior volume de atividades na PGMS. Em 2018, houve a tramitação de 13.115 processos na Execução e de mais 1.695 na Chefia Especializada Judicial.

PROCURADORIA FISCAL (PROFI)	
ATIVIDADE 2018	QUANTITATIVO
Processos Judiciais	1.417
Processos Administrativos/Als recebidos	11.574
Processos Administrativos/Als enviados	11.190
Ofícios	120
Cis	56
Mandados de RPV	389
Petições de extinção	10.481
TOTAL	35.227

Fonte: PGMS/Coordenação PROFI.

ESPECIALIZADA JUDICIAL 2018	
ATIVIDADE 2018	QUANTITATIVO
Processos Judiciais Analisados/Peticionados	786
Processos Administrativos Entradas	74
Pareceres/Diligências Emitidas	54
Ofícios/CIs	23
Instrumento de Transação	2
Atendimento/Reunião	13
Acompanhamento do Parcelamento	96
TOTAL	1.048

Fonte: PGMS/Subespecializada de Créditos Tributário.

SETOR DE CONTROLE DA LEGALIDADE – SECOL	
ATIVIDADE 2018	QUANTITATIVO
Auto de Infração recebido	4.362
NFL recebido	293
Processos administrativos recebidos	186
Pareceres e diligências emitidas	5.686
Atendimento/reunião	91
TOTAL	10.618

Fonte: PGMS/ Setor de Controle da Legalidade – SECOL.

ESPECIALIZADA JUDICIAL FISCAL – SEJU	
ATIVIDADE 2018	QUANTITATIVO
Tramitação de Proc./Chefia Especializada Judicial	1.695
Tramitação de Proc./Execução	13.115
Publicação de Extinção	-
Publicação de Remissão	-
Publicação Cancelamento	-
Publicação de Suspensão	-
Processos Adm. Chefia Especializada Judicial	1.945
Processos (Contestação, Informações, etc.).	9.789
Processos de Embargos (impugnação, provas, apelação).	1.065
TOTAL	27.609

Fonte: PGMS/Especializada Judicial Fiscal – SEJU.



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

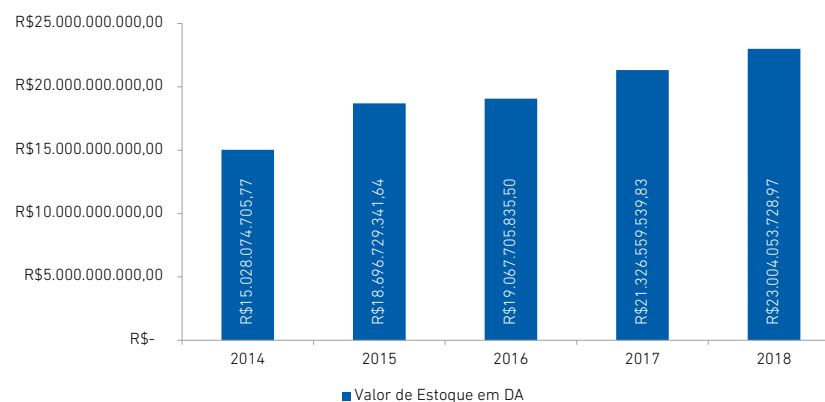
ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA FISCAL – SEADF	
ATIVIDADE 2018	QUANTITATIVO
Processos Administrativos Recebidos	4.498
Processos Administrativos Enviados	9.414
Autos de infração e NFL	32
Ofícios/Clis	25
TOTAL	13.969

Fonte: PGMS/Especializada Administrativa Fiscal – SEADF.

DÍVIDA ATIVA – CDA

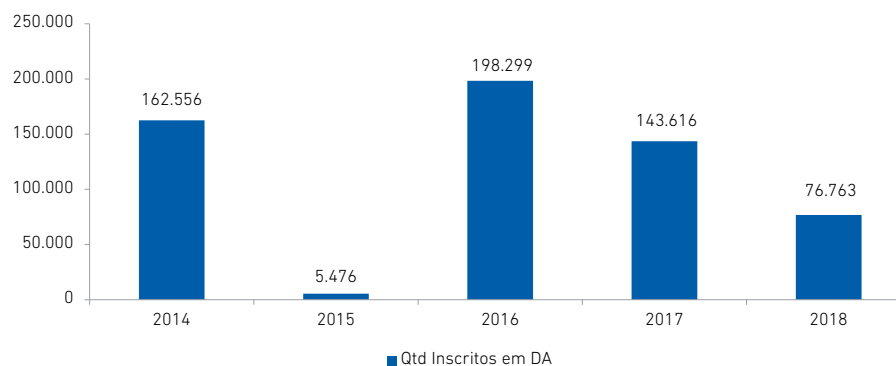
Durante o ano de 2018 foram atendidos aproximadamente 25.757 contribuintes. O estoque da dívida, contabilizou 734.964 débitos, tributários ou não tributários, totalizando um valor corrigido de R\$ 23.004.053.728,97.

COMPARATIVO DE VALORES DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA – 2014 A 2018 – JAN A SET

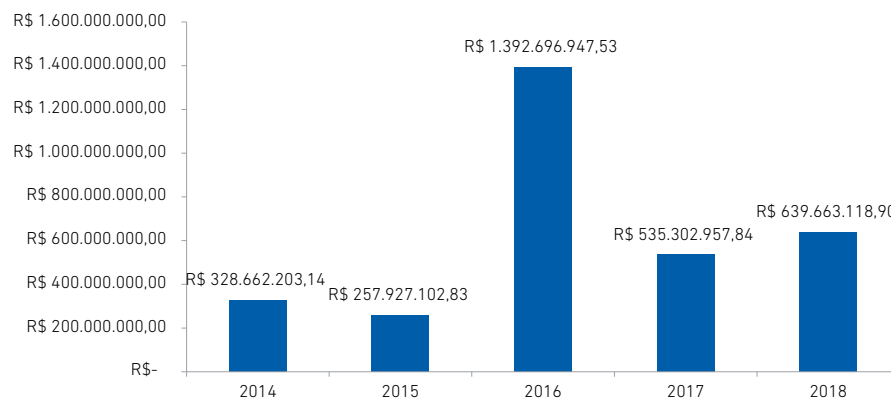


Até o dia 30 de setembro de 2018 foram inscritos 76.763 créditos, considerando como tal cada lançamento contábil devido por cada contribuinte.

COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA – 2014 A 2018 – JAN A SET



COMPARATIVO DE VALORES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA – 2014 A 2018 – JAN A SET



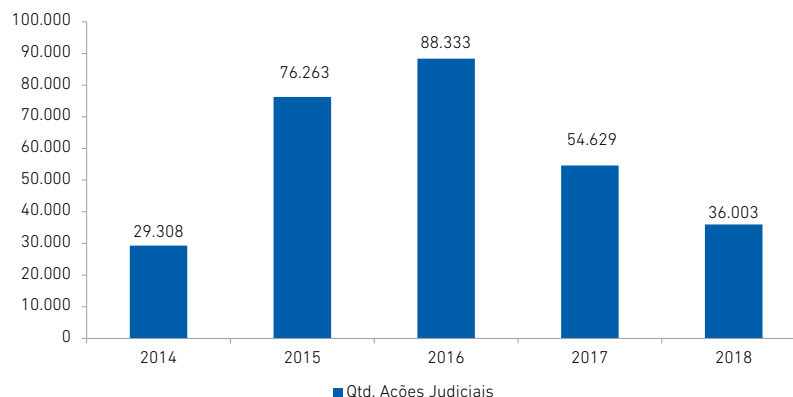
O valor inscrito em Dívida Ativa foi de R\$ 639.663.118,90, representando um acréscimo de 1,2% em relação ao valor de 2017.



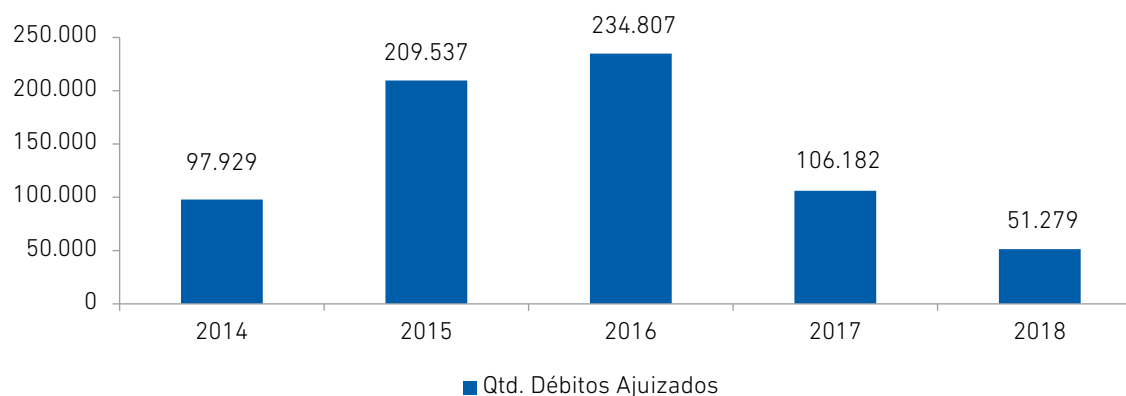
7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE AÇÕES JUDICIAIS DE AJUIZAMENTO NA DÍVIDA ATIVA – 2014 A 2018 – JAN A SET

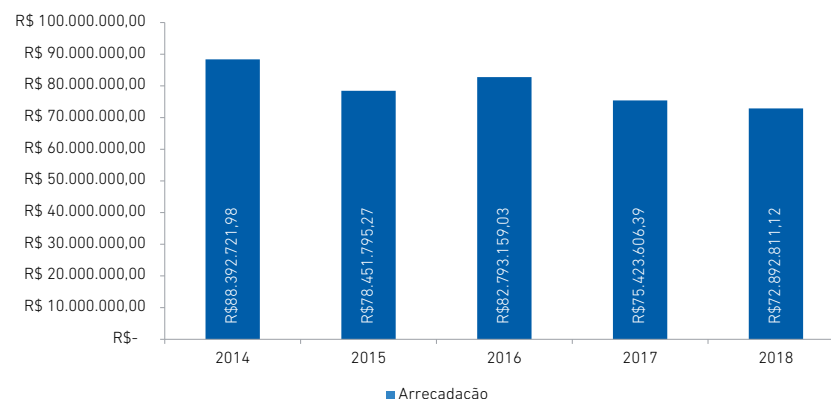


COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE DÉBITOS AJUIZADOS NA DÍVIDA ATIVA DE 2014 A 2018 – JAN A SET



Foram ajuizados 51.279 débitos que, somados, totalizaram R\$ 458.625.096,16 e representam um montante de 36.003 execuções judiciais.

COMPARATIVO DE VALORES DE ARRECAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA – 2014 A 2018 – JAN A SET



A arrecadação da Dívida foi contabilizada através de pagamento por DAM, a cifra de R\$ 72.892.811,12.

INDICADORES DA DÍVIDA ATIVA

PARCIAL – JANEIRO A SETEMBRO 2018		
INDICADOR	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Ajuizados	51.279	458.625.096,16
Ações Judiciais	36.003	458.625.096,16
Inscritos	76.763	639.663.118,90
Estoque/Créditos	734.964	23.004.053.728,97
*Arrecadação	-	72.892.811,12
**Recuperado Judicialmente	-	
Prescritos	1.630	5.038.553,46
Exclusão de Encargos	13	329.499,38
**Cancelados/Anulados	18.313	355.275.294,76
Compensados	79	3.042.813,11
Renúncia de Encargos PPI	17.434	16.442.344,57
Contribuintes atendidos na DA	25.757	

*A arrecadação foi fornecida pela SERCO/CCT/SEFAZ.
Fonte: Sistemas de AI, NFL, SAT Dívida Ativa e SGA Livre.
Autor NTI/PGMS em 03/10/2018.



Foram baixados, em 2018, por prescrição, débitos no valor total de R\$ 5.038.553,46. Este resultado só foi possível graças à atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que ampliou o número de processos sentenciados, além de ter realizado mutirão para identificação de processos judiciais baixados no Tribunal de Justiça, com decisões extintivas, transitadas em julgado, no qual ainda não houve a baixa do débito em Dívida Ativa. A atuação impacta, inclusive, na parcela do estoque da Dívida Ativa baixada por anulação/cancelamento, que totalizou R\$ 355.275.294,76.

Com relação aos processos de compensação tributária, foi registrado a baixa de débito no montante de R\$ 3.042.813,11, considerando todos os sistemas da Dívida Ativa (SAT/DAT, AI e NFL). Desde 2015, foi implementado o protesto das certidões da Dívida Ativa, com vistas a cobrar débitos de pequeno valor.

Embora a minoria dos contribuintes pague os débitos protestados à vista, ainda assim há o parcelamento de grande parte dos débitos protestados, gerando a expectativa de recebimento futuro.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO (SECOM)

A SECOM é o órgão responsável pela divulgação jornalística e a propaganda institucional da Prefeitura de Salvador.

JORNALISMO

Entre as atividades desenvolvidas, durante 2018, na área de jornalismo, estão a divulgação para a imprensa das informações, ações e realizações da administração, suporte às demandas dos veículos jornalísticos, redação e edição de cadernos especiais para os jornais locais, com temas ligados à administração municipal.

Através da Agência de Notícias (agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br), criada em 2014, a imprensa e os cidadãos têm acesso aos textos, fotos, vídeos e áudios produzidos pela assessoria. Ao final de 2018, a Agência registrou 1.280 inscritos, um crescimento de 25% em relação a 2017.

Entre as iniciativas realizadas ao longo do ano estão a elaboração do Guia do Carnaval – publicação distribuída para os jornalistas credenciados para a cobertura da festa e para turistas – e a implantação do Portal do Credenciamento para facilitar o cadastro de profissionais para a cobertura do Carnaval e de outros eventos, como o Réveillon.

Também se destacam as ações de divulgação junto à imprensa nacional de eventos de grande porte realizados em outros estados como o lançamento do calendário de verão, o seminário sobre o Programa Salvador 360 e a apresentação do Centro de Convenções para investidores. A SECOM também coordenou as entrevistas coletivas do prefeito, a publicação de artigos de secretários e dirigentes em jornais locais e sites e enviou sugestões de pautas, notas exclusivas, fotos e vídeos para os principais jornais e emissoras de televisão do país.

A Agência de Notícias acompanhou a produção e o envio de material jornalístico, elaborado pelas assessorias das secretarias, órgãos e entidades da prefeitura aos jornais, sites, rádios e emissoras de televisão. Ao longo do ano, em média, foram encaminhados três áudios por dia para as rádios, com entrevistas com o prefeito, secretários e dirigentes de entidades, além de um vídeo por semana para as TVs. Para responder às críticas de ouvintes e de leitores foi produzida uma média de 25 notas diárias.

Em 2018, o Programa Informe Salvador, com duração de dois minutos, exibido uma vez na semana, continuou a ser veiculado nas principais emissoras de rádio da capital baiana.





INTERNET E REDES SOCIAIS

No segundo semestre de 2018, foi criado um plano de monitoramento e interações de mídias digitais da SECOM. A estratégia de monitoramento é composta pelas etapas de coleta, análise, planejamento e aplicação. Para aprimorar a interação com os seguidores, foi criada uma equipe para tratar as ocorrências, responder aos comentários e encaminhar solicitações para secretarias e órgãos competentes. Este trabalho permitiu gerar indicadores de temas críticos, capazes de antecipar crises de imagem.

Outra estratégia adotada foi a realização periódica de benchmarking com canais de prefeituras de outras capitais como São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Rio de Janeiro. A partir do tema “Salvador é uma cidade onde vivem pessoas felizes”, foram mantidas séries fixas como o #SeLigue e #EuAmoSalvador para divulgar serviços e noções básicas de cidadania.

As datas especiais foram celebradas com temas relacionados à diversidade, tolerância e promoção da cidadania, sempre de forma interativa e em uma linguagem bem humorada. No dia mundial da fotografia, em agosto, foi realizada uma ação interativa em parceria com a Secult e o Visit Salvador da Bahia, onde o equipamento Forte de Santa Maria ganhou uma exposição, resultado da colaboração dos seguidores do perfil @Prefsalvador. Essa ação influenciou no crescimento de 10% da audiência do Instagram, além de ter gerado diversas pautas em veículos de comunicação.

Em 2018, a SECOM desenvolveu também projetos de websites como o do Carnaval 2018 (www.carnaval.salvador.ba.gov.br), IPTU Amarelo (www.iptuamarelo.salvador.ba.gov.br), avenida Sete (www.avenida7.salvador.ba.gov.br), Festival da Virada (www.reveillon.salvador.ba.gov.br) e da Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (www.sustentabilidade.salvador.ba.gov.br).

PROPAGANDA E PUBLICIDADE

O desenvolvimento de campanhas em veículos de comunicação – revista, jornal, outdoor, rádio e televisão – e a elaboração de material de comunicação direta, como folhetos, cartazes, painéis e banner, que dão suporte às campanhas e atividades específicas da prefeitura, são as principais atividades da área de Publicidade e Propaganda.

Além disso, o setor executa ainda o planejamento, a estratégia e a gestão de contratos com as agências de propaganda e publicidade, elabora briefing e acompanha a criação e aprovação das campanhas e de peças avulsas de todas as secretarias/órgãos/empresas e analisa o resultado e a eficácia das campanhas. Também responde pelo controle e gestão do orçamento de comunicação de todas as secretarias/órgãos/empresas e faz o acompanhamento e controle do orçamento das campanhas publicitárias, peças avulsas, patrocínios, eventos e exposição da marca da prefeitura.

CAMPANHAS E ATIVIDADES REALIZADAS EM 2018			
CAMPANHAS	ATIVIDADES	CAMPANHAS	ATIVIDADES
Educação Tributária	IPTU PPI Nota Salvador	Ações no Trânsito	Mudança no Trânsito – BRT Mudança no Trânsito – Ondina Resultado no Trânsito Mobilidade Codecon
Infraestrutura	Realizações da PMS – Asfalto – Brotas Realizações da PMS – Novo Asfalto Realizações da PMS – Iluminação Pública Terrenos Duas Mil Obras	Ações de Saúde	Febre Amarela Prevenção DST Maio Amarelo Cartinha Educação Idoso HTLV 2018 Vacinação Sarampo e Pólio Vacinação Antirrábica Vacinação Gripe Vacinação Febre Amarela Limpeza de Reservatório e Água Hipertensão Arterial Combate à Hanseníase nas Escolas Outubro Rosa Salvador sem Mosquito
Institutional	Carnaval 2018 Aniversário da Cidade 2018 Festival da Cidade 2018 Informes Publicitários Salvador Bairro a Bairro Programa Salvador 360 Programa Mulher 360 Maratona Salvador 2018 Festival da Primavera HUB Realizações da PMS – Gestão/Entregas Hospital Municipal de Salvador Guarda Civil Municipal Balanço Educação 2018	Ações Sociais	Balanço Social – Morar Melhor Para Praia Piscina Olímpica Programa Morar Melhor Operação Chuva 2018 Prefeitura em Ação SIMM Prefeitura-Bairro Barra/Pituba Prefeitura-Bairro Itapuã Prefeitura-Bairro Liberdade e São Caetano Prefeitura-Bairro Itinerante Prefeitura-Bairro Cidade Baixa Observatório da Discriminação Social



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

CAMPANHAS E ATIVIDADES REALIZADAS EM 2018			
CAMPANHAS	ATIVIDADES	CAMPANHAS	ATIVIDADES
Ações em Turismo	Turismo Reposicionamento de Salvador Projeto Jovem Monitor de Turismo	Mobilidade Urbana	Mobilidade Carnaval Reestruturação das linhas de ônibus BRT Salvador Salvador Vai de Bike Projeto Bike sem Barreiras
Ações em Cultura	Pelourinho Dia e Noite Centro Histórico Boca de Brasa Casa do Carnaval Curta Salvador Festa de Iemanjá Lavagem de Itapuã Lavagem do Bonfim	Ações de Educação	Agentes da Educação Feira Literária Evasão Escolar Subúrbio 360 Agentes de Empreendedorismo

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO (SEMGE)

A SEMGE é responsável por elaborar e executar a gestão de pessoas, dos recursos logísticos, da tecnologia da informação e comunicação, bem como a previdência dos servidores públicos municipais, além de promover a modernização e a inovação da gestão.

GESTÃO INSTITUCIONAL

Em 2018, com o objetivo de promover maior celeridade na busca de soluções para diferentes áreas, foi implementado o projeto Pitch Salvador, integrante do Programa Salvador 360 no Eixo Cidade Inteligente. Através de Edital de Chamamento Público, foram selecionadas startups para desenvolverem soluções inovadoras para a gestão pública.

Foram priorizadas as Secretarias da Saúde, da Educação e da Promoção Social e Combate à Pobreza que, juntas, elegeram 37 desafios da gestão. Das 56 soluções inovadoras apresentadas por startups, 26 foram pré-selecionadas e 17 são finalistas. Em ambiente colaborativo, as startups contam com apoio do Hub Salvador, infraestrutura física moderna, com acesso à rede de alta velocidade, espaço para mentoria e convivência.

BASE DE DADOS (GPM)

Para oferecer agilidade e eficiência na prestação de serviços ao cidadão, foi criado o projeto Salvador na Palma da Mão que irá implantar um novo canal de atendimento mobile, integrado aos diversos sistemas e aplicativos de serviços da prefeitura, através de um barramento e identificação única do cidadão, gerando dados para futura estruturação e tomada de decisão do gestor.

O termo de referência do projeto para subsidiar a licitação está em elaboração. Financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT), o projeto prevê investimentos na ordem de R\$ 4,4 milhões e tem sua implantação prevista para o primeiro semestre de 2019.

PROCESSO ELETRÔNICO-BPMS

O projeto de Automação de Processos visa a sistematização integral dos processos organizacionais e administrativos da prefeitura Municipal de Salvador para garantir maior eficiência, maior qualidade e menor burocratização das demandas. A iniciativa, financiada pelo BNDES, através do PMAT, realizou licitação de R\$ 7,9 milhões, compreendendo licença de uso da ferramenta e serviço de automação de processos, dos quais R\$ 2,3 milhões serão investidos exclusivamente nos processos da SEMGE.

Em 2018, foi concluído o processo licitatório do projeto que prioriza quatro áreas: a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), a Diretoria de Previdência (DPREV), a Diretoria de Logística e Patrimônio (DLP) e a Coordenadoria Administrativa (CAD).

MODELO DE TELEFONIA

O modelo de gestão e controle de telefonia implantado busca promover o uso racional dos serviços de telefonia da prefeitura, com adesão de 80% dos órgãos e entidades municipais. Além de criar a normatização do controle das ligações originadas, foram realizados treinamentos dos servidores do município. Em 2018, a iniciativa gerou uma economia de R\$ 309 mil.

GESTÃO INTEGRADA DA INFORMAÇÃO (GII)

A ferramenta Gestão Integrada da Informação (GII) proporciona o monitoramento e o gerenciamento estratégico de programas, ações e projetos prioritários da prefeitura. Além de acompanhar a evolução dos projetos e ações do planejamento estratégico 2017/2020, sob a coordenação da Casa Civil.



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

PONTO ELETRÔNICO E CONTROLE DE ACESSO

O projeto de Ponto Eletrônico visa conferir segurança aos indicadores, permitir maior produtividade e eficiência dos setores de gestão de pessoas, além de possibilitar a efetiva integração de dados, viabilizando o registro de jornada em qualquer uma das suas unidades. Já o projeto de Controle de Acesso consiste na aquisição de solução de gestão integrada de controle de acesso de pessoas e veículos, bem como de cadastramento funcional e biométrico dos colaboradores da Prefeitura Municipal do Salvador, além de possibilitar a integração com o Sistema de Gestão de Ponto Eletrônico. Ambos os projetos estão em fase de licitação e serão implantados em 2019.

CONECTA SALVADOR

O projeto, que integra o programa Salvador 360 no Eixo Cidade Inteligente, disponibiliza conectividade em vários locais do município, através de uma rede rápida e segura a partir da disponibilização de Wi-Fi. Lançado durante o Virada Salvador 2017, o serviço foi disponibilizado em outros eventos como Lavagem do Bonfim, Festa de Iemanjá e Carnaval, em 2018. Atualmente, a prefeitura disponibiliza o sinal em praças, largos e pontos turísticos de grande circulação, além de seus órgãos e entidades, estando ativos em 30 locais, com previsão de ampliação para mais 19 localidades distribuídos pela cidade.



MAPEAMENTO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)

Com o objetivo de tornar mais eficiente a prestação dos serviços ao cidadão, melhorar o planejamento do orçamento e o controle dos gastos com TIC, a SEMGE ao longo do ano de 2018, realizou iniciativas envolvendo os gestores de tecnologia dos órgãos e entidades da PMS. Após realização de diagnóstico, foram construídos os próximos passos para efetivação das melhorias identificadas.

AÇÕES REALIZADAS

Articulação com áreas responsáveis para participação de gestores setoriais de TIC em alguns cursos de tecnologia e inovação, tais como: Planejamento de Aquisições – IN 04/2014, no período de 13 a 15 de junho de 2018 e Empreendedorismo e Inovação, no período de 08 a 17 de agosto;

Mapeamento de TIC com o objetivo de compreender as necessidades operacionais e estruturais da área de TIC, compartilhar o resultado do mapeamento, visando a análise e conhecimento do panorama geral da TIC na PMS por todos os gestores setoriais e obter sugestões para construção de ações e diretrizes que norteiem a política de TIC no município.

COMITÊ MUNICIPAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Criado em 31 de agosto de 2018 para tratar assuntos de TIC, o Comitê Municipal de Tecnologia e Inovação busca integrar a equipe gestora multidisciplinar da PMS, promover o alinhamento estratégico, sistemas, recursos humanos e segurança da informação.

OUTSOURCING DE IMPRESSÃO

Com o objetivo de substituir gradativamente o parque de impressoras próprias e locadas da PMS, a SEMGE implantou o Outsourcing de Impressão, um novo modelo que permite realizar a gestão das impressoras e copiadoras utilizadas, renovar o parque de impressoras e reduzir os custos operacionais. Até o momento já foram definidas a contratação de 462 equipamentos para 30 unidades/órgãos da PMS.

PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

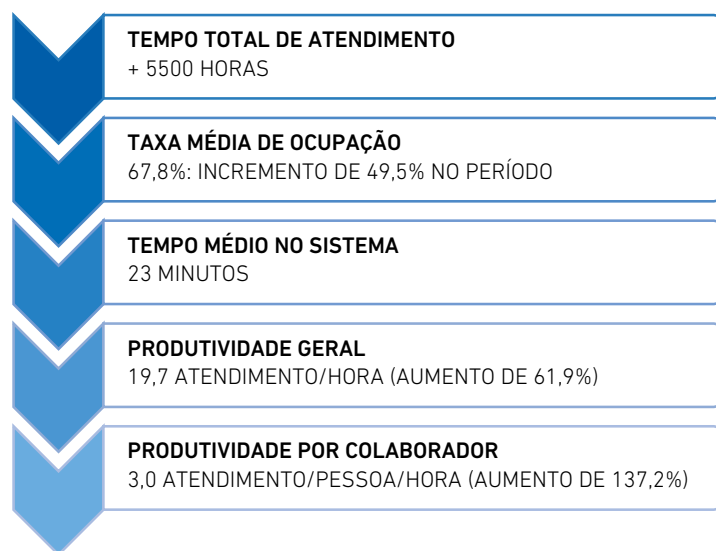
A Lei nº 9.186, de 29 de dezembro de 2016, extinguiu o PREVIS e transferiu suas atividades, acervo e pessoal para a Diretoria de Previdência, vinculada à Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE). Em maio de 2017, foi aprovado o Projeto de Lei nº 03/2017 pela Câmara Municipal referente à criação do Fundo Municipal de Previdência do Servidor (FUMPRES), sob a gestão da SEMGE, e a implantação do Conselho Municipal de Previdência do Servidor, formado por 10 integrantes.



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

A partir da incorporação das atribuições da PREVIS pela Diretoria de Previdência, foram implantadas medidas para melhorar a gestão, monitorar processos e acompanhar as demandas. Dentre essas medidas está a reformulação do sistema de medição e de monitoramento que definiu 15 indicadores para monitorar a qualidade, a produtividade e o desempenho do sistema de atendimento. A coleta dos dados permitiu à DPR reduzir em 55,5% o custo com terceirizados no setor de Cadastro e Orientação. Desde o início do projeto, já foram realizados quase 35 mil atendimentos que geraram os seguintes resultados.



AUDITORIA DOS BENEFÍCIOS DE PENSÃO POR MORTE

O projeto de auditoria, com orçamento de R\$ 246 mil, implantado em junho de 2018, visa analisar 1.828 benefícios num prazo de seis meses. A iniciativa já resultou em processos de cobrança de R\$ 1,175 milhão de benefícios recebidos ilegalmente e na exclusão de benefícios tanto em valores mensais quanto anuais. A economia anual atingiu R\$ 3,5 milhões entre benefícios excluídos e em fase final de exclusão. A expectativa é atingir uma economia de R\$ 7 milhões apenas no último biênio (2019-2020) do atual governo, com a economia mensal, devido à exclusão de benefícios indevidos, de R\$ 449 mil.

RECADASTRAMENTO PREVIDENCIÁRIO

Iniciado em agosto de 2017, o cadastramento permanente dos aposentados e pensionistas no mês de aniversário busca qualificar o banco de dados e as informações previdenciárias dos segurados do Fundo Municipal de Previdência do Servidor (FUMPRES). A iniciativa tem o objetivo de corrigir inconsistências cadastrais, complementar informações, criar arquivo digital dos segurados e promover limpeza no banco de dados.

Desde o início do projeto, foram realizados mais de 13 mil cadastramentos previdenciários, permitindo a formação de um banco digital para a gestão dos benefícios e processo de auditoria, além da integração com outros projetos, como as auditorias de benefício e a gestão de desempenho. A taxa de alteração cadastral superou 95% dos benefícios.

GESTÃO DE BENEFÍCIOS

O FUMPRES conta com 10.803 mil benefícios previdenciários, dos quais mais de 7,3 mil são aposentadorias e mais de 3,4 mil pensões por morte. Em 2018, foram 331 benefícios concedidos, um incremento de 13,7% em relação ao ano anterior. Desde meados de 2017, o controle se tornou mais rígido para cessar danos ao erário decorrentes de ilegalidades/irregularidades identificadas no processo de auditoria. Este procedimento resultou numa média de 100 benefícios suspensos por mês e 382 excluídos até novembro, gerando uma redução de R\$ 956 mil na folha de pagamento.

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Compensação Previdenciária tem como objetivo operacionalizar o acerto de contas entre o FUMPRES e o Regime Geral de Previdência Social. Em 2018, esta compensação resultou numa produção média de 290 processos analisados por mês, com picos de entrega nos meses de agosto e setembro. Para reduzir a fila de processos do FUMPRES e aumentar a agilidade na análise dos requerimentos, foi estabelecida uma parceria com o INSS, o que favoreceu os processos da fila ordinária.

Dentre os 605 processos já enviados ao INSS para análise, mais de 50,0% já tiveram o requerimento aprovado, outros 45,6% aguardam análise e apenas 3,0% não obtiveram êxito. Parte dos processos rejeitados já foram contemplados por outro RPPS. O resultado mostra a qualidade dos requerimentos, que apresentam retorno financeiro significativo para o FUMPRES.

GESTÃO FINANCEIRA

A evolução histórica das receitas previdenciárias do FUMPRES, de 2012 até 2018, demonstra um incremento na ordem de 65,4%, com uma taxa média de crescimento igual a 8,8% ao ano. Em 2018, a receita total teve um crescimento de 2,1% em relação ao ano passado, atingindo R\$ 481,3 milhões. Os fatores que influenciaram o crescimento da receita foram as receitas de contribuição patronal e do servidor, compensação previdenciária, restituição de folha, parcelamento de débitos entre outras receitas.

GESTÃO ATUARIAL

A análise atuarial é impactada pelo rol de benefícios elegíveis aos segurados do RPPS, assim como os seus critérios de elegibilidade. A proposta de renovação da legislação previdenciária municipal, com o aumento da alíquota patronal, gerou um crescimento de quase R\$ 3 milhões na receita previdenciária mensal e permitiu reduzir o chamado “aporte” financeiro do tesouro municipal para cobrir o déficit previdenciário, sem aumentar a conta. A iniciativa gerou resultado na projeção atuarial, uma vez que determina em lei própria alíquota de 24% para o ente público.



Também, em 2018, proposta do executivo ao legislativo municipal resultou na exclusão de benefícios transitórios que ainda constavam em lei como obrigação do FUMPRES, e projetava uma obrigação de provisionamento matemático da ordem de 5% do déficit atuarial. A iniciativa propôs ainda a segregação parcial da massa de inativos e pensionistas, tomando como base a data de início do benefício na promulgação da Lei Complementar nº 05/1992: todos os benefícios concedidos antes da LC ficaram sob a responsabilidade do tesouro, o que gerou uma redução em torno de R\$ 8 milhões por mês na folha de pagamento e impactou positivamente na projeção atuarial. Tais alterações não surtiram efeito prático e negativo na carreira do servidor público municipal. Por fim, a CMS aprovou a Lei Complementar nº 69/2017 que promoveu alterações nos Artigos 7º e 12º da Lei Complementar nº 05/1992 – ou seja, foram alterados os dispositivos que tratam do benefício de pensão por morte no âmbito do FUMPRES.

GESTÃO DO ATIVO PATRIMONIAL

Para promover a regularização patrimonial dos imóveis, foram elaboradas propostas de transferência de bens patrimoniais do município para o FUMPRES, com potencial de gerar um incremento imediato de quase R\$ 670 milhões no ativo patrimonial, e reduzir o déficit atuarial em cerca de 7%.

GESTÃO DE PESSOAS

A Unidade de Gestão de Pessoas da SEMGE é responsável pela definição de diretrizes, formulação de políticas e normatização de processos nas áreas de Recursos Humanos e Valorização do Servidor Público, pela elaboração, acompanhamento e controle da folha de pessoal (ativos, inativos e pensionistas) e pela formulação de normas e procedimentos referentes à política salarial e à saúde ocupacional.

PROJETO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE PESSOAS – SIGP WEB

Em janeiro de 2018, foi iniciada a 2ª etapa de implantação do SIGP, que abrange as funcionalidades relativas à gestão da folha de pagamento, adidos e cedidos, concurso, cargos e salários, estágio probatório, junta médica, plano de saúde, portal de serviço do servidor e rotinas de envio de arquivos da 1ª etapa do e-Social – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. O modelo de implantação adotado foi o Paralelo, que estabelece que o antigo sistema (SIGRH) e o novo (SIGP) sejam mantidos em funcionamento executando as mesmas atividades simultaneamente, até o final da fase de transição.

Para atender às exigências do e-Social, em vigor a partir de janeiro/2019 para as empresas públicas e janeiro/2020 para os demais órgãos e entidades da PMS, foram capacitados 134 servidores que atuam na gestão de pessoas.

GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A coordenadoria Central de Gestão da Folha de Pagamento (CGF) atendeu às solicitações de elaboração mensal da folha de pagamento e dos relatórios para subsidiar a tomada de decisão dos gestores dos órgãos e entidades da PMS, além de realizar os bloqueios e desbloqueios de pagamentos dos servidores municipais, inclusive nos casos de ausência do Recadastramento.

ATIVIDADES DA CENTRAL DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	
Consignação	Gestão do processo de consignação; Análises e encaminhamentos de inconsistências na base de dados e de demandas registradas pelos consignatários; Bloqueios decorrentes de decisões judiciais de todos órgãos e entidades do município; Revisão da Lei de consignação e sua regulamentação.
Contribuição Sindical	Implantação na folha de pagamento da Contribuição Sindical obrigatória para os diversos Sindicatos envolvendo, os servidores dos órgãos e entidades da PMS, o Ministério do Trabalho e Caixa Econômica Federal.
SIGRH	Manutenção do SIGRH para garantir a aderência à legislação e atender às demandas dos órgãos fiscalizadores.
Encargos e FGTS	Controle de encargos visando manutenção da CND – Certidão Negativa de Débitos; Gestão de FGTS, com ações junto à Caixa Econômica para conciliar critérios de liberação de valores referentes aos vínculos temporários (SAMU) estabelecidos através de Termo de Ajuste de Conduta; Gestão do FGTS em parceria com a Dívida Ativa/SEFAZ para evitar a interrupção do pagamento do parcelamento decorrente do reconhecimento da dívida através do Termo assinado com a Caixa Econômica Federal.
Transmissões de dados	Transmissão de dados para a Caixa Econômica Federal referente à Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; Ajuste dos Demonstrativos de Rendimentos de Pessoa Física – DIRF das novas normas anualmente divulgadas pela Receita Federal para subsidiar a declaração de Imposto de Renda dos servidores Municipais.
Relacionamento com SEGEPS	Treinamentos dos SEGEPS e levantamento de requisitos para implantação e parametrização do novo sistema de folha de pagamento SIGP – Sistema Integrado de Gestão de Pessoas.
Arquivo TCM	Ajustes no arquivo do TCM para eliminar conflito de dados e critérios adotados pelo SIGA; Ajustes das minutas da folha de pagamento às novas regras contábeis.
Auxílio Uniforme	Atendimento da LC 068/2017 e Decreto nº 29.482 de 05/02/2018, para pagamento em folha do Auxílio Uniforme aos Servidores da Guarda Municipal e da TRANSALVADOR.

RECADASTRAMENTO

Em 2018, o projeto de recadastramento mensal de servidores teve continuidade, alcançando 22.953 servidores. A iniciativa visa manter atualizado os dados cadastrais e funcionais de servidores públicos e empregados ativos na PMS. O processo é realizado eletronicamente, no mês de aniversário do servidor, por meio do Sistema de Atualização Cadastral disponível no endereço: www.recadastramento.salvador.ba.gov.br.



EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Em 2018, foram capacitados 2.632 servidores municipais, dos quais 818 em competências essenciais, 1.343 em competências técnicas e 471 em competências estratégicas. O número é mais do que o dobro do registrado em 2017, quando 1.180 servidores passaram por capacitação. Ao longo do ano foram promovidos os cursos de Governança e gestão de contratações com ênfase em estudos técnicos preliminares à luz do TCU, Programa “Desenvolvendo Lideranças de Alta-Performance” na TRANSALVADOR, Power Point Avançado com Introdução ao Prezi, Gestão documental, “Questões Polêmicas, Novidades e Repercussões da Nova Lei das Estatais – de acordo com a Lei nº 13.303/16 e o Decreto nº 8.945/16”, Formação de Pregoeiro, Capacitação de REDAS, dentre outros.

A SEMGE promoveu, ainda, o 2º Encontro “Desenvolvendo Lideranças de Alta-Performance” na PMS, com a participação dos secretários, gestores, dirigentes do município e mais de 630 servidores. A iniciativa contou com a presença de Max Gheringer, que ministrou a palestra “Gerenciamento de Mudanças” e Paulo Storani “Construindo uma Tropa de Elite – Liderança em times de alta performance. As palestras abordaram temas como liderança, gerenciamento de equipe, identificação e formação de talentos, planejamento, sucesso e alta performance profissional.

A educação corporativa integra as ações estabelecidas pelo Planejamento Estratégico 2017-2020, elaborado pela equipe da Diretoria Geral de Planejamento da Casa Civil, com a participação da equipe da SEMGE.

INDICADOR	META PREVISTA 2018	REALIZADO 2018
Nº de turmas disponibilizadas por contrato/convênio/parceria	14	18
Quantidade de treinamentos realizados – competências essenciais	500	818
Quantidade de treinamentos realizados – competências técnicas	614	1.343
% gestores capacitados – alta liderança	100%	74,2%*
% gestores capacitados – liderança intermediária	60%	100%*

*O que corresponde a 471 gestores de alta e intermediária liderança capacitados.

SERVIDOR DESTAQUE

Com o objetivo de homenagear e valorizar o trabalho dos servidores públicos municipais, foi realizada mais uma edição do evento “Servidor Destaque”. Cada unidade da PMS elegeu um servidor para ser homenageado. Em 2018, 35 servidores foram homenageados num evento que contou com apresentação de palestra motivacional.

GESTÃO DO DESEMPENHO

À SEMGE compete o acompanhamento e verificação das atividades referentes à gestão de desempenho. Para melhor exercer esta atribuição foi adotada uma nova ferramenta para a Avaliação Especial de Desempenho dos servidores em estágio probatório, através do Sistema de Gestão de Pessoas (SIGP). As avaliações tiveram início em abril de 2018 e foram acompanhadas pela Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho ligada à CDP/SEDGE.

CARREIRA E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

INICIATIVA	GRUPO	SERVIDORES BENEFICIADOS
Implantação de reajuste	Magistério	6.872
Avanço de dois níveis	Servidores com mais de 14 anos de serviço	1.870
Enquadramento por tempo de serviço	Ocupantes de cargos previstos na Lei nº 8.629/2014 (Planão)	3.849

OUTRAS MEDIDAS

Implantação do reajuste de 2,5% nas empresas públicas municipais, conforme Lei Complementar nº 71/2018;
Implantação de reajuste para o grupo ocupacional dos profissionais de saúde (exceto p/ Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias);
Acompanhamento e atualização das alterações estruturais da PMS, principalmente no que concerne a criação, extinção e alteração de cargos em comissão e funções de confiança nos Sistemas SIGRH e SIGP;
Atualização do Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores da PMS (alteração do cargo analista de planejamento, infraestrutura e obras públicas municipais e criação das áreas de qualificação de engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia ambiental e arquitetura), conforme Lei Complementar nº 70/2018;
Enquadramento dos servidores com requisito de formação em medicina e que se encontrem em efetivo exercício na Secretaria Municipal de Gestão para o cargo de Analista em Saúde Ocupacional e Perícia Médica, na área de qualificação de Médico Perito, conforme Lei Complementar nº 69/2018;
Criação de minuta do Projeto de Lei que prorroga o abono mensal dos agentes de suporte operacional e administrativo, na área de qualificação de suporte de serviços de copa e cozinha, e dos profissionais de atendimento integrado, na área de qualificação de médico, com carga horária de 20 horas semanais;
Apoio para criação de Minuta do Projeto de Lei da Gratificação de Estímulo à participação em Projetos Urbanísticos, de Arquitetura e de Engenharia – Fundação Mario Leal Ferreira;
Assessoramento à equipe do novo Sistema de Gestão de Pessoas – SIGP, através da atualização dos cargos da administração direta e indireta da PMS com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBOs, visando a entrega dos dados para o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas – E-social, análise das inconsistências encontradas nas fichas financeiras dos servidores e no número de vagas por cargos;
Levantamento de dados para outros órgãos, tais como: quantitativo e remuneração dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções REDA, informações sobre a remuneração e benefícios da PMS.

RECRUTAMENTO

Como parte de suas atribuições, a SEMGE, ao longo de 2018, adotou medidas para acompanhamento e aplicação do novo decreto do Programa de Estágio da PMS – Decreto nº 29.633/2018, trazendo novas modalidades de estágio, ampliando o número de vagas e regulamentações importantes para a administração municipal.



MEDIDAS ADOTADAS – ESTÁGIO

Abertura de processo seletivo de estágio individual para a administração direta do município – Edital nº 01/2018, com total de cinco vagas para estudantes de nível médio – turno matutino.

Realização de processo seletivo de estágio individual para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) – Edital nº 02/2018, com carga horaria de 30 horas semanais, com total de 10 vagas para estudantes de nível superior.

Realização de processo seletivo de estágio individual para a Procuradoria Geral do Município (PGM) – Edital nº 03/2018, com carga horaria de 30h semanais, com total de 20 vagas para estudantes de nível superior.

Realização de processo seletivo de estágio individual para a Secretaria Municipal de Trabalho, Esporte e Lazer – Edital nº 04/2018 (em andamento), com carga horaria de 30h semanais com total de 90 vagas para estudantes de nível superior.

Contratação de 557 estagiários, sendo 392 de nível superior e 165 de nível médio, para estágio individual e em equipe na administração direta do município.

Realização da primeira formação com os novos estagiários de nível médio, nos temas: estrutura administrativa da PMS, processo administrativo, sistema e-protocolo, atendimento ao público e trabalho em equipe.

Realização do evento do Dia do Estagiário, com tema “Educação Financeira”. Reunindo mais de 500 estagiários no Bahia Othon Palace Hotel, o evento contou com a participação da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), da Procuradoria Geral do Município (PGM), da CODESAL, Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS) e Inovação e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Participação no evento do IEL “Melhores Práticas de Estágio”, concorrendo com o case “Unidade de Desenvolvimento do Trabalho e Prática Profissional – UNITP” da Procuradoria Geral do Município, ficando entre os três primeiros no segmento nível superior. Na categoria nível médio, concorreu ao prêmio estagiário destaque, conquistando o 1º lugar.

Implantação do fardamento para todos os estagiários de nível médio da administração direta

Implantação de visitas técnicas aos órgãos da administração direta, a fim de acompanhar o andamento do Programa de Estágio e recolher sugestões de aprimoramento da rotina de contratação do estagiário.

Criação da agenda cultural, com divulgações semanais dos eventos da cidade, com preços acessíveis e gratuitos.

Reformulação do Manual do Estagiário (em andamento).

CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO ELETIVO SIMPLIFICADO

Em 2018, a SEMGE elaborou relatórios, avisos de convocação, desclassificação, anulação e manutenção de desclassificação homologações e retificações. Realizou ainda estimativas de impacto financeiro, recebimento e análise e conferência de documentos de candidatos para ingresso na PMS, bem como promoveu o levantamento de informações e documentos para subsidiar a defesa do município pela PGMS em ações judiciais interpostas por candidatos de concursos/processos seletivos, num total de 639 mandados de segurança.

Também adotou medidas para viabilizar a contratação de empresa para a realização de concursos na PMS como junta médica, guarda municipal, professor, especialista em políticas públicas, gestor público, agente de trânsito e transporte, agente de fiscalização, assistente social, psicólogo e cargos da Secretaria de Saúde, previstos para ocorrerem em 2019.

PROCESSOS SELETIVOS – REGIME DE DIREITO ADMINISTRATIVO (REDA)	
Edital nº 03/2018 – REDA SMS – APS	301 convocados
Edital nº 04/2018 – REDA SMS – SAUEF	141 convocados
Edital nº 05/2018 – REDA MÉDICO APS – CAPS	95 convocados
Edital nº 06/2018 – REDA SMED	(em andamento)
Edital nº 07/2018 – REDA ENGENHEIRO CIVIL	(em andamento)
Edital nº 08/2018 – REDA AGENTE DE SALVAMENTO	(em andamento)
CONCURSOS E NOMEAÇÕES	
Concurso Edital nº 01/2014 SEFAZ	19 convocados/09 nomeados
Concurso Edital nº 01/2015 Procurador do município	08 candidatos/07 nomeados
Convocações Sub Judice	1.345 candidatos
Avaliações Psicológicas	70 Sub Judice/2 administrativas
Reavaliações Psicológicas	7 Sub Judice/32 administrativas
Encaminhamento de decretos para publicação no DOM	16 decretos de nomeação com total de 160 candidatos
Candidatos Nomeados Sub Judice	277
Candidatos Nomeados Administrativamente	200

PORTAL PARA UNIVERSIDADE

O programa busca melhorar o nível de escolaridade dos servidores e empregados municipais, através da criação de oportunidades e instrumentos de incentivo à educação superior, investindo no aperfeiçoamento e valorização das pessoas. Em 2018, 254 servidores foram beneficiados pela iniciativa, com um investimento de aproximadamente R\$ 3,5 milhões.

LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO

A SEMGE é responsável pela gestão do Centro de Logística Municipal destinado ao armazenamento e à distribuição, entre outras atividades relacionadas à operação logística integrada de produtos e estoque da administração municipal. Em 2018, foram desenvolvidos projetos para aperfeiçoamento da gestão nesta área.



DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

INICIATIVAS PARA APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO

Elaboração do estudo técnico para desenvolvimento do termo de referência para nova licitação do centro logístico municipal.	Em parceria entre a Secretaria Municipal de Educação (SMED), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPs) e a Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), foi criada comissão técnica para elaboração de termo de referência de Edital de contratação de empresa para administrar o Centro Logística Municipal.
Criação e implantação do edital padrão.	Elaboração de minuta de edital padrão para dispensar a elaboração de parecer jurídico específico, ficando vedada entretanto, a sua modificação.
Criação do relatório geral de licitações para diagnóstico e gestão.	O relatório, em constante aperfeiçoamento, tem o objetivo de diagnosticar as etapas de todo o processo para providenciar a adoção das medidas necessárias à redução dos prazos.
Cadastramento e Adesão ao COMPRASNET/ SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	Para viabilizar a migração do sistema utilizado para o sistema criado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, denominado COMPRASNET/SIASG, foi realizado o cadastramento de parte dos membros da Comissão de Licitação e dos Ordenadores de Despesas.
Implantação do painel de preços.	O sistema viabiliza pesquisas de mercado, análise e comparação de preços de referência na aquisição de bens e contratação de serviços gerais para a administração pública municipal.
Cadastramento da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE) como Membro da Rede Nacional de Compras Públicas.	A Rede Nacional de Compras Públicas (RNCP) é uma comunidade sustentável que agrega agentes de licitação em nível nacional e promove a difusão de informações e experiências em prol do aprimoramento das compras públicas brasileiras.
Participação no I Fórum Nacional de Compras Públicas (FNCP).	O Fórum tem por objetivo a articulação e o desenvolvimento de ações de cooperação, integração, compartilhamento de soluções e produtos, intercâmbio de experiências e gestão do conhecimento na área de compras públicas.
Renegociação dos contratos de locação imobiliária.	Em 2018, foram renegociados 22 contratos que resultou em uma economia de R\$ 109.265,42 para a administração municipal, uma redução média de 24,51% dos custos com locação de imóveis.
Faturamento eletrônico de consumo de telecomunicações.	Execução do projeto de substituição do processo de faturamento físico por eletrônico de todos os serviços de telecomunicações da PMS. Este Projeto, além de resultar em ganho de eficiência e qualidade, reduz o tempo gasto com o controle e formação dos processos de pagamentos. A iniciativa está alinhada às diretrizes do TCM em suas Resoluções nº 1337/2015 e nº 1338/2015, que estabelecem o envio exclusivo dos documentos de despesas ao TCM, por meio eletrônico (e-TCM).
Migração de operadora de telefonia móvel.	Através da celebração de contrato com a empresa Telefônica Brasil (Operadora Vivo), que apresentou a melhor cobertura de serviços em Salvador e RMS.
Projeto Mototáxi.	Elaboração de estudo técnico para execução do projeto sistêmico que visa a substituição do uso de veículos locados, com motorista, nas atividades do transporte de malotes e/ou documentações em toda a administração municipal.

PREFEITURA VAI DE TÁXI

Implantado em maio de 2018, o projeto já resultou na substituição de 40 veículos leves, com motorista, locados para desenvolvimento de atividades administrativas, pelo serviço de táxi, via aplicativo web e mobile em 15 dos 32 órgãos da PMS.

COMPANHIA DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA DE SALVADOR (COGEL)

Em 2018, a COGEL deu continuidade às ações para ampliar a oferta de tecnologias avançadas relacionadas à gestão da informação e da telecomunicação. Neste sentido, ao longo do ano, desenvolveu soluções tecnológicas para a gestão pública e para a população.

PROQUALI

A COGEL é responsável pelo Componente III – Gestão Digital da Informação Urbana do Programa de Requalificação Urbanística de Salvador (PROQUALI), resultante da captação de recursos coordenada pela Casa Civil (vide Casa Civil) junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina – Cooperação Andina de Fomento (CAF). Ao longo do ano, a COGEL deu continuidade às ações para contratação do Plano Diretor de Tecnologia da Cidade Inteligente (PDTCI) que prevê a implantação de infovias, solução de armazenamento de dados (Nuvem), plataforma de governança integrada (Observatório) e aquisição de equipamentos.

INTERNET OF THINGS (IOT)

A COGEL participa, em parceria com o Senai/Cimatec, como instituição demandante do edital BNDES Pilotos IoT (Internet of Things – Internet das Coisas) que apoia financeiramente, de forma não reembolsável, projetos inovadores que serão testados em ambientes reais (test beds), com o projeto “Plataforma IoT Aberta, Interoperável e Escalável para Gestão Inteligente no Ambiente Cidades: Mobilidade”.

O objetivo é reduzir o tempo de deslocamento, considerando diferentes modalidades de veículos, além de tornar o transporte coletivo mais atraente. A plataforma proposta visa integrar dispositivos IoT de diferentes fabricantes e prestadores de serviços existentes no município, objetivando a análise de tráfego, bem como a movimentação de pessoas, visando a interoperabilidade de plataformas e geração de informações para a realização de ações de forma antecipada e eficiente.

SALVADOR 360 – CIDADE INTELIGENTE

Em 2018, foram realizadas a consultoria e o acompanhamento das startups de base tecnológica selecionadas em 2017, através da Chamada Temática do Sebrae Nacional – Cidade Inteligente, do Edital de Inovação para a Indústria, com finalização e entrega dos produtos programada para janeiro de 2019. A iniciativa está prevista no Eixo Cidade Inteligente do Programa Salvador 360.



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

As soluções desenvolvidas pelas startups vencedoras do edital serão utilizadas, sem ônus, na PMS por um período de até cinco anos.

STARTUPS SELECIONADAS	
STARTUP	ÓRGÃO
Mapa Médico	New Tempus
Mosquito Zero	Smart Traffic
Smart Gov	TI Mob
Mini Maker	Go On
REP	SMS

STARTUPS SELECIONADAS	
STARTUP	ÓRGÃO
SMS	TRANSALVADOR
SEMGE	TRANSALVADOR
SMED	Secult
SMED	
Codesal	

HUB DE TECNOLOGIA

O Hub de Tecnologia, projeto integrante do Eixo Cidade Inteligente do Salvador 360, espaço localizado no Terminal Marítimo de Salvador, foi planejado para abrigar diversas startups. Em 2018, foi realizada chamada pública para selecionar empresas interessadas em gerir o empreendimento. O Hub, inaugurado em abril, possui uma área de 2.800 m² e oferece as condições ideais para servir de polo de fomento de empresas emergentes, iniciativa de fundamental importância para reposicionar a cidade na área de tecnologia. A Prefeitura de Salvador, através da COGEL, fornece a infraestrutura tecnológica para o pleno funcionamento do Hub.

NUVEM URBANA SALVADOR INTELIGENTE

A Nuvem Urbana é uma das iniciativas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico 2017-2020. Para a implantação deste projeto de computação em nuvem, a COGEL vem desenvolvendo estudos para criar uma solução em plataforma de infraestrutura ágil, de alto desempenho que possibilite a racionalização e utilização mais eficiente dos recursos, ampliação da capacidade de processamento, armazenamento, integração de sistemas e segurança.

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A COGEL desenvolveu atividades de planejamento e controle para a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS). O objetivo da iniciativa é promover a melhoria do planejamento, gestão, supervisão e execução dos serviços e benefícios para uma assistência social preventiva e proativa voltada à população mais vulnerável.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Levantamento preliminar da infraestrutura das redes óptica e de dados para a nova sede da SEMPS.
Desenvolvimento do plano de ação para a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
Prototipagem dos módulos de acolhimento, prontuário social, abordagem e gestão de pessoas em situação de risco.
Alinhamento do projeto entre a COGEL e NTI da SEMPS.

CIRCUITO FECHADO DE TV

Em apoio à Guarda Municipal, a Cogel realizou, durante o ano, ações voltadas para a requalificação do Sistema de Monitoramento por Circuito Fechado de TV (CFTV).

REQUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO

Estudo para conexão óptica para a sede da Guarda Civil Municipal.
Contratação do projeto de reforma parcial da sede da GCM para fins de implantação do Centro de Monitoramento.
Estudo para implantação da rede de comunicação para suporte às câmeras.
Estudo para seleção das câmeras dentro da poligonal do projeto.

SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA

A COGEL prestou assessoramento à Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (ARSAL) na elaboração do Termo de Referência para contratação de serviços especializados de auditoria dos processos do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) e dos registradores mecânicos de passageiros (catraca) instalados nos veículos do Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros por Ônibus (STCO) de Salvador.

CONECTIVIDADE DE ALTA VELOCIDADE

A parceria com a Rede Metropolitana Salvador – ReMeSSA, de caráter multi-institucional, com capilaridade de 260 km de cabos ópticos de alta velocidade distribuídos por toda a cidade, tem possibilitado o atendimento às diversas regiões do município. Em 2018, foram realizadas interconexões de novas unidades da prefeitura como o HUB Salvador, no Comércio, e o Parque da Cidade Joventino Silva. Também foi possível dar início ao projeto Conecta Salvador e ofertar Wi Fi gratuito para a população em pontos da Barra, Amaralina, Rio Vermelho, Piedade, Tubarão, Campo Grande e Centro Histórico.

Parte do seu ativo tecnológico, como a infraestrutura de conectividade, a central de videomonitoramento e o datacenter, associados aos equipamentos de telecomunicação, foi utilizado para diversos eventos, tais como Réveillon, Carnaval, Lavagem do Bonfim e Festa de Iemanjá.



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

CARNAVAL 2018

A COGEL disponibilizou, durante o Carnaval 2018, os serviços de transmissão de dados, acesso à internet, telefonia e transmissão de imagens. Também desenvolveu sistemas e aplicativos como Badauê, credenciamento da imprensa, Lei Seca e Validar, além de oferecer apoio aos serviços do GABP, GABVP, CODESAL, SALTUR, SEMUR, SMS, SEMPS, LIMPURB, SEMOP e TRANSALVADOR.

DATACENTER

Em 2018, a COGEL adquiriu novos equipamentos para ampliação do Datacenter e contratou empresa de suporte especializado para a instalação, configuração e migração dos dados para a nova infraestrutura. Esta ampliação garante maior segurança, escalabilidade e robustez na execução dos serviços de tecnologia.

SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

CAMINHOS DIGITAIS DA LEITURA

A plataforma “Caminhos Digitais para Leitura”, desenvolvida para atender à Fundação Gregório de Matos (FGM), busca multiplicar o alcance das ações do Programa, através do universo digital, onde as pessoas podem produzir, dentro do aplicativo, o seu próprio livro, estimulando de forma integrada a leitura, a criatividade e a escrita. A navegação na plataforma possibilita ao usuário encontrar links de bibliotecas virtuais com vários livros disponíveis, úteis como inspiração e pesquisa sobre os vários gêneros literários, permitindo a produção da própria história. Os livros criados e validados farão parte do acervo digital da FGM.

PORTAL DO MAPEAMENTO CARTOGRÁFICO DE SALVADOR

Solução desenvolvida para a SEFAZ para possibilitar a disponibilização dos dados cartográficos geoespaciais vetoriais que compõem a Base Cartográfica Digital Cadastral de Referência. A iniciativa visa fortalecer o intercâmbio com instituições parceiras e subsidiar a implantação progressiva dos diversos temas do Cadastro Multifinalitário de Salvador.

SELEÇÃO REDA

Sistema para inscrição eletrônica do Processo Seletivo Simplificado Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) para preenchimento de vários cargos como assistência social (SEMPS), arquitetos (FMLF), médicos (SMS), professores (SMED), salvamento aquático (SEMOP), engenheiro civil (SEINFRA).

PORTAL DA CASA DO CARNAVAL

O portal, desenvolvido para a SECULT, tem o objetivo de divulgar o Museu Casa do Carnaval, a história dessa festa popular,

horários, agendamentos de visitas, eventos e fotos.

APLICATIVO AMBULANTE SALVADOR

O aplicativo tem o objetivo de permitir ao turista e ao cidadão a obtenção de informações sobre o ambulante, através do fornecimento de número impresso no colete. A ferramenta, desenvolvida para a SEMOP, informa o nome, a atividade licenciada e permite a avaliação do ambulante.

PORTAL PITCH SALVADOR



O Portal foi desenvolvido para a SEMGE com o objetivo de conectar a prefeitura às startups selecionadas nas áreas de educação, saúde e assistência social e possibilita aprimorar as rotinas de trabalho e melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

OUTROS PORTAIS E SITES

Portal do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Salvador (CMDCA).
Portal Prodetur (SECULT) para promover o turismo e aumentar a renda e o emprego formal da população do município, com ênfase na cultura local.
Sites institucionais para DESAL, SEMAN, Codesal e CDMA.
Site Festas Populares e Site Emissão DAMs para Festas Populares (SEMOP).
Site Prefeitura-Bairro com a relação das 10 unidades, mapa de localização do endereço e os serviços disponíveis em cada uma delas.
Sites para os festivais MUSA e da Primavera (SALTUR).
Site ENEM (SPMJ).
Site para inscrições no curso de informática para deficientes (UPCD).
Site Vida No Trânsito (TRANSALVADOR) para promover a inscrição dos participantes do fórum de educação para o trânsito ocorrido em setembro de 2018.



PLANEJAMENTO E PADRONIZAÇÃO TÉCNICA

Em 2018, a COGEL deu continuidade à padronização dos equipamentos e materiais de TIC dos órgãos e entidades da PMS. Dentre as atividades desenvolvidas, vale destacar a elaboração de Termos de Referência e Pareceres Técnicos para a SEMGE que contratou serviços, em regime de Registro de Preços.

CASA CIVIL

Dentre as atribuições da Casa Civil, destacam-se a gestão e controle de projetos estratégicos intersetoriais, a captação de recursos financeiros, a criação e o acompanhamento do planejamento estratégico do município e a avaliação de resultado das ações do Poder Executivo Municipal.

Além disso, elabora os instrumentos legais orçamentários e empreende diversas ações no sentido de acompanhar e gerenciar as atividades dos núcleos de orçamento de toda a rede da prefeitura, através da Diretoria Geral de Orçamento (DGO).

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Em 2018, a a Diretoria Geral de Planejamento Estratégico (DGPE) concentrou esforços na estruturação do acompanhamento, implementação das ações previstas no Plano Estratégico Municipal para a gestão 2017-2020, “Uma Nova Cidade para um Novo Tempo”, que contém as metas, os projetos, as linhas de ação para alcançar os resultados almejados, os marcos de entrega de cada projeto e o orçamento previsto para cada uma das ações.

Como parte deste processo, a DGPE organiza encontros periódicos, com a presença do prefeito, dos secretários municipais e dos dirigentes de empresas, superintendências e fundações, para analisar a situação de cada projeto estratégico. Em 2018, foram realizadas três reuniões gerais de acompanhamento.

A Piscina Olímpica, o Subúrbio 360 e o Hospital Municipal receberam atenção especial, através do acompanhamento detalhado da execução das obras e das demais etapas até o início das atividades dos equipamentos. A DGPE também contribuiu tecnicamente para a elaboração de planos como o de Mobilidade, elaborado pela SEMOB, e o Plano de Resiliência, elaborado pela SECIS em parceria com a Fundação Rockefeller.

A DGPE também ofereceu apoio técnico à Comissão de Análise de Resultados (CAR), responsável pela aprovação das metas e a apuração dos resultados dos órgãos e entidades que fazem jus à Gratificação de Incentivo à Produtividade e à Qualidade (GIPQ). Com o objetivo de apoiar as deliberações da CAR, foram ainda realizadas análises dos relatórios de cumprimento das metas estabelecidas para o 2º semestre de 2017 e os dois semestres de 2018.

DIRETORIA GERAL DE ORÇAMENTO – DGO

A Diretoria Geral de Orçamento (DGO) atua de forma articulada com a Rede Operativa Sistêmica e Setorial para consolidar o Orçamento Público como um instrumento legal de gestão e como a peça executiva do planejamento governamental. Com este propósito foram elaborados, em 2018, a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) 2019 e Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019.

Também foram promovidas audiências públicas para esclarecer à sociedade a concepção e as propostas de estudos e cenários para projeção das receitas e despesas do exercício de 2019. No primeiro semestre, foi elaborado o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO/2019, com destaque para as 93 ações e metas prioritárias no programa de trabalho do governo, alinhadas com o Plano Plurianual 2018-2021 e com o Plano Estratégico traçado para a gestão no período 2017-2020. No segundo semestre, foi elaborado o Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA/2019), que fixou a despesa em R\$ 7.789.652.000,00, destinados a 17 programas de governo e 464 Ações orçamentárias.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

A DGO realiza o acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira e elabora relatórios gerenciais para subsidiar as decisões dos dirigentes e, principalmente, a gestão do Programa de Trabalho realizado pela Casa Civil. Ao longo de 2018, foram efetivados, até o início de dezembro, 1.032 ajustes no orçamento. Deste total, 548 foram alterações no quadro de detalhamento de despesa e 484 de créditos adicionais, nos termos dispostos na legislação vigente.

A Casa Civil, através da DGO, realizou, de 19 a 21 de março, o curso “Administração Financeira e Orçamentária”. Com duração de uma semana e participação de 100 servidores, a iniciativa abordou conceitos, vivências e laboratórios de gestão orçamentária, financeira e contábil.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE COM A UNIÃO

Em 2018, foram acompanhados 83 Convênios e Contratos de Repasse que movimentaram cerca de R\$ 21,5 milhões. Como parte de suas atividades de acompanhamento e assessoramento, foram realizadas diversas reuniões com as secretarias para viabilizar os documentos exigidos para a contratação e execução dos objetos pactuados e sua execução orçamentária. A Gerência também é responsável pela gestão junto aos Ministérios para a liberação de repasses de valores atestados dos empreendimentos.

O contingenciamento de gastos da União impactou na redução de programas de financiamento e num volume menor de captação de recursos pelo município em 2018. Ao longo do ano foram cadastradas 23 propostas no valor de R\$ 25 milhões nas áreas de infraestrutura turística, esportiva, urbana e patrimônio histórico, além de custeio para projetos de economia solidária, eventos comemorativos e atenção à mulher.

Entre 2013 e 2018, foram viabilizados Contratos de Repasse e Convênios, no montante de R\$ 471 milhões oriundos de Transferências Voluntárias, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e Emendas Parlamentares, tendo a diretoria como órgão articulador



entre as secretarias municipais, autarquias, deputados federais, ministérios e a Caixa Econômica, que atua como Instituição Mandatária da União.

Somente em 2018 foram assinados quatro contratos e convênios com o Governo Federal. Esses contratos totalizam o montante de R\$ 1,5 milhão, com R\$ 12 mil de contrapartida.

CONVÊNIOS E CONTRATOS ASSINADOS ENTRE 2013 E 2018

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E PAC

ORIGEM DOS RECURSOS	CONCEDENTE	CONTRAPARTIDA	TOTAL
CONVÊNIOS	61.742.745	2.113.335	63.856.100
2013	10.234.554	530.660	10.765.214
2014	1.289.520	53.812	1.343.332
2015	1.024.600	24.914	1.049.514
2016	8.841.677	1.316.986	10.158.662
2017	40.352.394	186.984	40.539.378
2018	-	-	-
CONTRATOS	404.235.319	2.888.469	407.123.788
2013	40.088.000	1.705.987	41.793.987
2014	18.047.360	159.780	18.207.140
2015	12.733.703	568.398	13.302.101
2016	12.421.490	284.498	12.705.988
2017	319.481.909	157.759	319.639.668
2018	1.462.857	12.048	1.474.905
TOTAL 2013-2018	465.978.064	5.001.824	470.979.888

Fonte: Casa Civil/Gabinete Captação – Posição em 31/12/18.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As atividades de captação de recursos, através das operações de crédito, foram intensificadas em 2018 e resultaram na contratação de quatro operações. De 2013 a 2018 foram contratadas oito operações de crédito, totalizando R\$ 1,7 bilhão, relativas ao PMAT, BRT (PRÓ-TRANSPORTE/FGTS e CPAC), Prodetur, Finisa, Mané Dendê, Salvador Social e PROQUALI.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS E EM NEGOCIAÇÃO – 2013-2018				
PROJETO	ORIGEM	EM R\$ 1.000,00		
		FINANCIADO	CONTRAPARTIDA	TOTAL
I – CONTRATADAS		1.718.455	1.026.456	2.744.911
1 – Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básico-PMAT (1ª Tranche).	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.	50.880	18.282	69.162
2 – BRT Lapa/Iguatemi/Pró-Transporte – Trecho 1.	Caixa Econômica Federal.	300.000		300.000
3 – BRT Trecho 1 – contrapartida do Pró-Transporte.	Caixa Econômica Federal.	108.000		108.000
4 – Implementação de Ações de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR SALVADOR.	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.	203.475	203.475	406.950
5 – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA.	Caixa Econômica Federal.	75.000	-	75.000
6 – Programa de Saneamento e Urbanização do Subúrbio – 1ª Etapa: Projeto Novo Mané Dendê.	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.	261.549	261.549	523.098
7 – Salvador Social (1ª Tranche)	Banco Mundial – BIRD.	484.350	484.350	968.700
8 – Programa de Requalificação Urbana de Salvador – PROQUALI.	Cooperação Andina de Fomento – CAF.	235.200	58.800	294.000
II – A CONTRATAR		568.793	493.066	1.061.859
Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM – III.	Caixa Econômica Federal.	35.000	4.000	39.000
Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básico – PMAT (2ª Tranche).	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.	50.880	6.153	57.034
Salvador Social (2ª Tranche).	Banco Mundial – BIRD.	484.350	484.350	968.700
Avançar Cidades Caixa Econômica Federal (Saneamento e Mobilidade).		130.149	6.850	136.999
TOTAL		2.418.834	1.527.809	3.946.643

Nota: Considerado o valor do dólar americano de R\$ 3,8748 – ptax 50, venda – em 31.12.2018 – Banco Central.



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Os programas e projetos financiados pelas operações de crédito em curso abrangem a modernização da gestão, infraestrutura turística, mobilidade urbana, habitação, saneamento, além das áreas sociais, incluindo a construção do Hospital Municipal de Salvador.

O total de recursos a serem investidos, incluindo a contrapartida da prefeitura, totalizam R\$ 3,9 bilhões, o que deixará um legado de reformas estruturantes, melhoria da infraestrutura e transformações sociais para cidade do Salvador.

PROJETO SALVADOR SOCIAL



O ano de 2018 representou a consolidação do Salvador Social a partir da assinatura do acordo de empréstimo, em julho, e o recebimento, a título de retroatividade, do primeiro desembolso no valor de R\$ 103,6 milhões, em agosto. O projeto tem o objetivo de incrementar a prestação de serviços sociais em Salvador, através de melhorias na eficiência do sistema de saúde, na qualidade da educação e na efetividade da proteção social em Salvador e região metropolitana.

Ao longo do ano, foram implementadas diversas ações como a ampliação da oferta de procedimentos do Sistema Vida+ em 132 unidades de saúde da rede própria, superando a meta de 36 unidades previstas no Plano Estratégico 2017-2020. Esta articulação do Salvador Social com o Planejamento Estratégico tem permitido avanços rápidos e significativos para os indicadores de desembolso do projeto e permitirá, em 2019, solicitar desembolsos em função da superação das metas estabelecidas para o aumento da cobertura da Atenção Básica e a implantação do prontuário eletrônico nas unidades de saúde da rede própria.

Na educação, o projeto registrou avanços nos programas Nossa Rede, Mais Alfabetização e de Gestão da Política de Alfabetização, que buscam garantir a alfabetização na idade certa. Para monitorar o desempenho da educação no município, o Projeto está implementando um sistema com as seguintes características: itens testados, sistema informatizado para uso em tablet, monitoramento da aplicação do currículo, identificação do desempenho dos professores (valor agregado) e alunos, devolutivas padronizadas para os professores e famílias, e programa de aprendizado individualizado (metodologia de aprendizado adaptativo) para alunos com defasagem.

O indicador de percentual de escolas com participação mínima de 80% dos estudantes na avaliação externa atingirá, em 2019, a meta prevista para os próximos quatro anos, isto é, no final do Projeto.

Na área de promoção social está em andamento, com o apoio da Secretaria de Manutenção da Cidade (SEMAN), a reestruturação de nove Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Para a definição do plano de intervenção nos CRAS, foi formado um Grupo de Trabalho (GT) com representantes da Casa Civil e da SEMPS. Um outro GT foi criado com a participação da COGEL para o desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de outros GTs para discussões sobre o Programa de Apoio Integral às Famílias (PAIF), Serviços de Convivência e outros Programas.

Outra medida adotada pelo Projeto foi a realização de visitas domiciliares para a atualização e checagem de dados de registros do Cadastro Único que já superaram em mais de 50% a meta prevista para 2019. As visitas priorizam os registros de inclusão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e verificações do Minha Casa, Minha Vida por oito novas equipes capacitadas. Também têm sido desenvolvidas ações de busca ativa para a atualização dos registros de famílias extremamente pobres e elaborado um plano de capacitação para qualificação dos servidores da SEMPS.

No âmbito do Projeto, foram elaborados ainda termos de referência para assistência técnica em saúde, educação e promoção social. Esses termos preveem contratações de instituições para oferecer curso de desenvolvimento gerencial de unidades básicas de saúde, empresa de consultoria para desenvolver e aplicar um sistema de monitoramento e avaliação da qualidade do ensino e da aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos de idade na rede municipal e contratação de empresa especializada para pesquisa de mercado, estudo e projetos técnicos na área de assistência social.

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DE SALVADOR (PROQUALI)

O Programa visa promover o desenvolvimento cultural e turístico de Salvador e a melhoria da qualidade de vida da população, através de ações de desenvolvimento econômico e socioambiental, de conectividade informática e de infraestrutura urbanística. Também busca criar alternativas que ampliem a empregabilidade do trabalhador soteropolitano, através de investimentos em requalificação urbana, relacionadas à infraestrutura, patrimônio histórico, meio ambiente, cultura e saneamento básico.

Dividido em cinco componentes, o Proquali busca ainda a melhoria dos resultados alcançados pela Prefeitura Municipal de Salvador através da gestão digital da informação urbana.

PROQUALI – COMPONENTES
Saneamento Básico com planos e ações voltados à requalificação ambiental através do saneamento básico.
Requalificação urbana e do patrimônio histórico com a criação de espaços culturais.
Gestão Digital de Informações Municipais com a inovação na gestão digital da informação urbana e disponibilização de acesso seguro à banda larga para a população carente e em áreas da cidade com baixa oferta destes serviços, contribuindo para a gestão de riscos e melhoria da qualidade de vida da população.
Gestão do Programa.
Outros Gastos.

A operação de crédito para sua execução foi aprovada pela Cooperação Andina de Fomento (CAF), em 22 de novembro de 2017, num montante de US\$ 60,7 milhões. A negociação da minuta contratual do empréstimo foi realizada nos dias 15 e 16 de março de 2018, em Brasília, com a participação da PGFN, STN e SEAIN/MP, CAF e da Prefeitura de Salvador, sendo aprovada a operação pelo Senado em 06 de novembro de 2018.



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Ao longo do ano de 2018, na Casa Civil, foram providenciadas as aprovações e publicações no DOM da lei municipal que complementa a autorização da contratação de empréstimo (Lei nº 9.370 em 25/05/2018), do decreto da criação da UGP – Unidade de Gerenciamento do Programa (Decreto nº 30.450 em 07/11/2018), dentre outras atividades.

PROQUALI – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS 2018

Elaboração do Manual Operacional do Programa (MOP) que aguarda aprovação da CAF.

Acompanhamento das ações de responsabilidade dos órgãos sub executores do programa, a exemplo do Termo de Referência do Plano Municipal de Saneamento Básico (SEINFRA e CEXEC PMSB) – em fase de elaboração.

Acompanhamento do Termo de Referência do Plano Diretor de Tecnologia da Cidade Inteligente – PDTCI (SEMGE/COGEL) – em fase de elaboração.

Acompanhamento da obra de Requalificação Urbanística da praça e entorno da Igreja do Nosso Senhor do Bonfim, através da SEINFRA/SUCOP, iniciada em abril de 2018 e com previsão de conclusão em março de 2019. A obra será objeto de reembolso pela CAF assim que o contrato de empréstimo esteja assinado e devidamente realizados os procedimentos necessários.

AGÊNCIA REGULADORA E FISCALIZADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SALVADOR (ARSAL)

Criada em 2014, a autarquia regula, controla e fiscaliza os serviços de transporte coletivo urbano, saneamento básico, manejo de resíduos sólidos, mobiliário urbano e concessão de áreas públicas para instalação e exploração de engenhos publicitários, tipo outdoor.

TRANSPORTES PÚBLICOS

Entre as principais ações desenvolvidas em 2018, estão os estudos desenvolvidos para a regulação dos transportes públicos de Salvador. A partir dos relatórios elaborados pelas empresas de consultoria contratadas em 2018, serão definidas as medidas que as empresas Plataforma, OTTRANS e CSN, concessionárias do Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus (STCO) deverão adotar para melhorar a gestão e os serviços prestados à população.

Para realizar auditoria do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) e dos registradores mecânicos de passageiros foi contratada a empresa de consultoria Ernest&Young. Dos 10 produtos a serem elaborados, já foram entregues o plano de trabalho e o Relatório das Regras de Negócio do SBE. Também em 2018, foi contratada auditoria de concessão do STCO com a FIPECAFI, para a entrega de 22 produtos.

INICIATIVAS 2018

Recebimento, verificação e análise dos relatórios elaborados pelas consultorias da Ernest&Young e da Empresa FIPECAFI, previstos para conclusão em dezembro/2018 e março de 2019, respectivamente.
Implantação do plano de contas com os resultados mensais financeiros e contábeis e elaboração de relatórios para acompanhamento da situação econômico-financeira das empresas.
Análise e acompanhamento dos relatórios finais das avaliações trimestrais do Sistema de Gestão da Qualidade do Serviço de Transporte – SGQTS, encaminhados pela SEMOB.
Implantação dos procedimentos e de normas para aplicação das sanções administrativas para as concessionárias do STCO.
Implantação do cronograma de execução do ciclo de reuniões ARSAL/SEMOB/Concessionárias para avaliação da qualidade dos serviços e elaboração dos planos de ação de melhorias do STCO.
Acompanhamento e análise das reclamações dos usuários do STCO, com base nos relatórios enviados pelo Serviço de Atendimento ao Usuário – SAU/Integra.
Acompanhamento sistemático com as análises devidas do fluxo de passageiros transportados e equivalentes do STCO.
Acompanhamento mensal dos indicadores econômicos IPCA, INPC e Óleo Diesel S-10 no mercado de Salvador, para análise e aplicação da fórmula paramétrica para fins de reajuste tarifário, conforme previsão contratual.

LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Durante o ano de 2018, a ARSAL participou das discussões com a SEINFRA para elaboração do edital do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), composto pelos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

Também esteve presente em reuniões para discutir estudos e projetos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, junto à LIMPURB, voltados para a licitação de coleta e limpeza urbana, e de grupos de discussão sobre a coleta seletiva, com participação da LIMPURB e da SECIS.

A ARSAL ainda participou de cursos e eventos para atualização e capacitação de sua equipe.

PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS

Indicadores de Desempenho para Regulação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.
Prática de Controle Social no Saneamento.
2º Encontro dos Entes Reguladores dos Serviços de Saneamento Básico e recursos Hídricos dos países Ibero-americanos da Língua Portuguesa.
Mudanças no Marco Regulatório do Saneamento – MP 844/2018.
Fórum de Representantes das Agências, como representante da ARSAL, para discutir estratégias de Certificação do Projeto ACERTAR.



OUVIDORIA

A atuação da Ouvidoria da ARSAL busca garantir que as manifestações da população contribuam para a melhoria da qualidade dos serviços. Neste sentido, em 2018, foi ampliado o leque de opções para manifestações da sociedade, especialmente no que se refere ao transporte coletivo de Salvador, com maior utilização das redes sociais como Facebook e Twitter, site da ARSAL e e-mail da Ouvidoria.

Outras atividades da Ouvidoria incluem a troca de informações permanente com as agências de regulação de outros municípios e a ampliação dos contatos com a Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), com o objetivo de divulgar as ações das áreas administrativa e técnica da ARSAL e conhecer práticas de sucesso que possam ser adotadas para oferecer mais eficiência à população.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)

A SEFAZ é responsável pela administração financeira, patrimonial e das dívidas e haveres do município. Também responde pela contabilidade pública, arrecadação tributária, controle interno da administração municipal e pelo julgamento de processos fiscais e financeiros.

EQUILÍBRIO DE CONTAS

As medidas adotadas na área fazendária desde 2013 garantiram o equilíbrio das contas públicas e permitiram à prefeitura implementar os programas e atividades demandados pela população, compatibilizar o potencial de arrecadação e captação de recursos, com controle da dívida, maior qualidade do gasto público e total transparência na sua aplicação.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS

A partir do primeiro ano da gestão, foram adotadas as medidas a seguir para reversão do quadro financeiro caótico encontrado no município.

REDUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) foi reduzida progressivamente de R\$ 1,82 bilhão e 52,08% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2012 para R\$ 1,69 bi e 41,66% RCL já em 2013; para R\$ 1,42 bi e 30,39% da RCL em 2014; para R\$ 1,31 bi e 27,91% em 2015; para apenas R\$ 298 milhões e 5,63% da RCL em 2016; e, por fim, para uma DCL negativa de (menos) R\$ 368 milhões em 2017, e de (menos) R\$ 541 milhões em 2018, montante este que representa o excesso de haveres financeiros de que dispõe o município em relação ao tamanho de sua dívida consolidada.

PARCELAMENTO DA DÍVIDA

Após cuidadosa verificação da efetiva execução dos serviços, foi efetuado o parcelamento em sete anos das dívidas superiores a R\$ 50 mil deixadas pela Administração passada com fornecedores e prestadores de serviço.

PAGAMENTO DAS RESTITUIÇÕES TRIBUTÁRIAS

Em 2003, foi efetuado o pagamento das restituições tributárias pendentes desde 2008.

REDUÇÃO DE DÉBITOS DE PRECATÓRIOS

Os Débitos de Precatórios do município foram reduzidos em 44%, caindo de R\$ 723 milhões em 2012 para R\$ 407 milhões em 2018.

RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS

Foram renegociados os contratos com fornecedores e prestadores de serviços, advindos de 2012, obtendo-se uma redução média de 10% no valor dos contratos e das licitações reavaliadas.

AUDITORIA NOS PROCESSOS DE TRANSCON

Em análise realizada nos processos de TRANSCON, foram constatadas irregularidades em diversas áreas transacionadas, com comprovação através de pesquisas documentais, que proporcionaram expressiva redução de certidões de TRANSCON já emitidas.

AUDITORIA NOS PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÕES

Foram revisados os procedimentos de diversos processos de desapropriação através das comissões instituídas pelos Decretos nº 19.093/2008 e nº 22.497/2011, cuja conclusão foi pela nulidade das expropriações.

Após contestação dos interessados, concluiu-se pela irregularidade do procedimento, o que deverá evitar o comprometimento de orçamentos futuros através da compensação de créditos tributários previstos nos acordos de desapropriação. Alguns acordos de desapropriação celebrados ao final de 2012 sequer foram exigidos à Prefeitura de Salvador, denotando a princípio, irregularidades nos procedimentos.

REGULARIZAÇÃO DO CONTRATO COM O BANCO PAGADOR DA FOLHA DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO

Em fevereiro de 2013, foi regularizado junto ao Banco Bradesco o contrato para pagamento das folhas dos servidores ativos, inativos e pensionistas e dos fornecedores gerando ao município R\$ 126 milhões.



Nova Concorrência realizada em 2017 envolveu a disputa entre os bancos Bradesco e Santander. Com uma oferta de R\$ 160,2 milhões, a título de contrapartida financeira para o município, o Bradesco manteve a prestação desses serviços pelos próximos 5 anos.

CAIXA ÚNICO E NEGOCIAÇÃO COM BANCOS

Ainda em 2013, todas as disponibilidades financeiras provenientes de quaisquer fontes de arrecadação foram centralizadas no Caixa Único do Tesouro Municipal, permitindo o controle e a gestão unificados das finanças municipais.

Entre as iniciativas está a redução, ano a ano, da dívida consolidada, que passou de 1,82 bilhão e 52,08% da Receita Corrente Líquida (RCL), em 2012, para menos R\$ 541 milhões em 2018, montante este que representa o excesso de haveres financeiros de que dispõe a Prefeitura de Salvador relativamente ao tamanho de sua dívida consolidada.

Outra medida adotada foi o parcelamento em sete anos das dívidas superiores a R\$ 50 mil deixadas pela gestão anterior. Além disso, os débitos precatórios foram reduzidos em 44%, caindo de R\$ 723 milhões em 2012 para R\$ 407 milhões em 2018.

CADIN E PROTESTO EXTRAJUDICIAL

Até o final de 2018, foram inscritas no CADIN 10,65 milhões de pendências, abrangendo mais de 1,71 milhão de devedores. Somente em 2018 foram 3,66 milhões de pendências inscritas, envolvendo 591 mil contribuintes. Desses registros, 298 mil foram da própria SEFAZ, 146 mil da Dívida Ativa e 132 mil da TRANSALVADOR, com participação menor de vários outros órgãos e entidades.

Como resultado, foram recuperados R\$ 72,1 milhões, em sua maioria, créditos tributários, dos quais R\$ 60,0 milhões no âmbito da SEFAZ e R\$ 11,3 milhões da Dívida Ativa. Desse montante, 50,9% decorrem de créditos de IPTU, 20,9%, da Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF) e 10,65%, da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD).

No âmbito da Dívida Ativa, foi implantado o protesto extrajudicial das dívidas com o município, como importante instrumento adicional de recuperação de créditos.

PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV)

A atualização da Planta Genérica de Valores do município compatibilizou o valor dos imóveis com os valores de mercado e, com isto, redefiniu a base de cálculo do IPTU. Através da Lei nº 9.306/2017, de 28 de dezembro de 2017, foi definido que terrenos com área superior a dois mil m², o valor do IPTU de 2018 seja quatro vezes o valor relativo ao ano de 2013, acrescido da atualização monetária do período, com retroação a 2014, bem como, para os terrenos de área superior a cinco mil m² e inferior a seis mil m², a redução do valor venal em 5% e mais 1% para cada mil m² adicional de área até o limite de 50%. A aplicação destas regras especiais foi condicionada à adesão ao PPI – 2018.

Além disso, revisões locais da PGV têm sido operadas regularmente, a exemplo das correções já efetuadas na área de Cassange e as que estão em curso na área do Loteamento Marissol.

ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Após o recadastramento imobiliário realizado em 2013, com a participação direta dos contribuintes, foi implantado, em 2017, um projeto estratégico de Atualização do Cadastro Imobiliário para padronizar, complementar, corrigir dados e georreferenciar as inscrições imobiliárias municipais. Cerca de 50 mil inscrições foram corrigidas naquele ano, enquanto, em 2018, outras 48.250 inscrições imobiliárias passaram por atualização.

NOTA SALVADOR

No ano de 2018 registrou-se um total de 358.461 pessoas físicas cadastradas no Portal da Nota Salvador, dos quais 165.628 cidadãos aderiram aos sorteios, uma média mensal de 80,5 mil participantes e 3,7 milhões de bilhetes gerados. Desde a efetivação do Programa em dezembro de 2013 até 2018, foram realizados 60 sorteios, distribuídos 905.588 prêmios, no valor total de R\$ 49,61 milhões, dos quais R\$ 47,75 milhões transferidos para conta corrente/poupança, R\$ 506 mil transformados em crédito de celular e R\$ 1,35 milhão em crédito para carga no SalvadorCard.

Além disto, o Programa possibilitou o uso dos créditos para abatimento do valor do IPTU no valor de R\$ 36 mil para 416 imóveis, em 2016, R\$ 150 mil para 1.696 imóveis, em 2017, R\$ 68 mil para 656 imóveis, em 2018, e R\$ 67 mil para 558 imóveis em 2019.



IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PARA CÁLCULO E EMISSÃO DE GUIA DO ITIV

Foi disponibilizado um aplicativo na internet que possibilita o cálculo do ITIV e a emissão da guia de pagamento exclusivamente pelo sistema, pelo próprio contribuinte, de forma simplificada e amigável, sem necessidade de autenticação ou intermediação de terceiros.

PENDÊNCIAS COM O CAUC

De agosto de 2013 ao final de 2018, foram registradas 22 situações de restrições no CAUC, decorrentes de problemas pontuais resolvidos no máximo em 30 dias, o que permitiu manter a situação de regularidade do município junto ao Governo Federal.

PROGRAMAS DE PARCELAMENTO INCENTIVADO (PPI)

Através de dois Programas de Parcelamento Incentivado de dívidas, realizados em 2014 e 2015 pelo município, foi viabilizada a contratação de quitação de dívidas no montante global de R\$ 642 milhões, dos quais R\$ 416 milhões foram efetivamente arrecadados até 2017.



Instituído na Lei nº 9.306/2017, foi realizado de janeiro a setembro de 2018 o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) 2018, voltado para débitos de IPTU e TRSD constituídos até 2017. Para o pagamento do débito em parcela única, o programa ofereceu desconto de 100% do valor das multas e dos juros de mora e de 75% dos honorários advocatícios. Para pagamento parcelado, o desconto foi de 100% dos juros e 50% do valor das multas e dos honorários fixados.

O PPI 2018 apresentou algumas especificidades como a exclusividade na regularização de débitos apenas de IPTU e TRSD, incluindo, no caso de terrenos e áreas acima de dois mil m², o recálculo de dívidas referentes aos exercícios de 2014 a 2017, com base no IPTU lançado para o exercício de 2018. Para regularização de terrenos, também foi possível a utilização de TRANSCON (Transferência do Direito de Construir), condicionado ao pagamento mínimo à vista de 30% do valor total do débito com os benefícios do PPI-2018.

Com esta iniciativa, o município ofereceu uma oportunidade para a solução da principal pendência resultante da atualização da Planta Genérica de Valores efetuada em 2013.

O programa propiciou ainda a contratação de quitação de dívidas de R\$ 445 milhões. Com o abatimento dos benefícios concedidos, foi obtida uma receita de R\$ 248 milhões, dos quais R\$ 107 milhões foram efetivamente arrecadados até o final do ano de 2018.

A regularização de débitos por meio de TRANSCON implicou a contratação de quitação de dívidas no montante global de R\$ 22 milhões. Com o abatimento dos benefícios concedidos, a receita formal alcançou R\$ 13 milhões, dos quais R\$ 9 milhões foram quitados com TRANSCON e R\$ 4 milhões foram efetivamente arrecadados.

PROGRAMA DE PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO (PAD)

Além dos PPIs, o município também criou, em 2014, o Programa de Parcelamento Administrativo de Dívidas (PAD) que possibilita o parcelamento ordinário de débitos tributários e não tributários inscritos ou não em Dívida Ativa em até 60 meses. Desde sua implantação, o PAD atingiu o montante de R\$ 412 milhões em dívidas a recuperar, dos quais R\$ 133 milhões já foram efetivamente arrecadados até 2017. Somente em 2018, a arrecadação do PAD totalizou R\$ 72 milhões.

ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS

O Programa de Alienação de Bens Imóveis Municipais, nos termos das Leis nº 8.655/2014 e nº 9.233/2017, já atingiu 28 imóveis sem interesse de uso pelo município, de 2014 a 2018. A iniciativa gerou R\$ 159,78 milhões de receita de capital, dos quais R\$ 158,5 milhões já ingressaram no Caixa do Tesouro Municipal para serem aplicados exclusivamente em obras ou ampliação dos ativos permanentes do município.

RECEBIMENTO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS

Salvador foi uma das primeiras, entre as capitais brasileiras, a ter acesso aos recursos dos Depósitos Judiciais, graças ao atendimento pela prefeitura das exigências feitas pelo Tribunal de Justiça e pelo Banco do Brasil. Até o final de 2016, o município recebeu R\$ 138,4 milhões, a serem aplicados no pagamento de Precatórios e de Dívidas do município.

SALDO EM CAIXA

Decorrente de todo o esforço realizado pela prefeitura mediante um conjunto de ações implementadas desde o primeiro ano da gestão, as finanças tiveram seu equilíbrio reestabelecido e o saldo líquido em caixa, que fechara o ano de 2012 negativo em (-) R\$ 77 milhões, passou para o polo positivo em R\$ 459 milhões já no exercício de 2013 e ampliou-se progressivamente até alcançar as expressivas cifras de R\$ 1,257 bilhão em 2017 e R\$ 1,469 bilhão em 2018.

AVANÇOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

As medidas implementadas pela atual administração municipal na gestão das finanças públicas conduziram à obtenção de avanços e resultados muito expressivos para o alcance do objetivo estratégico de conferir ao município autonomia financeira para a execução dos investimentos sociais e de infraestrutura urbana demandados pela população e exigidos pela situação de abandono em que se encontrava a cidade.

RECEITA MUNICIPAL

EVOLUÇÃO DA RECEITA POR ORIGEM: RECEITAS PRÓPRIAS E DE TRANSFERÊNCIAS

Conforme exibido na Tabela 1, entre 2012 e 2018 as receitas próprias do Município do Salvador experimentaram um crescimento médio anual, em termos nominais, de 10,9%, valor este que é 53,5% maior do que o do crescimento verificado nas receitas de transferências (7,1%) no mesmo período.

Com isto, e a despeito da séria crise que se abateu sobre a economia nacional nos últimos anos, marcada pela estagnação em 2014 e pela forte recessão registrada nos anos de 2015 e 2016, período em que o PIB do país registrou queda real acumulada de cerca de 7,0%, a Receita Total arrecadada pelo município logrou crescer 68,1%, nominalmente, no período de 2013 a 2018, saltando de R\$ 3,83 bilhões em 2012 para R\$ 6,45 bilhões em 2018.



DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

TABELA 1: EVOLUÇÃO ANUAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS E DE TRANSFERÊNCIAS

EVOLUÇÃO ANUAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS E DE TRANSFERÊNCIAS										
COMPONENTE DA RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	INCREMENTO NOMINAL		
								2018/17	MÉDIO ANUAL	ACUMULADO 2013-2018
Receitas Próprias	1.784,6	2.179,0	2.659,6	2.795,6	2.900,3	3.017,9	3.322,9	10,1%	10,9%	86,2%
Receita Tributária	1.423,0	1.625,9	2.007,2	1.927,1	2.041,9	2.087,2	2.450,1	17,4%	9,5%	72,2%
Impostos	1.231,5	1.423,3	1.785,1	1.720,8	1.818,0	1.834,1	2.149,3	17,2%	9,7%	74,5%
Taxas	191,5	202,6	222,2	206,2	224,0	253,1	300,8	18,8%	7,8%	57,0%
Receita Não Tributária	361,6	553,1	652,4	868,6	858,3	930,7	872,8	-6,2%	15,8%	141,4%
Receita de Transferências	1.852,1	2.001,3	2.177,7	2.385,1	2.648,5	2.621,9	2.801,2	6,8%	7,1%	51,2%
Governamentais Obrigatórias	1.796,9	1.968,6	2.121,8	2.362,4	2.592,0	2.556,2	2.739,5	7,2%	7,3%	52,5%
Da União	972,3	1.082,4	1.189,2	1.350,2	1.570,3	1.513,8	1.584,8	4,7%	8,5%	63,0%
Do Estado	725,3	810,9	826,9	893,5	894,5	917,2	995,2	8,5%	5,4%	37,2%
Multigovernamentais	338,1	339,5	385,4	429,5	456,6	454,2	504,3	11,0%	6,9%	49,1%
Deduções Multigovernamentais	-238,9	-264,1	-279,8	-310,9	-329,4	-328,9	-342,6	4,2%	6,2%	43,4%
Governamentais Voluntárias	45,6	5,9	28,1	22,0	55,4	62,9	58,3	-7,3%	4,2%	27,9%
Da União	42,4	1,9	26,0	20,2	51,6	59,3	43,0	-27,5%	0,2%	1,5%
Do Estado	3,2	4,0	2,0	1,8	3,8	3,6	13,5	279,6%	27,1%	320,6%
Outras Receitas de Transferências	9,6	26,7	27,9	0,7	1,0	2,8	3,4	22,3%	-15,8%	-64,5%
RECEITA TOTAL (SEM INTRAORÇAMENTÁRIA)	3.636,7	4.180,3	4.837,4	5.180,8	5.548,7	5.639,8	6.124,1	8,6%	9,1%	68,4%
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	199,1	193,9	228,7	254,4	283,0	301,5	323,5	7,3%	8,4%	62,5%
RECEITA TOTAL (COM INTRAORÇAMENTÁRIA)	3.835,8	4.374,2	5.066,0	5.435,1	5.831,8	5.941,3	6.447,6	8,5%	9,0%	68,1%

Valores Nominais (em R\$ milhões) – Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ.

O destaque especial registrado no desempenho das receitas próprias, que cresceram 86% no período de 2013 a 2018, resultou das medidas tributárias implementadas e da maior eficiência empreendida na máquina fazendária municipal na atual gestão, tornando a participação desta fonte de recursos mais expressiva do que a das Receitas de Transferências na composição do montante total das receitas municipais.

De fato, como se observa na Tabela 2, as Receitas Próprias eram inferiores às Receitas de Transferências em 2012, mas, já a partir de 2013 este quadro foi revertido, passando os ingressos próprios a superar os de transferências, alcançando 53,5% da Receita Total do município, na média até 2018, e, assim, atestando o sucesso do objetivo estratégico de dar autonomia financeira a Salvador.

Assinale-se que isto ocorreu apesar do agravamento da crise pela qual atravessa a economia brasileira desde 2014, pelo que se logrou, na atual gestão municipal, inverter a dependência das receitas de Salvador dos repasses estaduais e federais para sua própria eficiência arrecadatória.

TABELA 2: COMPOSIÇÃO DA RECEITA

RECEITA PRÓPRIA VS. TRANSFERÊNCIAS															
ITEM DE RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA TOTAL							
								2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2013 A 2018
Receitas Próprias	1.785	2.179	2.660	2.796	2.900	3.018	3.323	49,1%	52,1%	55,0%	54,0%	52,3%	53,5%	54,3%	53,5%
Receitas de Transferências	1.852	2.001	2.178	2.385	2.648	2.622	2.801	50,9%	47,9%	45,0%	46,0%	47,7%	46,5%	45,7%	46,5%
Receita Total (exceto intraorçamentária)	3.637	4.180	4.837	5.181	5.549	5.640	6.124	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Valores Nominais (em R\$ milhões) – Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTE E DE CAPITAL

A Tabela 3 exhibe a evolução da receita orçamentária de Salvador, de 2012 a 2018, segundo sua subdivisão formal em Receita Corrente e Receita de Capital.

A par do bom desempenho das receitas de arrecadação direta e da consequente diminuição do peso relativo das Transferências, acima realçados e aqui igualmente observáveis, o ponto de maior destaque nesta Tabela 3 é o expressivo salto das Receitas de Capital em 2018, a qual chegou a constituir 4,8% das Receitas Totais do município, ante uma participação inferior a 2% nos últimos vários anos. Dois fatores são responsáveis por esta mudança: (i) o Programa de Alienação de bens Imóveis, pelo qual o município transforma bens imóveis que não estão atendendo o interesse público em receita de capital para aplicação exclusiva em obras ou ampliação dos ativos permanentes municipais; e (ii) o excelente estado das finanças públicas municipais, resultante da prática rigorosa do equilíbrio fiscal, habilitando o município a contratar importantes operações de crédito internas e externas, para atender demandas relevantes de infraestrutura urbana e de proteção social da nossa Capital.

Há que registrar também o fato de as receitas totais terem logrado crescer 8,5% em 2018, relativamente a 2017, contra uma inflação anual medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,75%.



DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

TABELA 3: EVOLUÇÃO ANUAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

EVOLUÇÃO ANUAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL										
COMPONENTE DA RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	INCREMENTO NOMINAL		
								2018/17	MÉDIO ANUAL	ACUMULADO 2013-2018
Receitas Correntes	3.605,8	4.174,9	4.814,8	5.113,0	5.450,3	5.556,5	5.832,3	5,0%	8,3%	61,7%
Impostos	1.231,5	1.423,3	1.785,1	1.720,8	1.818,0	1.834,1	2.149,3	17,2%	9,7%	74,5%
Taxas	191,5	202,6	222,2	206,2	224,0	253,1	300,8	18,8%	7,8%	57,0%
Transferências Correntes	1.824,2	1.996,4	2.161,9	2.368,7	2.588,3	2.556,0	2.749,7	7,6%	7,1%	50,7%
Cota-Parte FPM	490,4	525,3	606,8	704,7	832,2	816,8	788,8	-3,4%	8,2%	60,9%
Recursos do SUS	415,0	477,6	512,7	558,9	652,0	616,9	696,8	12,9%	9,0%	67,9%
Cota-Parte ICMS	545,6	620,7	636,0	686,0	677,5	694,3	772,5	11,3%	6,0%	41,6%
Outras Transferências	612,1	636,8	686,2	729,9	755,9	756,8	834,3	10,2%	5,3%	36,3%
Deduções das Transferências	-238,9	-264,1	-279,8	-310,9	-329,4	-328,9	-342,6	4,2%	6,2%	43,4%
Outras Receitas Correntes	358,5	552,6	645,7	817,3	820,1	913,2	632,5	-30,7%	9,9%	76,4%
Receitas de Capital	30,9	5,4	22,5	67,7	98,4	83,4	291,8	249,9%	45,4%	844,0%
Transferências de Capital	27,9	4,9	15,8	16,4	65,3	66,0	51,5	-21,9%	10,8%	85,0%
Operações de Crédito	3,0	-	-	6,3	15,2	9,3	161,7	1637,0%	60,9%	5263,6%
Alienação de bens	0,0	0,6	6,7	44,9	18,0	8,1	78,6	868,9%	128,4%	1.635.402,8%
RECEITA TOTAL (SEM INTRAORÇAMENTÁRIA)	3.636,7	4.180,3	4.837,4	5.180,8	5.548,7	5.639,8	6.124,1	8,6%	9,1%	68,4%
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	199,1	193,9	228,7	254,4	283,0	301,5	323,5	7,3%	8,4%	62,5%
RECEITA TOTAL (COM INTRAORÇAMENTÁRIA)	3.835,8	4.374,2	5.066,0	5.435,1	5.831,8	5.941,3	6.447,6	8,5%	9,0%	68,1%

Valores Nominais (em R\$ milhões) – Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ.

DESPESA MUNICIPAL

EVOLUÇÃO DA DESPESA

A execução das despesas pelo município tem sido submetida, de forma permanente e sistemática, desde 2013, aos propósitos maiores de busca permanente do equilíbrio fiscal, regra de ouro da atual gestão, e da melhoria da capacidade de geração de resultados financeiros visando a conferir a Salvador meios para realizar, com seus próprios recursos, os investimentos demandados por sua população, independentemente de repasses voluntários da União ou do Estado da Bahia.

Mesmo assim, traduzindo de forma enfática o compromisso da atual gestão com a Saúde e a Educação, os índices mínimos exigidos para as despesas com essas áreas foram ambos ampla e folgadoamente superados em cada um dos exercícios desde 2013.

Igualmente, foi objeto do mais absoluto respeito o cumprimento integral e tempestivo de todos os compromissos assumidos pelo município com seus servidores e fornecedores.

Segundo se observa, a despesa total, que chegou a R\$ 6,35 bilhões em 2018, cresceu 12% em relação a 2017, 9% em média anual desde 2013 e 68% acumulados no período 2013-2018. Grandes destaques a assinalar em 2018 são o salto que se deu nos gastos com investimentos, com crescimento de 78% em comparação com 2017 e de 177% desde 2013.

TABELA 4: EVOLUÇÃO ANUAL DA DESPESA

EVOLUÇÃO ANUAL DA DESPESA										
COMPONENTE DA DESPESA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	INCREMENTO NOMINAL		
								2018/17	MÉDIO ANUAL	ACUMULADO 2013-2018
Despesa Corrente	3.316	3.491	4.229	4.664	4.972	5.008	5.477	9,4%	8,7%	65,1%
Pessoal e Encargos Sociais	1.502	1.830	1.989	2.203	2.343	2.405	2.511	4,4%	8,9%	67,2%
Juros e Encargos da Dívida	69	69	68	71	11	7	17	137,8%	-20,9%	-75,5%
Outras Despesas Correntes	1.746	1.592	2.172	2.391	2.618	2.597	2.949	13,6%	9,1%	68,9%
Despesa de Capital	302	386	512	457	407	359	552	53,9%	10,6%	82,9%
Investimentos	157	203	413	334	299	245	437	78,3%	18,5%	177,3%
Amortização da Dívida	138	178	98	123	108	114	115	1,5%	-2,9%	-16,2%
Inversões Financeiras	7	5								
Despesa Total (Exceto Intraorçamentária)	3.618	3.876	4.741	5.121	5.379	5.367	6.029	12,3%	8,9%	66,6%
Despesa Intraorçamentária	162	191	229	261	302	307	324	5,3%	12,2%	99,5%
Despesa Total (com Intraorçamentária)	3.780	4.067	4.970	5.382	5.681	5.674	6.352	12,0%	9,0%	68,0%

Valores Nominais Empenhados (em R\$ milhões) – Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ.



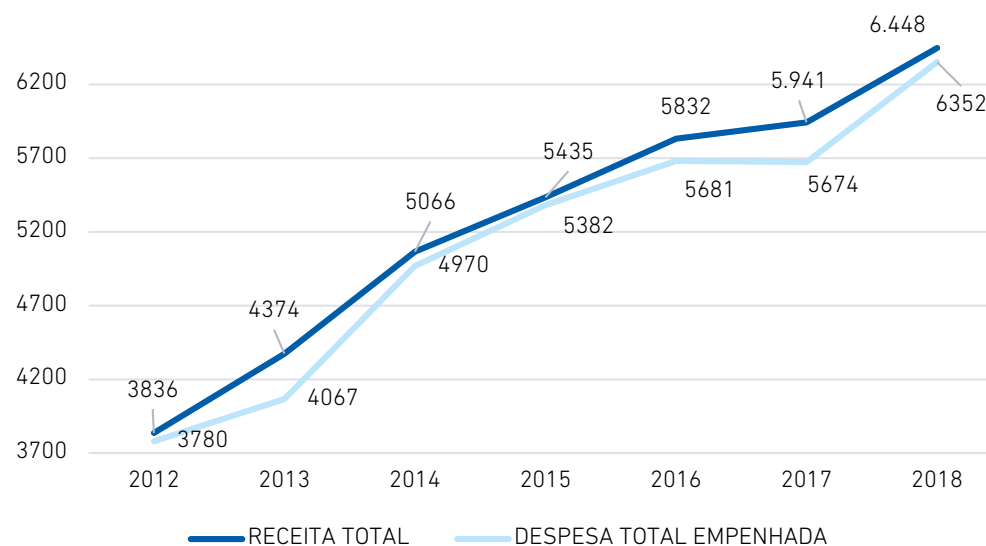
7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Outros dois aspectos a ressaltar, bem revelados no gráfico a seguir, são:

1. o fato de montantes totais das despesas executadas situarem-se sistematicamente abaixo daqueles relativos às receitas do município; e
2. a nítida tendência de aproximação dos valores das despesas para com os das receitas totais, retratando a expansão das despesas decorrentes das significativas aplicações em serviços sociais, educação e saúde, além da rigidez de crescimento de algumas delas, em especial as relativas a pessoal, que, aliás, cresceram 67% acumulados no período 2013-2018, rigorosamente no mesmo diapasão das despesas totais do município no mesmo período.

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DAS RECEITAS E DAS DESPESAS (EM R\$ MILHÃO)



RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Conforme demonstrado na Tabela 5, as metas de resultado primário fixadas na Lei Orçamentária Anual foram superadas com folga em todos os anos de 2013 a 2018. Neste último exercício, mesmo com mudanças metodológicas impostas pela Secretaria do Tesouro Nacional, a meta foi superada com uma margem folgada de mais de R\$ 700 milhões.

TABELA 5: RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO (EM R\$ MILHÕES)					
ANO	RECEITA PRIMÁRIA* (A)	DESPESA PRIMÁRIA* (B)	RESULTADO PRIMÁRIO		
			ALCANÇADO (A – B)	META (LOA)	
2012	3.808	3.574	234		195
2013	4.315	3.819	496		196
2014	4.938	4.804	134		(136)
2015	5.224	4.974	250		(149)
2016	5.637	5.562	76		(555)
2017	5.793	5.531	261		(515)
2018	5.858	5.796	62		(645)

Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ – LOA: 2012 a 2018.
* Não inclui Receita (ou Despesa) Financeira.

Mantendo o mesmo padrão, o Resultado Nominal, cuja metodologia adotada até o exercício de 2017 também foi alterada, passando a ser obtido através da adição do ganho de juros e encargos auferido no exercício ao valor obtido no resultado primário, teve suas metas superadas em mais de R\$ 450 milhões em 2018.

Os resultados alcançados, no conceito nominal, contribuíram para a redução do estoque da Dívida Consolidada Líquida em R\$ 2,250 bilhões no período de 2013 a 2018, dado que o seu montante caiu de R\$ 1,829 bilhão em 2012 para R\$ – 421 milhões em 2018.

TABELA 6: RESULTADO NOMINAL

RESULTADO NOMINAL (EM R\$ MILHÕES)				
ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		RESULTADO NOMINAL	
	NO ANO (A)	NO ANO ANTERIOR (B)	ALCANÇADO (A – B)	META (LOA)
2012	1.830	1.727	103	119
2013	1.691	1.830	(139)	(30)
2014	1.423	1.691	(268)	458
2015	1.318	1.423	(105)	216
2016	298	1.318	(1.020)	1.219
2017	(368)	298	(298)	588
2018 *	(421)	(368)	113*	(338)

Fonte: SGF/ SIGEF/ SEFAZ – LOA: 2012 a 2018
 * Houve mudança na metodologia de cálculo do Resultado Nominal.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A Tabela 7 mostra a evolução dos resultados orçamentários gerados ao longo dos últimos exercícios, restando evidenciado que o forte controle exercido sobre as despesas na atual gestão permitiu que, mesmo no cenário de queda na atividade econômica do país, ainda assim, se obtivessem saldos orçamentários positivos em todos os anos, com ênfase para 2013 e 2017, em que o superávit chegou a R\$ 307 milhões e R\$ 267 milhões, respectivamente. O resultado orçamentário obtido em 2018 foi de R\$ 95 milhões.



TABELA 7: RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO							
DETALHAMENTO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Total	3.836	4.374	5.066	5.435	5.832	5.941	6.447
Receitas Correntes	3.606	4.175	4.815	5.113	5.450	5.556	5.832
Receitas de Capital	31	5	23	68	98	83	292
Receita Intraorçamentária	199	194	229	254	283	301	324
Despesa Total	3.780	4.067	4.970	5.382	5.681	5.674	6.352
Despesas Correntes	3.316	3.491	4.229	4.664	4.972	5.008	5.477
Despesas de Capital	302	386	512	457	407	359	552
Despesa Intraorçamentária	162	191	229	261	302	307	324
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	55	307	96	53	151	267	95

Valores Nominais Arrecadados e Empenhados (em R\$ milhões) – Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ.

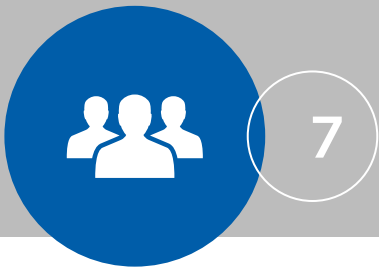
DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Na forma evidenciada na Tabela 8, a situação deficitária das Disponibilidades Líquidas de Caixa em 2012 (- R\$ 77 milhões) foi imediatamente revertida na atual gestão, passando para o polo positivo em R\$ 459 milhões já no exercício de 2013 e ampliou-se progressivamente até alcançar a cifra de quase R\$ 1,0 bilhão em 2016, de R\$ 1,257 em 2017 e, por fim, de R\$ 1,470 bilhão em 2018.

TABELA 8: DISPONIBILIDADE DE CAIXA

DISPONIBILIDADE DE CAIXA							
DETALHAMENTO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Disponibilidade de Caixa Bruta	225	848	97	1.122	1.303	1.546	1.786
(-) Obrigações Financeiras (Recursos Vinculados)	143	270	154	173	90	80	70
(-) Obrigações Financeiras (Recursos Não Vinculados)	160	119	143	219	236	208	246
Disponibilidade de Caixa Líquida	-77	459	675	730	977	1.257	1.470

Valores Nominais (em R\$ milhões) – Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ.



DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

GASTOS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

As tabelas 9 e 10 mostram os gastos municipais com Educação e com Saúde no período de 2012 a 2018. Diferentemente da gestão anterior, em que o índice legal exigido nos gastos com Educação deixou de ser cumprido, na atual Administração esta exigência foi não apenas atendida, mas, mais do que isto, foi superada em todos os anos, alcançando índices históricos nestas aplicações em 2017, com 29,3% das Receitas de Impostos e Transferências. Em 2018 o índice foi de 27,4%.

TABELA 9: GASTOS COM EDUCAÇÃO

GASTOS COM EDUCAÇÃO (EM R\$ MILHÕES)							
ANO	DESPESA BRUTA REALIZADA	ÍNDICE CONSTITUCIONAL					LIMITE
		DESPESA TOTAL APLICÁVEL (A)	DEDUÇÕES EXIGIDAS (B)	DESPESA LÍQUIDA APLICÁVEL (C = A – B)	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (D)	ÍNDICE ALCANÇADO (C / D)	
2012	750,7	715,2	139,0	576,2	2.528,2	22,8%	25,0%
2013	839,7	811,4	87,0	724,4	2.847,3	25,4%	
2014	1.007,5	960,2	110,1	850,1	3.336,0	25,5%	
2015	1.115,5	1.042,0	115,0	927,0	3.441,8	26,9%	
2016	1.200,6	1.140,0	129,8	1.010,2	3.659,3	27,6%	
2017	1.210,3	1.161,1	80,9	1.080,2	3.684,8	29,3%	
2018	1.320,1	1.234,3	155,6	1.078,6	3.932,4	27,4%	

Valores Nominais (em milhões) – Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ.

Aliás, a propósito do índice histórico obtido em 2017, há que se destacar o fato de que a superação do índice mínimo constitucional, que se verificou em todos anos de 2013 a 2018, implicou que a Educação Pública Municipal de Salvador recebeu durante o período da atual Administração Municipal um montante adicional de investimentos, para além do valor constitucionalmente exigido, de R\$ 445 milhões.

Destaca-se, outrossim, o crescimento progressivo dos gastos brutos com Educação desde R\$ 750 milhões em 2012 para R\$ 1,320 bilhão em 2018, configurando um acréscimo médio a cada ano de R\$ 95 milhões nestas despesas.

No que concerne à Saúde, os gastos realizados superaram o limite legal durante todos os anos da atual gestão municipal, atingindo, em 2017, 19,9% da Receita de Impostos e Transferências, ou seja, quase cinco pontos percentuais acima dos 15% legalmente exigidos. Em 2018, o índice alcançou 19,3%. Tal como com a Educação, portanto, a superação do índice mínimo constitucional implica que o Sistema Municipal de Saúde Pública de Salvador recebeu, entre 2013 e 2018, um montante adicional de investimentos de R\$ 711 milhões além do valor constitucionalmente exigido.

Ademais, as despesas brutas com Saúde experimentaram um expressivo crescimento anual desde R\$ 931 milhões em 2012 para R\$ 1,560 bilhão em 2018, com média anual de incremento de R\$ 105 milhões.

TABELA 10: GASTOS EM SAÚDE

GASTOS EM SAÚDE (EM R\$ MILHÕES)							
ANO	DESPESA BRUTA REALIZADA	ÍNDICE CONSTITUCIONAL					
		DESPESA TOTAL APLICÁVEL (A)	DEDUÇÕES EXIGIDAS (B)	DESPESA LÍQUIDA APLICÁVEL (C = A - B)	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (D)	ÍNDICE ALCANÇADO (C / D)	LIMITE
2012	931,5	428,8	1,2	427,6	2.506,4	17,1%	15,0%
2013	958,3	455,0	-	455,0	2.824,1	16,1%	
2014	1.092,4	560,5	-	560,5	3.310,2	16,9%	
2015	1.211,5	637,0	-	637,0	3.404,2	18,7%	
2016	1.376,5	687,4	-	687,4	3.604,1	19,1%	
2017	1.410,6	719,0	-	719,0	3.617,2	19,9%	
2018	1.559,9	746,5	-	746,5	3.868,8	19,3%	

Valores Nominais (em milhões) – Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ.

Além de demonstrarem o atendimento aos ditames legais de vinculação orçamentária nessas áreas, estes números evidenciam o compromisso da atual gestão municipal com a expansão dos serviços de Saúde e de Educação postos à disposição da população, a exemplo do grande crescimento da cobertura do Programa de Saúde da Família, da implantação de vários Multicentros de Saúde, da intensificação da oferta de Ensino em Tempo Integral, da ampliação das vagas na educação infantil, do cumprimento do piso nacional para professores e de outras iniciativas empreendidas.

GASTOS COM PESSOAL

Como demonstra a Tabela 11, também nos Gastos com Pessoal os limites legais vêm sendo rigorosamente observados pela Administração Municipal. Em cada um dos anos de 2013 a 2018, os índices relativos a estes gastos ficaram abaixo não apenas do limite de alerta previsto na LRF, de 48,6% da Receita Corrente Líquida, mas também do valor registrado para os mesmos em 2012, de 44,50% da RCL.

**TABELA 11: GASTOS COM PESSOAL**

GASTOS COM PESSOAL (EM R\$ MILHÕES)							
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)							
EXERCÍCIO	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (A)	DESPESA TOTAL COM PESSOAL (B)	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (C)	ÍNDICE ALCANÇADO (D = B / C)	LIMITE DE ALERTA (D = B / C)	LIMITE PRUDENCIAL (D = B / C)	LIMITE MÁXIMO (D = B / C)
2012	1.924	1.563	3.513	44,50%	48,6%	51,3%	54%
2013	2.197	1.794	4.060	44,19%			
2014	2.312	1.938	4.684	41,36%			
2015	2.599	2.180	4.966	43,90%			
2016	2.671	2.225	5.292	42,05%			
2017	2.685	2.225	5.403	41,19%			
2018	2.694	2.209	5.672	38,94%			

Valores Nominais (em milhões) – Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ.

GASTOS COM INVESTIMENTO

A capacidade de investimento do município na atual gestão foi significativamente ampliada. Os gastos anuais com investimento em Salvador no período de 2013 a 2018 totalizaram em média R\$ 321,8 milhões, representando 5,8% da receita total média anual no período, contra 4,1% no triênio 2010-2012 (Tabela 12). Esta nova marca suplanta em 2,3 vezes os investimentos realizados na gestão anterior.



TABELA 12: GASTOS COM INVESTIMENTOS

GASTOS ANUAIS COM INVESTIMENTO					
ANO	INVESTIMENTO ANUAL (IA)	RECEITA TOTAL ANUAL (RT)	IA/RT (%)	RECEITA DE CAPITAL ANUAL (RC)	IA/RC
2010	155,8	2.947,0	5,3%	74,8	2,08
2011	99,1	3.512,0	2,8%	72,5	1,37
2012	157,4	3.835,8	4,1%	30,9	5,09
2013	203,1	4.374,2	4,6%	5,4	37,61
2014	413,4	5.066,0	8,1%	22,5	18,37
2015	334,3	5.435,1	6,2%	67,7	4,94
2016	298,6	5.832,0	5,1%	98,4	3,03
2017	244,9	5.943,0	4,1%	83,4	2,94
2018	436,5	6.446,2	6,8%	291,7	1,50
2010 a 2012	137,4	3.431,6	4,1%	59,4	2,31
2013 a 2018	321,8	5.516,1	5,8%	94,9	3,39

Valores Nominais Empenhados (em milhões) – Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ.

Igualmente relevante foi a expressiva ampliação da capacidade própria de investimento do município na atual gestão. A Tabela 13 demonstra o expressivo salto da participação dos recursos próprios no financiamento dos investimentos municipais nos últimos seis anos (2013 a 2018) e revela que os recursos próprios do município foram responsáveis por mais de 90% dos investimentos realizados no período de 2013 a 2015 e por 80% entre 2013 e 2018, contra 60% no triênio 2010-2012.



**TABELA 13: INVESTIMENTOS X FONTE DE RECURSOS**

INVESTIMENTOS VS. FONTES DE RECURSOS (R\$ MILHÕES)						
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO (A)	FONTE DE FINANCIAMENTO				FINANCIAMENTO PRÓPRIO (D/A)
		CONVÊNIOS (B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (C)	PRÓPRIA (D)	TOTAL (E = B + C + D)	
2010	155,8	68,0	-	87,8	155,8	56%
2011	99,1	69,6	-	29,5	99,1	30%
2012	157,4	27,9	3,0	130,4	157,4	83%
2013	203,1	4,9	-	198,2	203,1	98%
2014	413,4	15,8	-	264,3	280,1	94%
2015	334,3	16,4	6,4	311,5	334,3	93%
2016	298,6	65,3	15,2	218,1	298,6	73%
2017	244,9	66,0	9,3	169,6	244,9	69%
2018	436,5	51,5	161,7	223,3	436,5	51%
2010 a 2012	129,3	53,9	1,0	74,4	129,3	56%
2013 a 2018	221,5	20,7	9,6	191,2	221,5	80%

Valores Nominais Liquidados – Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ.

Em que pese o grande destaque assumido por Salvador entre as capitais brasileiras no uso de recursos próprios para a realização de investimentos nos últimos anos, felizmente o município passou a assistir em 2018 a instauração de um novo cenário, marcado pela participação mais efetiva das operações de crédito como fonte de recursos para tais investimentos. E isto foi conseguido, saliente-se, pelo rigor da política fiscal implementada desde 2013, que conferiu ao município a capacidade de tomar importantes empréstimos de entidades nacionais e multilaterais, a fim de executar projetos urbanísticos e sociais que, de outra forma, dificilmente poderiam vir a ser concretizados.

DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

A dívida pública municipal foi significativamente reduzida na atual gestão. De fato, a Dívida Consolidada Líquida caiu progressivamente do patamar de R\$ 1,83 bilhões em 2012 (52,1% da RCL) para R\$ 1.318 milhão em 2015 (26,5% da RCL), R\$ 298 milhões em 2016 (5,6% da RCL) e, finalmente, para valores negativos de R\$ 368 milhões em 2017 e de R\$ 421 milhões em 2018, montantes estes que representam o excesso de haveres financeiros líquidos de que dispõe a Prefeitura de Salvador para fazer frente a sua Dívida Consolidada Bruta.

Como se observa na Tabela 14, ao contrário do que se verifica agora, quando a atual Administração assumiu o mandato em 2013 mais da metade da Receita Corrente Líquida do município estava comprometida com a Dívida Consolidada Líquida.

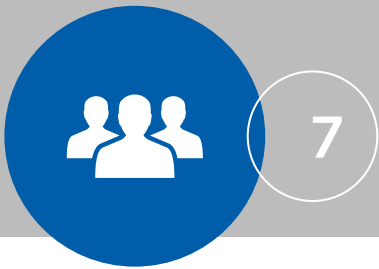
TABELA 14: ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO (EM R\$ MILHÕES)				
ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (A)	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (B)	ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO (% RCL)	
			ALCANÇADO (A/B)	LIMITE (LRF)
2012	1.830	3.513	52,1%	120%
2013	1.691	4.060	41,7%	
2014	1.423	4.684	30,4%	
2015	1.318	4.966	26,5%	
2016	298	5.292	5,6%	
2017	(368)	5.403	- 6,8%	
2018	(421)	5.672	- 7,4%	

Valores Nominais (em milhões) – (*) Sujeito a alterações até o encerramento definitivo da contabilidade. Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ.



O avanço expressivo neste indicador se deveu à disciplina do município no pagamento do principal e dos encargos da dívida no período, bem como, e principalmente, à quitação, em 2016, da dívida contratada com a União e à renegociação de débitos previdenciários em 2017, com base na MP nº 778/2017. O resultado é que, dado o limite legal de endividamento de 120% da RCL, a capacidade de endividamento do Município de Salvador hoje é superior a R\$ 7,2 bilhões.



DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

TABELA 15: AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (EM R\$ MILHÕES)						
ANO	DESEMBOLSOS COM A DÍVIDA			RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (A)	ÍNDICE DE DESEMBOLSO (%RCL)	
	JUROS E ENCARGOS (A)	AMORTIZAÇÃO (B)	TOTAL (C = A + B)		ALCANÇADO (A/B)	LIMITE (LRF)
2012	69	137	206	3.513	5,9%	11,50%
2013	69	171	240	4.060	5,9%	
2014	68	98	166	4.684	3,5%	
2015	71	123	194	4.966	3,9%	
2016	11	108	119	5.292	2,2%	
2017	7	114	121	5.403	2,2%	
2018	17	115	132	5.672	2,3%	

Valores Nominais (em milhões) – Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ.

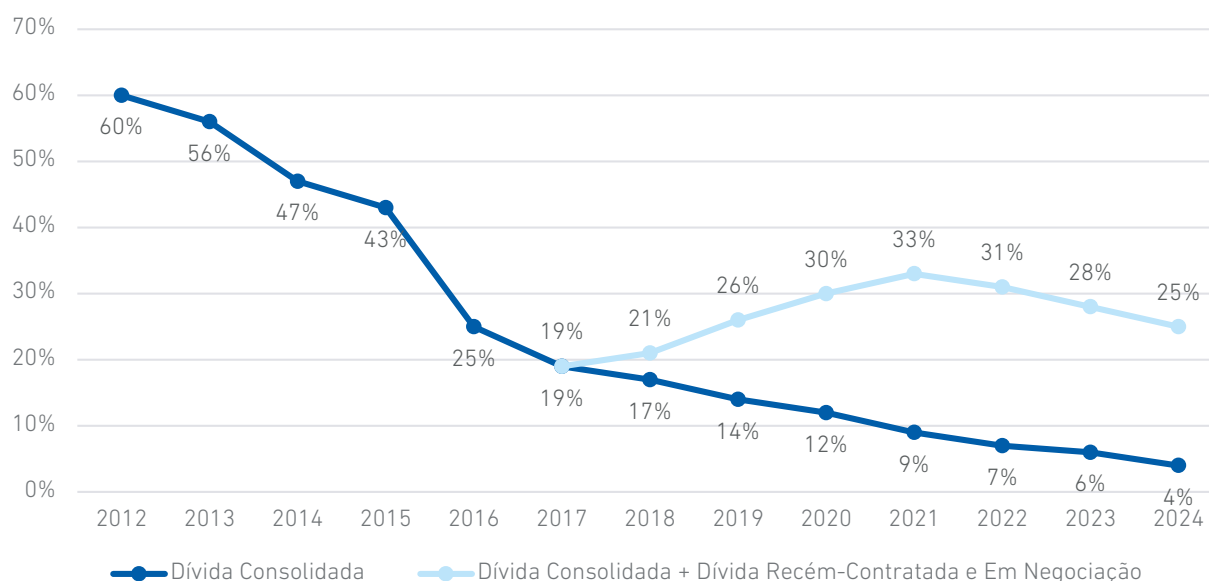
Segundo demonstrado na Tabela 15, o índice relativo aos desembolsos com o pagamento de amortização, juros e encargos incidentes sobre a dívida caiu progressivamente de 5,9% da RCL em 2012 para não mais que 2,3% em 2018. Dado que o limite legal para estes desembolsos é de 11,5% da RCL, o município encontra-se capacitado a comprometer adicionalmente com o pagamento de novas dívidas (principal e encargos) até 9% da sua receita corrente líquida, ou seja, R\$ 510 milhões por ano, o que significa quase quatro vezes o montante gasto hoje para estes fins.

Estes são fatos muito positivos para Salvador, à medida que o município demonstra encontrar-se plenamente capacitado a contar com importantes fontes nacionais e internacionais de captação de recursos de longo prazo, para a viabilização dos investimentos em infraestrutura urbana e em projetos sociais demandados pela cidade e por sua população.

Fruto desta situação, Salvador logrou, a partir de 2016, contratar três operações de crédito internas e quatro externas, para intervenções nas áreas de Saúde, Educação, Proteção Social, Mobilidade Urbana, Turismo, Requalificação Urbana e Saneamento. Duas outras operações internas, na área de modernização administrativa e fiscal, e uma externa, de ampliação dos serviços de Saúde, Educação e Proteção Social, encontram-se em fase avançada de negociação, para efetivação das respectivas contratações.

É imperioso registrar aqui a elevadíssima cautela com que o município tem conduzindo este processo de endividamento, o que é cabalmente demonstrado no gráfico a seguir. Embora, como já destacado, a legislação pertinente permita ao município endividar-se em até 120% de sua Receita Corrente Líquida (RCL), o stress máximo a que as finanças públicas de Salvador serão submetidas pela dívida municipal, considerada toda a dívida consolidada já constituída e também a dívida que ainda se encontra em negociação, não ultrapassará 33% da RCL e, assim mesmo, somente em 2021.

TRAJETÓRIA DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL: PRESENTE E FUTURO **ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO = DÍVIDA CONSOLIDADA / RCL** **LIMITE = 120% DA RCL**



CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG) – NOVA SISTEMÁTICA

As novas regras do Ministério da Fazenda (MF) para a aferição da capacidade de pagamento dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios tratam das situações do endividamento, da poupança corrente e da liquidez do ente federado, aplicando-se, no caso do endividamento e da liquidez, os resultados obtidos em um exercício-base como referência para o exercício fiscal seguinte e, no caso da Poupança Corrente, a média ponderada dos três últimos exercícios.

As notas variam de A a D, sendo A e B de aprovação e C e D de reprovação, para fins de obtenção de garantia da União às operações de crédito pretendidas pelo ente federado. A aplicação dessas regras às finanças de Salvador revela que, em todo o período de 2014 (ano-base de 2013) a 2019 (ano-base de 2018), o município sempre obteve notas de aprovação em sua Capacidade de Pagamento.



DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

INCENTIVOS FISCAIS

O equilíbrio fiscal perseguido pela atual Administração permitiu ao município, além do equacionamento da dívida, do pagamento tempestivo de suas obrigações com servidores e fornecedores e da ampliação da capacidade de investimento, a implementação de um amplo programa de incentivos fiscais, com vistas ao desenvolvimento econômico e urbanístico municipal, bem como à desoneração tributária focada nos contribuintes de menor nível de renda.

Entre os benefícios e incentivos implementados pela atual gestão destacam-se:

INCENTIVOS FISCAIS	
Programa de Incentivo ao Desenvolvimento e à Inovação (PIDI).	Crédito tributário de até 50% do valor do investimento em empreendimentos voltados para a recuperação e o uso de sítios urbanos subutilizados, abandonados ou degradados na Barra e do Centro Antigo até a Ribeira.
IPTU VERDE.	Redução de até 10% do IPTU para os imóveis residenciais e não residenciais cujos proprietários adotem medidas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.
IPTU e da TRSD para imóveis residenciais de valor venal mais modesto.	Isenção de IPTU e Taxa de Lixo para imóveis residenciais com valor venal de até R\$ 99.755,52 (valor de referência para 2019).
Isenção e Remissão do IPTU para Povos e Comunidades de Terreiro.	Incidente sobre imóveis utilizados pelos Povos e Comunidades de Terreiros reconhecidos oficialmente pelo Município de Salvador, mediante cadastro na Secretaria Municipal de Reparação – SEMUR.
Isenção de IPTU clubes sociais, recreativos e desportivos, inclusive de futebol.	Redução de até 70% do valor do IPTU devido pelos clubes sociais, recreativos e desportivos, inclusive de futebol que disponibilizem suas dependências e equipamentos para projetos culturais e esportivos promovidos pela Prefeitura Municipal de Salvador.
Isenção e remissão do IPTU para programas habitacionais de interesse social.	Incidente sobre imóveis utilizados para a construção de empreendimentos vinculados a programas habitacionais de interesse social, destinados a famílias com renda mensal de até três salários mínimos e desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública, durante o período de construção.
Redução tributária para terrenos em Áreas De Proteção Ambiental (APA).	Redução de 80% no valor venal, para efeito de apuração do IPTU, dos terrenos localizados em áreas de APA declarados não edificáveis.
Redução tributária para terrenos com construção em andamento.	Redução de até 30% do IPTU dos terrenos com Construção em Andamento.
Programa Revitalizar.	Incentivo à Restauração e Recuperação de Imóveis do Centro Antigo de Salvador.
Benefícios fiscais a centros de conexões de voos – HUB.	Incentivo para empreendimentos que venham a ser implantados no Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães.
Salvador 360.	Incentivos Fiscais, para estímulo ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos.
Viva Cultura.	Programa de incentivo à cultura.
IPTU Amarelo.	Redução de até 10% do IPTU para residências e condomínios, que utilizem sistemas de geração própria de energia solar fotovoltaica.
Redução tributária para terrenos que possuam cobertura vegetal de Mata Atlântica em estágio médio ou avançado de regeneração.	Redução de 50% no valor venal, para efeito de apuração do IPTU.

ALCANCE DOS ATUAIS BENEFÍCIOS DO IPTU

QUANTITATIVO DE ISENÇÕES E IMUNIDADES	
Nº Total de Contribuintes do IPTU	833.115
Nº de Isenções por valor venal (abaixo de R\$ 96,066,57):	250.071
Outras isenções voluntárias e imunidades constitucionais:	10.625
Total de isenções e imunidades:	260.696
Percentual das Isenções e Imunidades sobre o Total:	31,3%

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL ANUAL	
Isenções por valor venal até R\$ 96,066,57:	R\$ 43,2 milhões
% da Renúncia sobre a Receita do IPTU e da TRSD.	5,6%

OUTRAS AÇÕES

CONTRATAÇÃO COM BNDES DO PROGRAMA PMAT

A SEFAZ e a Casa Civil consolidaram vários projetos internos num único documento encaminhado ao BNDES para a Modernização da Administração Tributária Municipal. A iniciativa resultou na contratação, em 2015, de financiamento de R\$ 50,8 milhões, com uma contrapartida do município no valor de R\$ 18,2 milhões, totalizando investimentos da ordem de R\$ 69 milhões, com carência de 24 meses e prazo de amortização de 96 meses.

A partir de julho de 2015 foram realizados oito depósitos pelo BNDES, totalizando R\$ 34,7 milhões, os quais, somados a R\$ 13 milhões da contrapartida do município, resultaram em R\$ 47,7 milhões para a execução do projeto até o final de 2018. O quadro a seguir demonstra os valores aprovados na 3ª Revisão de Projetos, por macro ação e sua execução físico-financeira.

RESUMO PMAT POR MACRO AÇÃO E EXECUÇÃO				
ITEM	VALOR APROVADO	VALOR EXECUTADO	EXECUÇÃO FINANCEIRA	EXECUÇÃO FÍSICA
Sistemas	23.017.687,23	15.776.677,98	69%	70%
Equipamentos e Outros TIC	16.669.219,52	15.261.244,52	92%	92%
Consultoria e Serviços	20.428.710,47	6.607.750,06	32%	33%
Adequação das Instalações Físicas	9.046.862,78	6.406.734,70	71%	75%
TOTAL	69.162.480,00	44.052.407,26	64%	65%

A contratação deste programa acarretou uma economia, de 2015 a 2018, superior a R\$ 13 milhões, cerca de 30%, relativamente aos valores previstos nos projetos. Este recurso foi utilizado em outros projetos do próprio programa cujos valores estavam subdimensionados e em projetos alterados devido a novas necessidades.



REDUÇÃO DE CUSTOS NO PMAT			
PRODUTOS	VALOR PREVISTO NO PROCESSO/PROJETO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA
Computadores e notebooks SEFAZ –RP	2.901.930,00	2.127.000,00	774.930,00
Switch layer 2 – borda – SEFAZ	319.319,53	165.051,00	154.268,53
Access point SEFAZ	245.596,86	154.268,25	91.328,61
Storage SEFAZ	1.133.890,00	1.074.000,00	59.890,00
Servidores tipo blade SEFAZ	500.000,00	211.190,00	288.810,00
SIGEF – SEFAZ	5.766.537,52	4.099.723,67	1.666.813,85
Reforma prédio rua do Tesouro nº 25 – SEFAZ	5.727.000,00	4.468.454,15	1.258.545,85
Cartografia – SEFAZ	11.500.000,00	5.670.112,24	5.829.887,76
Cadastramento e recadastramento patrimonial – SEFAZ	7.890.000,00	5.947.454,15	1.942.545,85
Plataforma de relacionamento com o cidadão – SEMGE	2.606.111,00	2.247.550,00	358.561,00
Gestão de pessoas – SEMGE	6.500.000,00	5.815.743,00	684.257,00
TOTAL	45.090.384,91	31.980.546,46	13.109.838,45

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS – AÇÕES ESTRATÉGICAS DE COBRANÇA

Novas ações de cobrança foram introduzidas em 2018, como o envio de SMS, voltado a avisos de falta de pagamento de PAD, PPI, cotas de IPTU/TRSD, de vencimento de PAD e de vencimento de PPI, sendo estes dois últimos com código de barras, para facilitar a realização do pagamento pelo contribuinte.

Outra inovação implantada foi o Call Center ativo, que funciona junto ao Fala Salvador – 156, para realização de cobrança. Também, foi iniciado procedimento com o objetivo de contratação de Sistema de Gestão de Cobrança que proporcionará maior controle dos créditos tributários, execução de ações seguindo régua de cobrança e permanente apuração de resultados obtidos.

Também está em elaboração Termo de Referência para seleção de empresa especializada na prestação de serviços de inscrição de contribuintes inadimplentes com seus tributos municipais em cadastros de proteção ao crédito com abrangência nacional.

A recuperação de créditos em atraso através de programas de parcelamento, ações de fiscalização e outras ações resultaram nos seguintes montantes efetivamente recuperados em 2018, os quais representam um acréscimo global de 53% sobre 2017.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS	
ITEM DE RECEITA	VALOR RECUPERADO (EM R\$ MILHÃO)
PPI	18,53
PAD	16,84
AI/NFL	0,16
IPTU/TRSD	17,45
TFF Estabelecimento	5,33
ISS Autônomo	0,33
TOTAL	58,64

Fonte: SECOP/CRC/DRM/SEFAZ.

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

As ações de fiscalização empreendidas em 2018 tiveram como alvo 1.079 estabelecimentos prestadores de serviços. A fiscalização foi plenamente concluída em 601 desses estabelecimentos e encontra-se em andamento em 325. Dos estabelecimentos com fiscalização concluída, 307 mostram-se em situação regular e 294 exibiram alguma irregularidade. Deste trabalho resultou a emissão de 304 Notificações Fiscais de Lançamento, no valor somado de R\$ 39 milhões, e de 96 Autos de Infração, no valor de R\$ 7,8 milhões.

Uma outra ação de fiscalização foi voltada especificamente para os estabelecimentos optantes pelo Simples Nacional, tendo sido fiscalizados 47 desses estabelecimentos de prestação de serviços. Foram emitidos 15 Autos de Infração e duas Notificações Fiscais de Lançamento, num montante global de R\$ 3,4 milhões. Quatro estabelecimentos foram excluídos do Simples Nacional.

IMPLANTAÇÃO DO RESUMO DE DECLARAÇÃO TRIBUTÁRIA – RDT

O RDT, gerado com base nas declarações efetuadas nas Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NFS-e) e nas Notas Fiscais do Tomador/Intermediário de Serviços Eletrônica (NFTS-e), permitiu, até o final de 2018, a efetivação de cobrança e consequente recuperação de créditos nos montantes mostrados na tabela a seguir.

ARRECADAÇÃO RDT: 2016 – 2018

VALOR CONTRATADO X VALOR PAGO			
SITUAÇÃO DO PARCELAMENTO	QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES	VALOR CONTRATADO (EM R\$)	VALOR PAGO* (EM R\$)
Quitado	9.713	33.571.044	33.935.283
Em Andamento	1.008	40.850.133	12.722.507
TOTAL	10.721	74.421.177	46.657.790

(*) Inclui acréscimos por atraso.



RESTITUIÇÃO DE VALORES

Esta ação de respeito ao contribuinte devolve ao mesmo os valores dos pagamentos efetuados a maior ou indevidamente ou, ainda, decorrentes de contratos de compra e venda de imóveis cancelados. Essa devolução se dá seja sob a forma de pagamento por meio de depósito bancário seja sob a forma de compensação de débitos pendentes com o município.

De 2013 a 2018, as restituições somaram R\$ 50,5 milhões, dos quais R\$ 30,81 milhões devolvidos por pagamento direto aos contribuintes e R\$ 19,69 milhões, usados para compensação de débitos com o Tesouro Municipal. Aproximadamente 26% desse montante total foram restituídos no exercício de 2018, refletindo a prioridade de se eliminar o estoque remanescente desses processos, de modo a cumprir a meta institucional de efetuar as restituições de tributos no prazo máximo de 30 dias a contar da formalização completa do pedido.

O estoque dos processos de restituição em tramitação sofreu uma enorme redução, caindo de 4.495 em agosto de 2017 para apenas 673 em dezembro de 2018.

ALIENAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS

Pelo Programa de Alienação de Bens Imóveis Municipais, que permite à prefeitura transformar bens imóveis que não estejam atendendo o interesse público em receita de capital para aplicação exclusiva em obras ou ampliação dos ativos permanentes do município, foram alienados, no período de 2014 a 2018, 28 imóveis municipais que produziram R\$ 159,78 milhões de receita. Deste total, R\$ 158,5 milhões ingressaram nos cofres do Tesouro Municipal até dezembro de 2018. Parte desses recursos foi utilizada na construção do Hospital Municipal de Salvador e parte está sendo usada na construção do novo Centro de Convenções da nossa Capital.

USO DOS BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS

O gerenciamento do uso dos imóveis municipais tem representado uma importante fonte de receita para o município. De 2013 a 2018 o uso desses bens, em suas diversas formas, foi responsável pela arrecadação de R\$ 40,81 milhões.

RECEITAS ORIUNDAS DO USO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS (R\$ 1.000,00)							
TIPO DE RECEITA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
TDU	643,9	2.035,00	2.226,20	3.005,10	1.814,10	1.555,26	11.279,56
PULP	1.637	1.741,80	1.837,60	2.037,90	1.939,20	2.222,71	11.417,21
FORO	-	2.164,50	2.566,80	368,1	381,8	227,57	5.708,77
Resgate enfiteuse	48,5	3.308,30	521,2	468,4	1.399,40	247,34	5.993,14
Concessão de uso	791,5	499	683,8	346,6	681,6	389,9	3.392,40
Permissão de uso	341	749,8	644,6	235,5	211,7	214,55	2.397,15
Outras	38,1	82,5	135,2	141,4	146,1	82,72	626,02
TOTAL	3.500	10.580,90	8.615,40	6.603,00	6.573,90	4.940,05	40.814,25

RECADASTRAMENTO DOS IMÓVEIS MUNICIPAIS

A edição da Lei nº 13.465/2018, que alterou a Lei de Registros Públicos, regulamentando a competência municipal para o registro de imóveis públicos, passou a permitir o registro de parcelamentos irregulares de imóveis públicos, quando acompanhados da planta do imóvel e de uma declaração de implantação emitida por órgão público competente, no caso a SEDUR.

Seiscentos e oitenta imóveis já se encontram com os cadastros validados pela Coordenadoria de Administração do Patrimônio Imobiliário – CAP/SEFAZ, para fins de submissão à etapa posterior de regularização cartorária.

DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS PARA USO DO MUNICÍPIO

De 2015 a 2018 foram realizadas 3.390 vistorias em áreas de interesse da prefeitura, delas resultando 167 processos de pagamento de indenização. As áreas desapropriadas pelo município são destinadas à implementação de relevantes projetos de proteção social para a população mais carente da cidade

PROJETOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BENEFICIADOS

A construção de unidades habitacionais para 256 famílias na Comunidade Guerreira Zeferina.
A construção do Hospital Municipal de Salvador, atendendo a uma grande demanda da população soteropolitano, especialmente a mais carente.
A implementação de Empreendimento Residencial no bairro de Barro Branco, onde serão alocadas as famílias que ficaram desalojadas após as chuvas de 2015.
A expansão do Aterro Metropolitano.
A instalação de Posto de Saúde no bairro de Fazenda Grande do Retiro.
A construção do canal de escoamento no bairro Saramandaia.
A regularização do Mercado Municipal instalado no bairro Jardim Cruzeiro.

A administração atual tem adotado como prática efetuar o pagamento das desapropriações imediatamente após a celebração do acordo, ou, caso não haja acordo, realizar o depósito judicial, evitando compromissos financeiros que venham prejudicar orçamentos futuros.

IMPUGNAÇÕES AOS LANÇAMENTOS DE IPTU/TRSD

O número dos processos de impugnação aos lançamentos de IPTU/TRSD sofreu redução desde a implantação da nova Planta Genérica de Valores em 2014. As impugnações, que somaram 15.284 processos naquele ano, reduziram-se 37%, para 9.528 em 2015; 20% adicionais, para 7.603 em 2016, e mais 60%, para apenas 2.990 processos em 2017.



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Os processos de impugnação pendentes de decisão no final de 2018 totalizavam 4.900. Destes processos, 11 ingressaram em 2014, 60 em 2015, 1.179 em 2016, 1549 em 2017 e 2.101 em 2018. Com as novas medidas de adequação de valores dos imóveis com áreas de terreno acima de dois mil metros quadrados, a expectativa é a ocorrência de uma nova diminuição dos processos de impugnação.

DESENVOLVIMENTO DO DATA MART DO TESOURO

O projeto de Data Mart do Tesouro, de 2016 a 2018, permitiu que as informações orçamentárias e financeiras armazenadas na base de dados do SIGEF fossem modeladas para utilização por ferramenta de Business Intelligence – BI, o que permitiu o acompanhamento e a agilidade na tomada de decisões gerenciais.

A partir de 2017, a ferramenta de BI começou a ser utilizada também como provedora de demonstrativos fiscais e foi expandida, em 2018, com a elaboração de um conjunto de painéis que facilitam e ampliam a abrangência do escopo do trabalho de acompanhamento da gestão fiscal do município.

RESULTADOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS – CMT

O objetivo do Conselho Municipal de Tributos é garantir à Fazenda e aos contribuintes julgamentos de processos administrativos fiscais em segunda instância. Em 2018, foram pautados 838 processos nas Câmaras Julgadoras. Destes, 684 foram julgados procedentes, 40 improcedentes, 75 diligenciados, 33 de reabertura de instância e seis retirados de pauta ou adiados.

JULGAMENTO DE PROCESSOS NO CMT EM 2018						
CÂMARA	PROCEDENTE	IMPROCEDENTE	DELIGÊNCIA	REABERTURA DE INSTÂNCIA	RETIRADO DE PAUTA/ADIADO	TOTAL
Primeira	369	7	54	19	5	454
Segunda	315	33	21	14	1	384
TOTAL	684	40	75	33	6	838

Fonte: Conselho Municipal de Tributos – CMT.

ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

Nos últimos seis anos, o trabalho de atendimento ao contribuinte nos postos de atendimento vinculados à SEFAZ tem sido intenso. Em 2018, foi criado um guichê especial no Posto Central da SEFAZ para o atendimento de advogados.

TOTAIS DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NOS POSTOS SEFAZ						
LOCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
SAC BARRA	237.002	156.894	172.064	79.249	65.601	46.624
SAC COMÉRCIO	149.571	88.916	84.195	64.522	63.557	38.612
SAC EMPRESARIAL	28.611	21.932	26.925	2.637	0	0
SAC PERIPERI	51.884	24.522	32.906	24.828	18.089	16.344
SAC CAJAZEIRAS	65.409	39.770	26.771	36.953	34.091	27.759
SAC IGUATEMI	426.527	0	0	0	0	0
SAC BELA VISTA	0	175.181	187.287	135.787	104.182	204.629
SUB TOTAL SAC	959.004	507.215	530.148	343.976	285.520	333.968
POSTO CENTRAL (SEFAZ)	444.361	502.395	238.102	255.439	216.868	231.043
PB Barra / Pituba	0	0	0	379	1.719	2.656
PB Cabula	0	0	2.139	2.117	1.449	6.687
PB Cajazeiras	0	0	4.241	2.152	2.245	4.030
PB Cidade Baixa	0	0	2.600	3.163	3.172	4.671
PB Itapuã	0	0	7.574	10.659	9.180	10.860
PB Liberdade / S. Caetano	0	0	0	1.485	2.128	2.692
PB Pau da Lima	0	0	1.532	3.217	2.463	3.373
PB Subúrbio	0	0	901	1.176	1.139	2.022
PB Valéria	0	0	0	395	1.258	1.724
CEM	0	0	0	0	46	147
SUB TOTAL PB	0	0	18.987	24.743	24.799	38.862
TOTAL GERAL	1.422.008	1.044.188	799.393	629.231	528.177	603.873

Fonte: SEATE/SEFAZ – PB: Prefeitura-Bairro.



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

PRINCIPAIS PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

E-SEFAZ	Sistema responsável pela identificação, autenticação e autorização seguras dos contribuintes para acesso às bases de dados tributárias do município.
BILHETE ELETRÔNICO	O sistema Bilhete Eletrônico permite a tributação pela receita real, tornando auditável a comercialização dos ingressos para shows e eventos em Salvador.
JULG	O sistema JULG, de apoio ao Setor de Julgamento – SEJUL, tem como objetivo permitir o controle dos processos julgados por esse setor, permitindo o cadastramento de situações e definição de fluxos, encadeando as possíveis situações de um processo ao longo do tempo.
ANSE	O sistema de Análise de Solicitações Eletrônicas permite a análise de solicitações efetuadas pelos contribuintes, dispensado o processo físico. Objetiva a redução da burocracia e a agilidade na análise dos processos administrativos.
SIE WEB	O Sistema de Impugnação Eletrônica do IPTU permite ao contribuinte realizar impugnação com agilidade e comodidade quando não concordar com um ou mais dados utilizados para o cálculo do IPTU ou da TRSD, ou outro motivo. Este serviço está disponível online.
REGIN	O Cadastro Sincronizado está sendo substituído por uma iniciativa denominada REGIN, tendo como órgão centralizador a Junta Comercial. Esta iniciativa objetiva integrar todos os participantes do processo de permissão de estabelecimentos no município.
BUSINESS INTELLIGENCE (BI)	Com o objetivo de transformar dados brutos em conhecimento, a área de BI é responsável por capturar informações provenientes dos diversos sistemas e arquivos, cruzá-los e, assim, permitir uma interpretação mais eficiente para fins de gestão fiscal.

PROJETO MAPEAMENTO CARTOGRÁFICO

O projeto Mapeamento Cartográfico Digital de Salvador é uma ação da meta estratégica “Implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário” e tem o objetivo de prover o Município de Salvador de um conjunto de dados cartográficos atualizados, em escala urbana (1:1000), para a geração de informações georreferenciadas. Este projeto terá um impacto na qualificação da administração tributária, no planejamento urbano e ambiental, na implantação de projetos, nas bases de turismo e de mobilidade, no suporte às ações de educação e saúde do município, na gestão e na prestação de melhores serviços públicos.

O projeto tem como pilares a base cartográfica digital de alta qualidade e o sistema corporativo de informações geográficas para processamento de dados espaciais, geração e disponibilização de bases para uso dos gestores e do cidadão.

BASE CARTOGRÁFICA

A primeira fase de produção da base cartográfica está concluída, com os dados aerofotogramétricos levantados. Foram obtidas 4.771 fotografias aéreas digitais de alta resolução e com superposição longitudinal e lateral entre as fotografias de no mínimo 70%, resolução espacial de 10cm, perfilamento a laser com Sensor laser com geração de Nuvem de Pontos com um mínimo de 4 pulsos/m². Foram rastreados 204 marcos da rede existente, materializados 39 novos marcos e remonumentalizado um marco.

PRODUTOS JÁ DISPONÍVEIS

Ortoimagens digitais, resultantes de uma imagem ou da composição, combinação, união ou fusão de várias imagens ortorretificadas, com as qualidades pictóricas das imagens originais e a geometria ortogonal derivada de uma projeção cartográfica e editadas para a escala 1:1.000.

Modelo Digital de Superfície, obtido a partir de um modelo matemático que representa o solo exposto e os acidentes encontrados acima do solo (edificações, pontes, vegetação, etc.), de forma contínua e suavizada, a partir de dados adequadamente estruturados e amostrados do mundo real.

A segunda fase da base cartográfica, referente à restituição dos dados aerofotogramétricos, iniciada em 2017, está em execução. Já foi efetuado o recebimento definitivo do primeiro de 12 lotes de dados e outros três desses lotes estão em processo de homologação. Em 2018, foram levantados 446 pontos geodésicos e coletados dados temáticos de 669 células (área de 40 x 40 m) das 800 estimadas nas áreas correspondentes aos lotes 01 e 02 previstos no Projeto básico.



A nova base de dados vetoriais possibilitará a extração, diretamente desse banco de dados geográficos, de medidas precisas de área de terreno, área e altura das edificações e ainda confrontar essas medidas com as informações literais do Cadastro Imobiliário do município, impactando diretamente na própria revisão desse Cadastro. Os primeiros produtos, na forma de imagens aéreas digitais de altíssima qualidade, já começaram a ser tornados públicos no site (cartografia.salvador.ba.gov.br).



SISTEMA CORPORATIVO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

O Sistema Corporativo de Informações Geográficas já está com o ambiente corporativo de geoprocessamento, o GeoSalvador, implantado, o que permitiu desenvolver um aplicativo de consulta de dados cartográficos e geográficos para uso pela internet, chamado de “Mapa Digital do Município do Salvador”, acessível pelo site (<http://geo.salvador.ba.gov.br/portal/home>).

Neste aplicativo estão disponibilizadas as principais bases de dados georreferenciados da prefeitura como as cartografias de 1992 a 2017, com ortofotos de 2006, 2010 e 2017 e dados geográficos de uso comum, como logradouros, inscrições imobiliárias, bairros de acordo com a Lei nº 9278/2017, setores fiscais de 2018, parcelamentos, dentre outros dados imprescindíveis à análise e instrução de processos. O aplicativo conterà ainda as bases de dados de instituições de fora da prefeitura, a exemplo da EMBASA, Correios, Conder, Bahiagás e Superintendência do Patrimônio da União.

Este aplicativo está em uso interno na SEFAZ e já foi disponibilizado para outros órgãos da administração municipal. Em paralelo a isto, está sendo implementada a edição de dados vetoriais e alfanuméricos de camadas geográficas, com o objetivo de permitir que alguns dados sejam atualizados online.

Além das bases de dados de instituições externas como as mencionadas, o sistema abrigará as bases internas da própria prefeitura.

DADOS DAS BASES INTERNAS DA PREFEITURA

Endereçamento (Logradouros, SQLE, Numeração Métrica e Sequencial).

Transações Imobiliárias, ITIV e Avaliações Especial de Imóveis.

Patrimônio Imobiliário Público Municipal.

Meio Ambiente (áreas de proteção, verdes, árvores, mananciais hidrográficos e coleta seletiva).

Licenciamentos (urbanístico, eventos, segurança, obras especiais, publicidade e atividade), Fiscalizações, Estações Rádio-Base (celular) e Acervo de plantas.

Projetos Urbanísticos e Levantamentos Topográficos.

Educação.

Saúde.

Trânsito e transporte público.

Cadastro Imobiliário/Mobiliário.

Registros de Imóveis (Matrículas).

Manutenção da Infraestrutura Urbana.

AVANÇOS E AÇÕES A IMPLANTAR

Em que pese os avanços alcançados na atual gestão, novas ações são necessárias para garantir uma gestão fiscal, tributária e financeira eficiente e mantenedora do equilíbrio e da transparência das contas públicas. Nesta linha, as ações propostas e que integram o Planejamento Estratégico 2017-2020 do Município do Salvador, se encontram em diversos estágios de implementação.

PROJETOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2020	
PROJETO	SITUAÇÃO
Controle Fiscal Eletrônico	Em fase de contratação de ferramentas tecnológicas para uso na fiscalização tributária, inclusive uma solução de Inteligência Fiscal para cruzamento de bases e higienização do Cadastro de Contribuintes e da Dívida Ativa.
Cadastro Imobiliário	Já padronizou dados de aproximadamente 100 mil inscrições imobiliárias, com atualização e inclusão de dados, incluindo CPF e logradouros ausentes.
Novo Sistema de Administração Tributária – SAT	Busca modernizar e tornar mais eficientes os sistemas de controle de lançamento e arrecadação de tributos e rendas municipais; da administração e fiscalização dos ativos imobiliários municipais; do acompanhamento e gestão de processos administrativos tributários; e da gestão e controle da dívida ativa tributária.
Implantação do Observatório da Despesa Pública Municipal – ODPM	Visa monitorar permanentemente as despesas públicas, com a produção de informações analíticas consolidadas sobre a QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO, a fim de antecipar situações de inconformidade.
Gestão Contábil Para Governança	O objetivo é atender integralmente as normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), garantir uma melhor qualidade na prestação de contas do município e colocar seu controle patrimonial nivelado com as práticas adotadas atualmente pelo mercado. Em 2018, foi implementada a integração do SIGEF com o SICONFI, da STN, e está em fase de integração o SIGEF com o SIGP – Sistema de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Salvador, para liquidação automática da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos.
Imóveis Públicos Municipais 100%	Visa identificar, cadastrar e regularizar nos cartórios de registro os imóveis públicos municipais, com implantação de moderno sistema de gestão e controle.
Restituição Rápida	Busca reduzir o prazo de tramitação dos processos administrativos referentes a restituição de valores relativos a pagamentos efetuados a maior ou indevidamente pelos contribuintes.
Processos Eletrônicos Sefaz	Visa tornar eletrônicos todos os processos administrativos-fiscais da SEFAZ, proporcionando ao Contribuinte a comodidade de poder demandar serviços da SEFAZ via a Internet.
E-Pag	Objetiva aprimorar a qualidade da prestação de contas do município aos diversos órgãos de controle.
Geosalvador – Cadastro Multifinalitário	Visa a implantação do Cadastro Multifinalitário em toda a administração municipal, permitindo a inserção, edição e disponibilização de dados e informações georreferenciadas de forma imediata, além de análises multitemáticas com o mapa do município como plano de fundo.



7

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

PROJETOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2020	
PROJETO	SITUAÇÃO
Base e Endereçamento de Salvador	Objetiva implantar numeração métrica em todos os imóveis de Salvador, afixando placas de logradouros e de número métrico e compatibilizando o Cadastro Imobiliário da SEFAZ com a nova Base de Endereços.
Serviços Sefaz Web	Visa disponibilizar a maior quantidade possível de serviços no site da SEFAZ na Internet.
Sefaz Comunica	Objetiva implementar no Sistema de Protocolo da SEFAZ (SIP) a funcionalidade de comunicação ativa com os contribuintes.
Pague Fácil	Visa disponibilizar ao contribuinte a visualização consolidada da situação de todos os seus débitos com o município e facilitar o pagamento destes débitos.
Modernização da Gestão Fiscal – PNAFM	Projeto para Modernização da Gestão Fiscal do Município do Salvador, no valor total de R\$ 38,8 milhões, dos quais R\$ 35 milhões financiados, e dois anos de duração. Os produtos incluem: Cadastro Imobiliário do município e Base de Endereçamento Fiscal Atualizados; Novo sistema de administração tributária implantado; Procedimentos de gestão tributária/fiscal aprimorados e automatizados; Nova sistemática de gestão de cobrança administrativa e protesto; de títulos de débitos tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa Implantada; Solução de inteligência fiscal orientada para administração tributária municipal implantada; Ferramenta de acesso e cruzamento de informações contábeis dos contribuintes por meio do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital Desenvolvida.



EXPEDIENTE



SALVADOR

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2018

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto

Prefeito

Bruno Soares Reis

Vice-prefeito

Kaio Vinícius Moraes Leal

João Inácio Ribeiro Roma Neto

Chefe de Gabinete do Prefeito

Luiz Antônio Vasconcellos Carreira

Chefe da Casa Civil

Paulo Ganem Souto

Secretário Municipal da Fazenda – SEFAZ

Luiz Antônio Galvão

José Antônio Rodrigues Alves

Secretário Municipal da Saúde – SMS

Bruno Oitaven Barral

Secretário Municipal da Educação – SMED

Thiago Martins Dantas

Secretário Municipal de Gestão – SEMGE

Marcus Vinícius Passos Raimundo

Secretário Municipal de Ordem Pública – SEMOP

Fábio Rios Mota

Secretário Municipal de Mobilidade – SEMOB

José Sérgio de Sousa Guanabara

Secretário Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo – SEDUR

Antônio Almir Santana Melo Júnior

Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – SEINFRA

Isnard Pimenta de Araújo

Secretário Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza – SEMPS

Cláudio Tinoco Melo de Oliveira

Secretário Municipal de Cultura e Turismo – SECULT

Ivete Alves do Sacramento

Secretária Municipal da Reparação – SEMUR

André Moreira Fraga

Secretário Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência – SECIS

Alberto Magalhães Pimentel Júnior

Adriano Motta Gallo

Geraldo Alves Ferreira Júnior

Secretário Municipal de Trabalho, Esportes e Lazer – SEMTEL

Virgílio Teixeira Daltro

Secretário Municipal de Manutenção da Cidade – SEMAN

Cristina Argiles Sanches

Taíssa Teixeira Santos de Vasconcellos

Secretária Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude – SPMJ

José Pacheco Maia Filho

Paulo Ezequiel da Silva Alencar

Secretário Municipal de Comunicação – SECOM

Luciana Rodrigues Vieira Lopes

Procuradora Geral do Município – PGMS

Humberto Rodrigues Viana Júnior

Ouvidor Geral do Município – OGM

Maria Rita Góes Garrido

Controladora Geral do Município – CGM

Marcílio de Souza Bastos

Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador – DESAL

Alberto Vianna Braga Neto

Presidente da Companhia de Governança Eletrônica de Salvador – COGEL

Leonardo Santos de Oliveira

Kaio Vinícius Moraes Leal

Presidente da Empresa de Limpeza Urbana de Salvador – LIMPURB

Isaac Chaves Edington

Presidente da Empresa Salvador Turismo – SALTUR

Tânia Maria Scofield de Souza Almeida

Presidente da Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF

Roberta Nunes Caires

Presidente da Fundação Cidade Mãe – FCM

Fernando Ferreira de Carvalho

Presidente da Fundação Gregório de Mattos – FGM

Henrique Gonçalves Trindade

Presidente da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador – ARSAL

Fabrizio Müller Martinez

Superintendente de Trânsito do Salvador – TRANSALVADOR

Orlando Cezar da Costa Castro

Superintendente de Obras Públicas do Salvador – SUCOP

Ana Paula Andrade Matos Moreira

Diretora-Geral das Prefeituras-Bairro – DGPB

Maurício Rosa Lima

Diretor-Geral da Guarda Civil Municipal de Salvador – GCMS

Sósthenees Tavares de Almeida Macedo

Diretor-Geral da Defesa Civil – CODESAL

COORDENAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018

Luiz Antônio Vasconcellos Carreira

Chefe da Casa Civil

Moysés de Oliveira Andrade Júnior

Subchefe da Casa Civil

Renata Guimarães Camelyer

Coordenação Técnica

Cássia Geraldi Montenegro

Jornalista Responsável (MTB 1052)

Fotos: SECOM (Jefferson Peixoto, Bruno Concha, Valter Pontes, Marcelo Gandra, Max Haack, Igor Santos, Betto Júnior, Paulo Almeida, Saulo Kainuma e Elias Dantas).



SALVADOR

PREFEITURA

PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL